

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

**CONTAS ANUAIS DO  
GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO  
EXERCÍCIO DE 2002**

Relatório e proposta de Parecer Prévio, apresentados na  
Sessão Extraordinária do dia 23 de junho de 2003

**Relator: Conselheiro ANTONIO ROQUE CITADINI**

**Edição Digital: Gabinete do Conselheiro Antonio Roque Citadini**

Documento disponível no sítio: [www.citadini.com.br](http://www.citadini.com.br)

# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## **CONTAS ANUAIS DO GOVERNADOR DO ESTADO EXERCÍCIO DE 2002**

**Relatório e proposta de Parecer Prévio, apresentados na Sessão Extraordinária do dia 23 de junho de 2003**

**Relator: Conselheiro ANTONIO ROQUE CITADINI**

**Composição do Plenário:**

**Presidente: Conselheiro FULVIO JULIÃO BIAZZI**

**Conselheiros: ANTONIO ROQUE CITADINI  
EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO  
EDGARD CAMARGO RODRIGUES  
CLAUDIO FERRAZ DE ALVARENGA  
RENATO MARTINS COSTA  
ROBSON MARINHO**

**Secretário-Diretor Geral: SERGIO CIQUERA ROSSI**

**Procurador-Chefe da Fazenda do Estado: LUIZ MENEZES NETO**

Processos:

- 2.105/026/2002 – Contas Anuais
- 2.105/226/2002 – Acessório 2 – Ensino
- 2.105/326/2002 – Acessório 3 – Lei de Responsabilidade Fiscal
- 17.187/026/2002 – Avaliação da Execução Orçamentária e Atos de Gestão

## Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

**ANÁLISE DE DADOS EXTRAIDOS DO PROCESSO PRINCIPAL, DOS  
ACESSÓRIOS E DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO, RELATIVAMENTE A:**

- I - ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO: O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE  
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI DO ORÇAMENTO**
  
- II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
  
- III- COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO E DESPESAS, COM MAPA DO  
PERÍODO DE 1976 A 2002**
- IV- DESPESAS COM PESSOAL**
- V - DESPESAS COM ENSINO**
- VI - DESPESA COM SAUDE**
- VII - DÍVIDA DO ESTADO**
- VIII- PRECATÓRIOS**
- IX - INDICADORES DE GESTÃO**
- X - ANÁLISE DO BALANÇO DAS EMPRESAS:**
  - CIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO –  
CDHU
  - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO – CESP
  - CETESB – COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL
  - CODASP – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO
  - COESP – COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO
  - CPTM – COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS
  - DERSA – DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A

## Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

CTEEP – CIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA

SABESP - CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PRODESP – CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

BANCO NOSSA CAIXA S/A

EMTU – EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO  
S/A

IMESP – IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A

METRÔ – CIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO

EMAE – EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S/A

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S/A – EMPLASA

### **XI - PRONUNCIAMENTO DE MÉRITO EXARADO PELOS ÓRGÃOS TECNICOS, INCLUSIVE PELA PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO**

### **XII – CONSIDERAÇÕES FINAIS – VOTO**

**I - ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO:**

**O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, A LEI DO ORÇAMENTO E A EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO PARA A ÁREA SOCIAL NO PERÍODO DE 1986 A 2002**

**1. PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2000/2003**

Cumprindo exigência constitucional - artigo 174 da Constituição do Estado – o Governo encaminhou projeto de Lei que resultou na aprovação do Plano Plurianual para o período quadrienal de 2000 a 2003, o qual, segundo aponta a instrução do processo não sofreu alteração e foram atendidos os requisitos contidos no parágrafo 1º daquele artigo.

**2. A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2002**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, conhecida por LDO, vigente para o exercício de 2002, consiste na Lei nº 10.854, de 23 de julho de 2001, restando cumprido, assim, o disposto no artigo 174, inciso II e § 2º da Constituição do Estado, cc artigo 39, inciso I do Ato das Disposições Transitórias, e com artigos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Possui, referida Lei, os Anexos exigidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, quais sejam: o de Prioridades e Metas; o de Riscos Fiscais, e o de Metas Fiscais.

No anexo de Riscos o Governo ressalta o resultado favorável por ele creditado ao esforço empreendido com vistas a obter a estabilização do equilíbrio fiscal e elege como riscos eventuais insucessos: na atualização de precatórios; em ações judiciais na área ambiental, cujas condenações afirma serem, via de regra, muito superiores ao valor de mercado, o que tem implicado em contestações apresentadas pela Procuradoria Geral; nos mais de 14.000 processos judiciais contra a FEPASA, e

relativamente a questões anteriores à sua alienação, pelo Estado à União; na fiança da dívida da VASP com a União e em ação movida pela VASP contra o Estado, objetivando apuração de eventual superveniência de passivos que possam ser compensados com suas dívidas ao Estado; no provável insucesso da Ação Declaratória de Inexigibilidade de Obrigação Previdenciária movida pelo Estado contra dispositivo da Portaria nº 4.922/99 que inclui entre os segurados obrigatórios do regime geral, servidores públicos temporários e ocupantes de cargos em comissão.

No Anexo de Metas estima um Superávit Primário da ordem de 2 bilhões e meio de reais – R\$ 2.429 – 5% da receita fiscal estimada, pouco maior, percentualmente, que os resultados obtidos nos três anos anteriores<sup>1</sup> e uma dívida líquida de 84 bilhões de reais<sup>2</sup>.

Aponta, o Senhor Secretário-Diretor Geral, que na LDO não ficaram estabelecidas as condições e exigências a serem feitas para as transferências de recursos a entidades públicas e privadas, descumprindo, assim, a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal no seu artigo 4º, inciso I, letra “f”<sup>3</sup>.

### 3. A LEI DO ORÇAMENTO

O orçamento para o ano de 2002 foi aprovado pela Lei nº 11.010, de 28 de dezembro de 2001, contemplando os orçamentos: FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL e DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS.

A receita orçada e a despesa fixada corresponderam a quase 50 bilhões de reais - R\$ 49.713.197.689,00 -, já incluídos os recursos próprios das Autarquias e Fundações num montante de quase 3 bilhões de reais – R\$ 2.882.098.796,00.

O valor destinado, no orçamento, a investimentos nas empresas correspondeu a pouco mais de 4 bilhões de reais – R\$ 4.033.937.000,00 – dos quais 42,06% provém de recursos próprios das Empresas.

<sup>1</sup> DOE, Poder Executivo, Seção I, SP, 111(137) 24.7.2001: ano de 1999 = 1,97%; ano de 2000 = 3,88%; ano de 2001 = 4,69% e 2002: 5,01%.

<sup>2</sup> 84.282,7 (R\$ milhões) – ano de 2001 = 79.949,8 (R\$ milhões), DOE 24,7.2001

<sup>3</sup> LC 101, de 4.5.2000: art. 4º (...) f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

Da dotação de R\$ 5.000.000,00 para reserva de contingência, informa a auditoria, em relatório complementar que foi utilizada a importância de R\$ 4.936.000,00. Quanto ao remanejamento de recursos de um elemento para outro, indicou, de igual modo, que ocorreu de forma regular.

Ressaltou, o Senhor Secretário-Diretor Geral, que a Lei do Orçamento permite a abertura ilimitada de determinados créditos<sup>4</sup>, o que é vedado pela Constituição Estadual, no seu artigo 176, inciso VII e propõe recomendação. Trata-se de assunto que deverá merecer análise mais profunda, tendo em vista a natureza das despesas tratadas, que têm relação, inclusive, com decisões judiciais, exigindo, a meu ver, cautela na decisão de recomendação, não cabendo fazê-la em sede deste processo..

**4. Oportuno registrar a evolução das dotações orçamentárias para a área social**, com a atualização da tabela que inseri no processo das contas de 1996 e que traz os dados para as áreas da Educação, Saúde, Habitação, Transporte e Segurança, desde o ano de 1986:

ANO	EDUC	SAUDE	HÁBITAÇÃO	TRANSP	SEGURANÇA
1986	16,73	*	*	7,70	8,28
1987	18,18	*	*	6,69	8,03
1988	15,36	*	*	7,27	7,89
1989	11,48	11,98	*	6,79	7,23
1990	13,99	12,58	*	7,58	7,08
1991	12,26	13,40	4,23	7,99	6,91
1992	10,88	8,45	2,25	6,38	8,40
1993	13,04	9,01	2,06	5,29	6,40
1994	15,16	8,29	2,15	4,84	5,18
1995	15,71	7,42	2,11	6,82	4,84
1996	10,39	5,92	2,11	2,88	7,18
1997	12,34	6,72	1,76	2,63	7,71
1998	14,35	6,46	1,66	3,95	7,07
1999	12,51	5,81	1,51	3,23	6,60
2000	16,51	6,57	1,41	4,54	6,00
2001	15,27	7,85	1,42	2,36	10,89
<b>2002</b>	<b>15,19</b>	<b>7,64</b>	<b>1,14</b>	<b>2,63</b>	<b>9,78</b>

• dados não individualizados

Fonte: Diário Oficial do Estado – vários volumes.

<sup>4</sup> Fls. 134 - para suprir insuficiências em dotações relativas a inativos, pensionistas, serviço da dívida, honras de aval, precatórios, despesas de exercícios anteriores e à conta de recursos vinculados

## II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1 - Balanço Orçamentário

Conforme estabelece o artigo 102 da Lei Federal nº 4.320/64, o Balanço Orçamentário tem por objetivo demonstrar as Receitas e Despesas previstas, comparadas às realizadas, para se determinar o Resultado Orçamentário do exercício.

Nestes termos, temos que o confronto da Despesa Realizada com a Receita Arrecadada indicará o DÉFICIT OU SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO do período, enquanto a Despesa Autorizada com a Realizada demonstrará se houve ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA.

Evidenciamos, a seguir, os resultados apurados, comparativamente ao exercício anterior:

#### Administração Direta

Superávit/ Déficit Orçamentário	2002	2001
Despesa Realizada	43.416.908.194,27	39.095.580.504,88
Receita Arrecadada	49.766.052.466,78	43.973.174.960,53
<b>Superavit Orçamentário</b>	<b>6.349.144.272,51</b>	<b>4.877.594.455,65</b>

Economia Orçamentária	2002	2001
Despesa Autorizada	44.547.881.633,00	40.128.916.963,31
Despesa Realizada	43.416.908.194,27	39.095.580.504,88
<b>Economia Orçamentária</b>	<b>1.130.973.438,73</b>	<b>1.033.336.458,43</b>

#### Administração Indireta

Superavit/ Deficit Orçamentário	2002	2001
Despesa Realizada	9.003.761.295,31	8.060.517.566,29
Receita Arrecadada	3.272.945.084,11	3.231.313.778,33
<b>Deficit Orçamentário</b>	<b>(5.730.816.211,20)</b>	<b>(4.829.203.787,96)</b>

Economia Orçamentária	2002	2001
Despesa Autorizada	9.659.115.033,00	8.609.917.921,00
Despesa Realizada	9.003.761.295,31	8.060.517.566,29
<b>Economia Orçamentária</b>	<b>655.353.737,69</b>	<b>549.400.354,71</b>

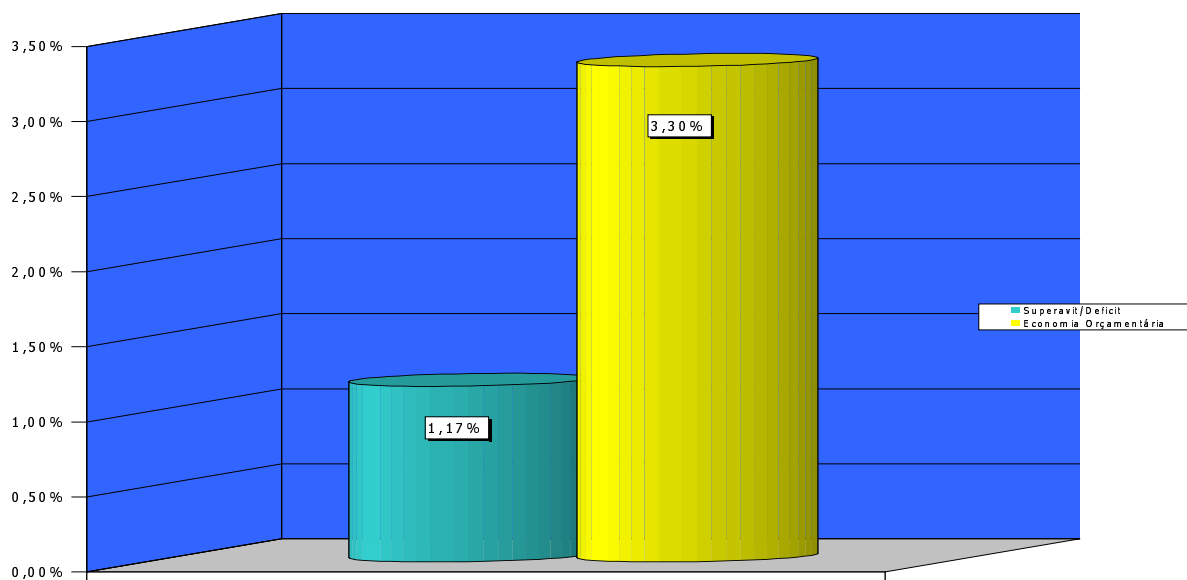
**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**CONSOLIDADO**

Superávit/ Déficit Orçamentário	Adm Direta	Adm Indireta	Total
Despesa Realizada	43.416.908.194,27	9.003.761.295,31	52.420.669.489,58
Receita Arrecadada	49.766.052.466,78	3.272.945.084,11	53.038.997.550,89
Superavit/Déficit Orçamentário	6.349.144.272,51	(5.730.816.211,20)	618.328.061,31
Percentual	12,76%	-175,10%	1,17%

Economia Orçamentária	Adm Direta	Adm. Indireta	Total
Despesa Autorizada	44.547.881.633,00	9.659.115.033,00	54.206.996.666,00
Despesa Realizada	43.416.908.194,27	9.003.761.295,31	52.420.669.489,58
Economia Orçamentária	1.130.973.438,73	655.353.737,69	1.786.327.176,42
Percentual	2,54%	6,78%	3,30%

**Resultado Orçamentário**



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

## 1.1 - Receitas

Comparando-se a receita arrecadada da Administração Direta do exercício de 2.001, de R\$ 43.973.174.960,03, com a do exercício de 2.002, de R\$ 49.766.052.466,78, verificamos um crescimento nominal de R\$ 5.792.877.506,25, correspondente a 13,17%.

Demonstramos, a título de informação, a evolução da Receita Estimada comparada com a Receita Arrecadada, em conformidade com os Balanços Orçamentários.

### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Receita	2002	2001
Estimada Atualizada	46.844.565.140,00	40.494.102.317,00
Arrecadada	49.766.052.466,78	43.973.174.960,53
Diferença	2.921.487.326,78	3.479.072.643,53
Percentual sobre a Estimada	6,24%	8,59%

Da mesma forma, comparando-se a receita arrecadada da Administração Indireta do exercício de 2.001 de R\$ 3.231.313.778,33, com a do exercício de 2.002, de R\$ 3.272.945.084,11, o crescimento nominal foi de R\$ 41.631.305,78, correspondente a 1,29%.

### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Receita	2002	2001
Estimada Atualizada	2.925.539.465,00	3.088.172.226,00
Arrecadada	3.272.945.084,11	3.231.313.778,33
Diferença	347.405.619,11	143.141.552,33
Percentual sobre a Estimada	11,87%	4,64%

De acordo com o quadro a seguir apresentado, a receita arrecadada da Administração Direta foi de R\$ 49.766.052.466,78 que é representada, principalmente, pela Receita Tributária, Transferências Correntes, Outras Receitas Correntes, Receita Patrimonial e Alienações de Bens.

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

Receitas Correntes	2002	%	2001	%
Tributária	40.934.249.561,35	82,25	36.963.008.862,33	84,06
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimonial	1.186.094.521,66	2,38	757.971.898,54	1,72
Agropecuária	3.829.812,19	0,01	2.855.380,46	0,01
Industrial	2.861.168,31	0,01	2.261.744,20	0,01
Serviços	112.933.558,78	0,23	106.302.490,07	0,24
Transferências Correntes	4.975.888.019,30	10,00	4.616.135.218,26	10,50
Outras Receitas Correntes	1.619.729.656,83	3,25	1.155.994.278,78	2,63
<b>sub-total</b>	<b>48.835.586.298,42</b>	<b>98,13</b>	<b>43.604.529.872,64</b>	<b>99,16</b>
Receitas de Capital	2002	%	2001	%
Operações de Crédito	308.824.656,53	0,62	171.667.639,47	0,39
Alienação de Bens	536.975.647,51	1,08	85.220.930,44	0,19
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	84.665.864,32	0,17	111.756.517,98	0,25
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>sub-total</b>	<b>930.466.168,36</b>	<b>1,87</b>	<b>368.645.087,89</b>	<b>0,84</b>
<b>Total</b>	<b>49.766.052.466,78</b>	<b>100,00</b>	<b>43.973.174.960,53</b>	<b>100,00</b>

Com relação à Administração Indireta temos:

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

Receitas Correntes	2002	%	2001	%
Tributária	168.619.460,56	5,15	300.320.693,36	9,29
Contribuições	1.525.730.616,42	46,62	1.444.583.538,18	44,71
Patrimonial	245.574.434,30	7,50	319.635.121,50	9,89
Agropecuária	765.123,38	0,02	505.562,47	0,02
Industrial	131.844.030,27	4,03	126.576.182,23	3,92
Serviços	359.150.888,12	10,97	370.123.803,60	11,45
Transferências Correntes	91.069.711,91	2,78	40.478.443,99	1,25
Outras Receitas Correntes	534.138.445,77	16,32	529.308.743,08	16,38
<b>sub-total</b>	<b>3.056.892.710,73</b>	<b>93,40</b>	<b>3.131.532.088,41</b>	<b>96,91</b>
Receitas de Capital	2002	%	2001	%
Operações de Crédito	180.280.860,02	5,51	38.022.429,30	1,18
Alienação de Bens	2.783.422,87	0,09	17.262.426,88	0,53
Amortização de Empréstimos	4.631.001,76	0,14	5.165.300,79	0,16
Transferências de Capital	26.726.809,79	0,82	35.661.520,54	1,10
Outras Receitas de Capital	1.630.279,34	0,05	3.670.012,41	0,11
<b>sub-total</b>	<b>216.052.373,78</b>	<b>6,60</b>	<b>99.781.689,92</b>	<b>3,09</b>
<b>Total</b>	<b>3.272.945.084,51</b>	<b>100,00</b>	<b>3.231.313.778,33</b>	<b>100,00</b>

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

CONSOLIDADO

Receitas Correntes	Adm. Direta	%	Adm. Indireta	%	Total	%
Tributária	40.934.249.561,35	82,25	168.619.460,56	5,15	41.102.869.021,91	77,50
Contribuições	0,00	0,00	1.525.730.616,42	46,62	1.525.730.616,42	2,88
Patrimonial	1.186.094.521,66	2,38	245.574.434,30	7,50	1.431.668.955,96	2,70
Agropecuária	3.829.812,19	0,01	765.123,38	0,02	4.594.935,57	0,01
Industrial	2.861.168,31	0,01	131.844.030,27	4,03	134.705.198,58	0,25
Serviços	112.933.558,78	0,23	359.150.888,12	10,97	472.084.446,90	0,89
Transferências Correntes	4.975.888.019,30	10,00	91.069.711,91	2,78	5.066.957.731,21	9,55
Outras Receitas Correntes	1.619.729.656,83	3,25	534.138.445,77	16,32	2.153.868.102,60	4,06
<b>sub-total</b>	<b>48.835.586.298,42</b>	<b>98,13</b>	<b>3.056.892.710,73</b>	<b>93,40</b>	<b>51.892.479.009,15</b>	<b>97,84</b>
Receitas de Capital	Adm. Direta	%	Adm. Indireta	%	Total	%
Operações de Crédito	308.824.656,53	0,62	180.280.860,02	5,51	489.105.516,55	0,92
Alienação de Bens	536.975.647,51	1,08	2.783.422,87	0,09	539.759.070,38	1,02
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	4.631.001,76	0,14	4.631.001,76	0,01
Transferências de Capital	84.665.864,32	0,17	26.726.809,79	0,82	111.392.674,11	0,21
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	1.630.279,34	0,05	1.630.279,34	0,00
<b>sub-total</b>	<b>930.466.168,36</b>	<b>1,87</b>	<b>216.052.373,78</b>	<b>6,60</b>	<b>1.146.518.542,14</b>	<b>2,16</b>
<b>Total</b>	<b>49.766.052.466,78</b>	<b>100,00</b>	<b>3.272.945.084,51</b>	<b>100,00</b>	<b>53.038.997.551,29</b>	<b>100,00</b>

1.1.1 - Receitas Correntes

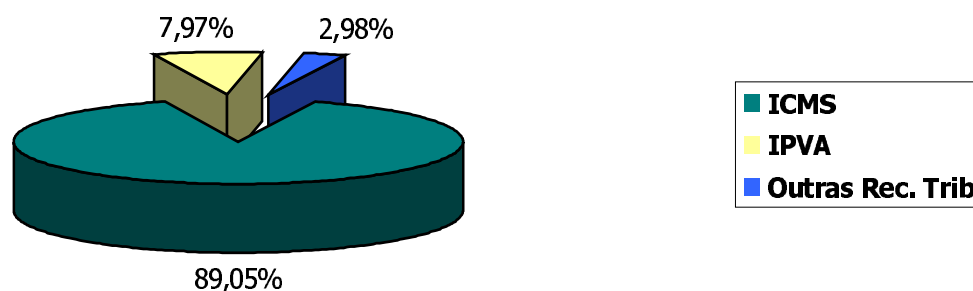
a) - Receitas Tributárias

Conforme quadro comparativo, constata-se que o item mais representativo nas Receitas Correntes da Administração Direta é o das Receitas Tributárias, que engloba a arrecadação do ICMS, do IPVA e Outras (adicional do Imposto de Renda, Impostos sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos, Taxas e Contribuições de Melhoria).

Verifica-se que, no âmbito da Administração Direta, a arrecadação da Receita Tributária, comparada ao exercício anterior, sofreu um acréscimo na ordem de 10,74%.

TRIBUTÁRIA	2002		2001	%
ICMS	36.453.326.781,47	89,05	33.165.922.503,97	89,73
IPVA	3.261.373.416,37	7,97	2.879.268.151,35	7,79
Outras Receitas Tributárias	1.219.549.363,51	2,98	917.818.207,01	2,48
TOTAL	40.934.249.561,35	100,00	36.963.008.862,33	100,00

**Receita Tributária**



## Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

Considerando que 25% da arrecadação do ICMS e 50% do IPVA devem ser transferidos aos Municípios, nos termos dos incisos I e II, artigo 167 da Constituição Estadual, temos que a Receita Tributária Líquida auferida em 2.002 pelo Estado corresponde a R\$ 30.332.618.636,04 equivalente a 73,80% da Receita Tributária Total Arrecadada.

### b) - Transferências Correntes

O total arrecadado a título de Transferências Correntes, está assim distribuído:

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Transferências Correntes	2002	2001
Transferências Intergovernamentais	4.232.879.746,23	3.818.778.719,76
Transferências de Instituições	3.206.793,61	5.192.148,19
Transferências do Exterior	112.941,61	541.300,50
Transferências de Pessoas	79.864,50	3.500,00
Transferências de Convênios	739.608.673,35	791.619.549,81
<b>Total</b>	<b>4.975.888.019,30</b>	<b>4.616.135.218,26</b>

#### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Transferências Correntes	2002	2001
Transferências Intergovernamentais	47.587.599,52	159.056,83
Transferências de Instituições	3.853.301,93	4.042.468,28
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	1.679,00	1.679,00
Transferências de Convênios	39.627.131,46	36.275.239,88
<b>Total</b>	<b>91.069.711,91</b>	<b>40.478.443,99</b>

# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

## CONSOLIDADO

Transferências Correntes	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total
Transferências Intergovernamentais	4.232.879.746,23	47.587.599,52	4.280.467.345,75
Transferências de Instituições Privadas	3.206.793,61	3.853.301,93	7.060.095,54
Transferências do Exterior	112.941,61	0,00	112.941,61
Transferências de Pessoas	79.864,50	1.679,00	81.543,50
Transferências de Convênios	739.608.673,35	39.627.131,46	779.235.804,81
<b>Total</b>	<b>4.975.888.019,30</b>	<b>91.069.711,91</b>	<b>5.066.957.731,21</b>

### c - Outras Receitas Correntes

No que tange a "Outras Receitas Correntes", temos o seguinte posicionamento:

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Outras Receitas Correntes	2002	2001
Multas e Juros de Mora	334.661.363,19	300.372.313,08
Indenizações e Restituições	556.034.677,26	488.828.079,55
Receitas da Dívida Ativa	548.125.573,05	213.193.493,38
Receitas Diversas	180.908.043,33	153.600.392,77
<b>Total</b>	<b>1.619.729.656,83</b>	<b>1.155.994.278,78</b>

#### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Outras Receitas Correntes	2002	2001
Multas e Juros de Mora	131.249.689,15	109.248.364,35
Indenizações e Restituições	246.917.496,77	213.150.072,79
Receitas da Dívida Ativa	298.065,22	360.042,73
Receitas Diversas	155.673.194,63	206.550.263,21
<b>Total</b>	<b>534.138.445,77</b>	<b>529.308.743,08</b>

#### CONSOLIDADO

Outras Receitas Correntes	Adm Direta	Adm. Indireta	Total
Multas e Juros de Mora	334.661.363,19	131.249.689,15	465.911.052,34
Indenizações e Restituições	556.034.677,26	246.917.496,77	802.952.174,03
Receitas da Dívida Ativa	548.125.573,05	298.065,22	548.423.638,27
Receitas Diversas	180.908.043,33	155.673.194,63	336.581.237,96
<b>Total</b>	<b>1.619.729.656,83</b>	<b>534.138.445,77</b>	<b>2.153.868.102,60</b>

# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

## d - Receitas de Origens Diversas

Agrupamos, sob este título, as demais receitas correntes, tendo em vista as suas peculiaridades, a saber:

### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Receitas de Origens Diversas	2002	2001
Receita de Contribuição	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.186.094.521,66	757.971.898,54
Receita Agropecuária	3.829.812,19	2.855.380,46
Receita Industrial	2.861.168,31	2.261.744,20
Receita de Serviços	112.933.558,78	106.302.490,07
<b>TOTAL</b>	<b>1.305.719.060,94</b>	<b>869.391.513,27</b>

No que se refere às Receitas Patrimoniais, são provenientes de:

Receitas Patrimoniais	2002	2001
Receitas Imobiliárias	11.768.058,94	3.683.861,97
Receitas de Valores Mobiliários	58.296.532,83	16.748.224,80
Outras Receitas	1.116.029.929,89	737.539.811,77
<b>TOTAL</b>	<b>1.186.094.521,66</b>	<b>757.971.898,54</b>

Com relação às "Outras Receitas", nelas estão consignadas Juros Bancários, Juros de Dívidas Ativas Diversas, Rendimentos de Aplicações Financeiras etc.

### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Receitas de Origens Diversas	2002	2001
Receita de Contribuições	1.525.730.616,42	1.444.583.538,18
Receita Patrimonial	245.574.434,30	319.635.121,50
Receita Agropecuária	765.123,38	505.562,47
Receita Industrial	131.844.030,27	126.576.182,23
Receita de Serviços	359.150.888,12	370.123.803,60
<b>TOTAL</b>	<b>2.263.065.092,49</b>	<b>2.261.424.207,98</b>

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

CONSOLIDADO

Receitas de Origens Diversas	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total
Receita de Contribuições	0,00	1.525.730.616,42	1.525.730.616,42
Receita Patrimonial	1.186.094.521,66	245.574.434,30	1.431.668.955,96
Receita Agropecuária	3.829.812,19	765.123,38	4.594.935,57
Receita Industrial	2.861.168,31	131.844.030,27	134.705.198,58
Receita de Serviços	112.933.558,78	359.150.888,12	472.084.446,90
<b>TOTAL</b>	<b>1.305.719.060,94</b>	<b>2.263.065.092,49</b>	<b>3.568.784.153,43</b>

No que se refere às Receitas de Contribuições da Administração Indireta, são provenientes de:

Receitas de Contribuições	2002
Contribuições Facultativas	10.241,32
Contribuições Assistência Médica Hospitalar e Odontológica	55.364.916,86
Contribuições Obrigatórias p/ Assistência Médica Odontológica	243.840.262,07
Contribuições Facultativas dos Agregados	7.330.848,53
Contribuição do Estado para Pensão Mensal	119.543.482,38
Contribuição das Autarquias p/ Pensão Mensal	14.571.702,04
Transferência dos Municípios	1.232.178,23
Contribuição Patronal para Servidor Militar	0,00
Funcionários do Estado	606.749.456,74
Funcionários das Autarquias	93.580.163,78
Funcionários dos Municípios	443.431,70
Contribuição dos Servidores da Justiça	16.956.004,18
Contribuição dos Titulares das Serventias da Justiça	10.858.574,22
Contribuição Inativo e Pensionista Civil - Estado	160.144.307,82
Contribuição Inativo e Pensionista Civil - Autarquia	9.269.388,43
Contribuição Inativo e Pensionista Civil - Município	849.603,93
Contribuição Inativo e Pensionista Civil - Servidores da Justiça	6.727.178,66
Contribuição Inativo e Pensionista Civil - Tit.Serv	0,00
Contribuição de Policiais para Pensão Mensal	97.431.420,68
Contribuição Militar na Reserva, Reformado Pens. Militar	76.468.740,26
Contribuição Facultativa da Cart.Prev.Economistas	33.216,47
Contribuição Facultativa da Cart.Prev.Advogados	4.325.498,12
<b>T O T A L</b>	<b>1.525.730.616,42</b>

Relatório complementar da auditoria indica que:

- a) o valor de R\$ 55.364.916,86 se refere às contribuições para assistência médica, hospitalar e odontológica dos servidores da Polícia Militar para a Caixa Beneficente da Polícia Militar;
- b) o valor de R\$ 243.840.262,07 se refere às contribuições obrigatórias pra assistência médica e odontológica dos servidores estaduais ao IAMSPE;
- c) o valor de R\$ 119.543.482,38 se refere à contribuição patronal do Estado para pensão mensal, ou seja, pra o IPESP, consignando, a auditoria, que o repasse cobre apenas a necessidade financeira

## Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

do Instituto

- d) o valor de R\$ 606.749.456,74 corresponde à contribuição dos servidores estaduais para o IPESP.
- e) O valor de R\$ 443.431,70 corresponde à contribuição de servidores municipais ao IPESP, referentes aos municípios que firmaram convênio. Não indica a auditoria quais ou quantos são os municípios.

### 1.1.2 - Receitas de Capital

#### a) - Operações de Crédito

As Receitas provenientes de Operações de Crédito realizadas, como preceitua o § 4º do artigo 11 da Lei n.º 4.320/64, somaram a importância de R\$ 489.105.516,55 para uma Receita Orçada de R\$ 542.719.965,00, representando a menor o valor de R\$ 53.614.448,45, correspondente a um percentual de 9,88%.

As Operações de Crédito, no exercício de 2.002, foram realizadas da seguinte forma:

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Operações de Crédito	2002	2001
Operações de Crédito Internas	112.138.696,67	20.691.000,00
Operações de Crédito Externas	196.685.959,86	150.976.639,47
<b>TOTAL</b>	<b>308.824.656,53</b>	<b>171.667.639,47</b>

#### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Operações de Crédito	2002	2001
Operações de Crédito Internas	463.349,63	826.743,92
Operações de Crédito Externas	179.817.510,39	37.195.685,38
<b>TOTAL</b>	<b>180.280.860,02</b>	<b>38.022.429,30</b>

#### CONSOLIDADO

Operações de Crédito	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total
Operações de Crédito Internas	112.138.696,67	463.349,63	112.602.046,30
Operações de Crédito Externas	196.685.959,86	179.817.510,39	376.503.470,25
<b>TOTAL</b>	<b>308.824.656,53</b>	<b>180.280.860,02</b>	<b>489.105.516,55</b>

## Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

Em relatório complementar, informou, a auditoria, a previsão para essas operações de crédito:

Administração	Previsão	Execução
Direta	404.830.020,	308.824.656,
Indireta	137.889.945,	180.280.859,
Total	542.719.965	489.105.515,

Observa-se, assim, que, conquanto no total a execução tenha ficado abaixo da previsão, a Administração Indireta contratou valor superior ao previsto.

### **b - Alienações de Bens**

Conforme se verifica no Balanço Geral, o montante arrecadado a este título corresponde a R\$ 539.759.070,38, que representa 47,07% do total das Receitas de Capital, que importou em R\$ 1.146.518.541,74.

Essa receita é proveniente da venda de bens patrimoniais do Estado, conforme segue:

	Adm. Direta	Adm. Indireta	TOTAL
Alienação de Bens Móveis	533.709.768,21	577.523,21	534.287.291,42
Alienação de Bens Imóveis	3.265.879,30	2.205.899,66	5.471.778,96
Total	536.975.647,51	2.783.422,87	539.759.070,38

### **1.2 - Despesas**

A despesa realizada atingiu a importância de R\$ 52.420.669.489,58 que, em relação à despesa autorizada de R\$ 54.206.966.666,00, representou uma economia orçamentária de R\$ 1.786.327.176,42, que corresponde a um percentual de 3,29%.

Preliminarmente, detalhamos a composição das despesas

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

realizadas.

Despesas Correntes	Adm. Direta	%	Adm. Indireta	%	Total	%
..Pessoal e Encargos Sociais	18.420.773.980,64	42,43	5.475.506.545,55	60,81	23.896.280.526,19	45,59
..Juros e Encargos da Dívida	3.371.738.040,97	7,77	40.005.985,43	0,44	3.411.744.026,40	6,51
..Outras Despesas Correntes	17.881.010.747,19	41,18	2.665.015.085,04	29,60	20.546.025.832,23	37,92
sub-total	39.673.522.768,80	91,38	8.180.527.616,02	90,86	47.854.050.384,82	91,29
Despesas de Capital	Adm. Direta		Adm. Indireta		Total	
..Investimentos	1.068.842.984,89	2,46	785.592.827,89	8,73	1.854.435.812,78	3,54
..Inversões Financeiras	1.874.397.076,93	4,32	286.743,80	0,00	1.874.683.820,73	3,58
..Amortização Dívida	800.145.363,65	1,84	37.354.107,60	0,41	837.499.471,25	1,60
sub-total	3.743.385.425,47	8,62	823.233.679,29	9,14	4.566.619.104,76	8,71
<b>Total</b>	<b>43.416.908.194,27</b>	<b>100,00</b>	<b>9.003.761.295,31</b>	<b>100,00</b>	<b>52.420.669.489,58</b>	<b>100,00</b>

### 1.2.1 - Despesas Correntes

#### a) Pessoal e Encargos Sociais

Pelo quadro apresentado, verificamos que o montante mais expressivo refere-se a despesas com Pessoal e Encargos, totalizando R\$ 23.896.280.526,19, que correspondem a 45,59% da despesa total do Estado.

Detalhamos a seguir os gastos despendidos a este título, individualmente, pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, a saber:

# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

ORGÃOS	2002	%	2001	%
Assembleia Legislativa	242.728.121,66	1,0158%	228.661.948,79	1,0650%
Tribunal de Contas do Estado	187.115.772,89	0,7830%	163.039.348,40	0,7593%
Tribunal de Justiça	2.113.368.165,17	8,8439%	1.864.327.939,50	8,6830%
Primeiro Tribunal de Alçada Civil	89.202.533,11	0,3733%	79.548.435,00	0,3705%
Tribunal de Alçada Criminal	93.630.992,35	0,3918%	82.292.980,36	0,3833%
Tribunal de Justiça Militar	16.120.646,07	0,0675%	15.187.628,72	0,0707%
Gabinete do Governador	2.572.195,41	0,0108%	2.499.901,12	0,0116%
Sec. da Educação	6.306.532.229,41	26,3913%	5.833.661.717,69	27,1700%
Fundação para o Desenv. da Educação	24.468.290,73	0,1024%	21.158.006,41	0,0985%
Sec. da Saúde	1.423.389.440,84	5,9565%	1.205.110.954,00	5,6127%
Fundação para o Remedio Popular	26.291.880,36	0,1100%	24.822.902,40	0,1156%
Fundação Oncocentro de São Paulo	3.910.205,78	0,0164%	3.469.415,13	0,0162%
Fund. Pro-Sangue Hemocentro S. Paulo	13.929.090,18	0,0583%	11.797.837,55	0,0549%
Superintendencia de Cont. de Endemias	22.862.747,77	0,0957%	20.791.360,00	0,0968%
Hospital das Clinicas Fac. Med. Rib Preto	73.859.468,58	0,3091%	64.661.919,52	0,3012%
Hospital das Clinicas Fac. Med. São Paulo	203.002.284,43	0,8495%	182.087.648,85	0,8481%
Instituto de Assistência Med. Serv. Púb.	96.854.302,77	0,4053%	92.445.390,24	0,4306%
Sec. da Ciência, Tecnologia, Des. Econ. e	18.103.281,32	0,0758%	12.604.042,64	0,0587%
Fundação Amparo Pesquisa Est. São Paulo	15.374.982,96	0,0643%	13.781.365,04	0,0642%
Fundação Parque Zoológico de São Paulo	3.117.610,76	0,0130%	0,00	0,0000%
Universidade de São Paulo	1.201.428.072,93	5,0277%	1.093.460.064,68	5,0927%
Universidade Estadual de Campinas	525.453.535,43	2,1989%	471.334.561,84	2,1952%
Universidade Est. Julio Mesq. Filho - U	568.715.869,02	2,3799%	490.044.995,26	2,2824%
Centro Est. Educ. Tec. Paula Souza	159.642.090,00	0,6681%	139.588.343,00	0,6501%
Faculdade de Engenharia Química de Lore	11.362.851,49	0,0476%	10.987.745,12	0,0512%
Faculdade de Medicina de Marília	27.055.397,00	0,1132%	23.668.633,86	0,1102%
Faculdade de Medicina de S.J. Rio Preto	18.944.140,20	0,0793%	17.551.531,99	0,0817%
Sec. da Cultura	9.047.175,27	0,0379%	8.519.161,79	0,0397%
Fund. Padre Anchieta - Rádio e TV Educ	55.508.145,47	0,2323%	53.611.238,00	0,2497%
Fund. Memorial de America Latina	3.935.044,01	0,0165%	4.106.831,60	0,0191%
Sec. da Agricultura e Abastecimento	210.915.285,08	0,8826%	198.069.836,53	0,9225%
Sec. de Energia	311.765.406,24	1,3047%	275.513.383,84	1,2832%
Comissão de Serv. Públicos de Energia	799.910,66	0,0033%	771.841,20	0,0036%
Sec. dos Transportes	12.251.722,04	0,0513%	11.102.552,67	0,0517%
Departamento de Estradas de Rodagem	176.150.089,79	0,7371%	153.889.393,72	0,7167%
Departamento Aeroviário Est. São Paulo	7.042.473,87	0,0295%	6.491.522,30	0,0302%
Agência Reg. Serv. públ. Deleg. Transp	0,00	0,0000%	0,00	0,0000%
Sec. da Justiça e Defesa da Cidadania	55.994.376,13	0,2343%	51.619.551,14	0,2404%
Fund. de Prot. e Def. do Consumidor	8.925.138,61	0,0373%	8.009.559,00	0,0373%
Fund. Inst. Terras José Gomes da Silva	21.112.628,92	0,0884%	10.912.778,81	0,0508%
Inst. Med. Social Criminologia de S.P.	3.588.944,47	0,0150%	2.818.389,27	0,0131%
Sec. da Segurança Pública	4.210.239.900,56	17,6188%	3.712.371.236,36	17,2902%
Guarda Noturna de Campinas	0,00	0,0000%	2.799.967,75	0,0130%
Caixa Beneficente da Policia Militar	479.142.365,69	2,0051%	440.907.156,91	2,0535%
Sec. da Fazenda	1.220.823.121,05	5,1088%	1.156.380.563,53	5,3858%
Bolsa Oficial de Café Merc. de Santos	5.645,13	0,0000%	7.207,94	0,0000%
Sec. da Administração Geral do Estado	486.912.418,12	2,0376%	451.475.452,54	2,1027%
Segundo Tribunal de Alçada Civil	85.033.803,30	0,3558%	74.617.696,47	0,3475%
Secretaria do Emprego e Rel. do Trabalho	29.990.168,51	0,1255%	28.582.813,51	0,1331%
Fund. Cent. Educ. Rec. e Esport Trab.	1.605.922,11	0,0067%	727.078,06	0,0034%
Superint. Trab. Artesanal Comunid.	1.355.956,14	0,0057%	1.126.212,34	0,0052%
Sec. de Turismo	3.219.128,69	0,0135%	16.648.577,74	0,0775%
Fundação Parque Zoológico	2.101.484,52	0,0088%	5.364.284,35	0,0250%
Sec. da Habitação	3.768.468,77	0,0158%	3.500.256,15	0,0163%
Sec. do Meio Ambiente	48.133.529,51	0,2014%	45.379.822,77	0,2114%
Fund. Conserv. e Produção Florestal	12.418.384,04	0,0520%	11.162.021,90	0,0520%
Ministério Público	523.412.428,52	2,1904%	510.145.038,13	2,3760%
Sec. do Governo e Gestão Estratégica	35.654.916,93	0,1492%	33.922.511,48	0,1580%
Fund. Desenv. Administrativo	16.068.262,37	0,0672%	15.206.644,79	0,0708%
Instituto de Prev. Estado de São Paulo	1.161.995.410,92	4,8627%	1.007.971.322,20	4,6946%
Cart. Prev. Serv. Não Oficial. Justiça	204.308.116,00	0,8550%	181.056.987,78	0,8433%
Cart. Prev. Serv. dos Economistas de S	16.545,18	0,0001%	15.597,76	0,0001%
Cart. Prev. Serv. dos Advogados de S.P	20.682.848,00	0,0866%	17.194.913,98	0,0801%
Sec. da Economia e Planejamento	7.590.966,20	0,0318%	7.464.384,54	0,0348%
Fund. Pref. Faria Lima -CEPAM	17.292.604,46	0,0724%	15.416.512,32	0,0718%
Fund. Sistema Est. Analise de Dados	24.012.295,39	0,1005%	22.935.814,01	0,1068%
Sec. da Assistência e Desenv. Social	21.437.554,21	0,0897%	21.868.036,72	0,1018%
Fund. Est. Bem Estar Menor - Febem	0,00	0,0000%	128.439.173,44	0,5982%
Sec. dos Transportes Metropolitanos	1.247.597,73	0,0052%	1.371.958,96	0,0064%
Agência Metropolitana Baixada Santista	169.074,74	0,0007%	164.701,85	0,0008%
Sec. da Administração Penitenciária	394.398.811,03	1,6505%	310.281.437,58	1,4451%
Fund. Prof. Dr. Manoel P. Pimentel	14.109.649,93	0,0590%	13.127.862,58	0,0611%
Sec. dos Recursos Hídricos, San. e Obras	13.086.455,62	0,0548%	6.712.698,12	0,0313%
Depto. de Aguas e Energia Eletrica	87.299.528,37	0,3653%	72.563.116,46	0,3380%
Procuradoria Geral do Estado	232.628.627,59	0,9735%	200.043.214,19	0,9317%
Sec. da Juventude, Esporte e Lazer	10.458.741,31	0,0438%	0,00	0,0000%
Fund. Est. Bem Estar Menor - Febem	159.587.256,37	0,6678%	0,00	0,0000%
T O T A L	23.896.280.526,19	100,00%	21.470.974.932,19	100,00%

## Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

Verifica-se que os maiores valores foram despendidos, pela ordem, por: Secretaria da Educação, Secretaria da Segurança Pública, Tribunal de Justiça e Secretaria da Saúde.

### b) Juros e Encargos da Dívida

Detalhando o valor apresentado, temos que:

Administração Direta	2002	2001
Juros sobre Dívida por Contrato	3.131.371.995,85	2.906.629.868,01
Outros Encargos sobre Dívida por Contrato	240.366.045,12	122.592.400,04
<b>TOTAL</b>	<b>3.371.738.040,97</b>	<b>3.029.222.268,05</b>

Administração Indireta	2002	2001
Juros sobre Dívida por Contrato	39.122.708,66	8.149.061,62
Outros Encargos sobre Dívida por Contrato	883.276,77	6.673.832,36
<b>TOTAL</b>	<b>40.005.985,43</b>	<b>14.822.893,98</b>

Consolidado	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total
Juros sobre Dívida por Contrato	3.131.371.995,85	39.122.708,66	3.170.494.704,51
Outros Encargos sobre Dívida por Contrato	240.366.045,12	883.276,77	241.249.321,89
<b>TOTAL</b>	<b>3.371.738.040,97</b>	<b>40.005.985,43</b>	<b>3.411.744.026,40</b>

### c - Outras Despesas Correntes

Neste grupo detalhamos as seguintes despesas:

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

Outras Despesas Correntes	2002	2001
Transf. Intragovernamentais	0,00	550.891.404,68
Transferências a União	3.099.943,48	718.321,31
Transferências a Municípios	11.643.162.627,84	10.425.165.452,22
Transf. a Instituições Privadas	636.965.943,11	803.972.186,68
Transf. a Inst. Multigov.	11.615.821,59	13.132.318,78
Transf. ao Exterior	43.944.329,00	21.297.049,60
Aplicações Diretas	5.542.222.082,17	4.060.751.599,43
<b>TOTAL</b>	<b>17.881.010.747,19</b>	<b>15.875.928.332,70</b>

**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

Outras Despesas Correntes	2002	2001
Transf. Intragovernamentais	0,00	60.197.143,00
Transferências a União	0,00	0,00
Transferências a Municípios	164.156,78	99.810,74
Transf. a Instituições Privadas	67.122.789,19	64.167.820,39
Transf. a Inst. Multigov.	0,00	0,00
Transf. ao Exterior	0,00	0,00
Aplicações Diretas	2.597.728.139,07	2.457.880.475,59
<b>TOTAL</b>	<b>2.665.015.085,04</b>	<b>2.582.345.249,72</b>

**CONSOLIDADO**

Outras Despesas Correntes	Adm Direta	Adm. Indireta	Total
Transf. Intragovernamentais	0,00	0,00	0,00
Transferências a União	3.099.943,48	0,00	3.099.943,48
Transferências a Municípios	11.643.162.627,84	164.156,78	11.643.326.784,62
Transf. a Instituições Privadas	636.965.943,11	67.122.789,19	704.088.732,30
Transf. a Inst. Multigov.	11.615.821,59	0,00	11.615.821,59
Transf. ao Exterior	43.944.329,00	0,00	43.944.329,00
Aplicações Diretas	5.542.222.082,17	2.597.728.139,07	8.139.950.221,24
<b>TOTAL</b>	<b>17.881.010.747,19</b>	<b>2.665.015.085,04</b>	<b>20.546.025.832,23</b>

Destacamos no item "Aplicações Diretas":

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

Aplicações Diretas	2002	2001
Diárias - Civil	56.708.824,50	99.751.949,80
Diárias - Militar	1.797.061,13	1.916.334,01
Auxílio Financeiro a Estudantes	46.756.781,04	40.415.874,95
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00
Material de Consumo	860.233.384,11	787.456.584,05
Material de Distribuição Gratuita	4.771.961,94	9.641.024,66
Passagens e Despesas com Locomoção	50.760.681,49	46.946.651,04
Serviços de Consultoria	17.670.625,95	6.450.659,05
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	98.930.678,57	100.882.124,70
Serviços de Limp., Vig. e Outros - P. Jurídica	125.701.032,06	122.404.477,87
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.331.200.708,41	1.429.323.980,17
Contribuições	816.914.403,22	0,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	233.653,82	177.597.379,95
Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	104.935.863,27	0,00
Serviços Utilidade Pública	454.646.065,91	323.632.398,04
Sentenças Judiciais	289.002.225,00	313.409.697,00
Despesas de Exercícios Anteriores	25.328.350,69	108.399.277,90
Indenizações e Restituições	250.966.616,09	57.640.189,66
Ressarc. de Despesas de Pessoal Requisitado	5.663.164,97	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.542.222.082,17</b>	<b>3.625.868.602,85</b>

**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

Aplicações Diretas	2002	2001
Diárias - Civil	19.356.310,36	16.003.144,09
Diárias - Militar	2.425.259,88	2.390.400,00
Auxílio Financeiro a Estudantes	33.211.207,76	28.285.568,44
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	455.589.491,54	493.215.899,71
Material de Consumo	426.053.988,98	373.985.811,81
Material de Distribuição Gratuita	70.297,75	148.802,58
Passagens e Despesas com Locomoção	54.137.296,11	48.647.096,87
Serviços de Consultoria	35.166.318,72	22.352.296,34
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	61.854.140,94	54.314.816,86
Serviços de Limp., Vig. e Outros - P. Jurídica	108.063.332,57	97.495.183,47
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	621.514.166,62	496.583.004,05
Contribuições	0,00	0,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	21.847.481,61	34.773.343,04
Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	41.182,50	0,00
Serviços Utilidade Pública	156.156.899,76	110.485.477,65
Sentenças Judiciais	422.389.651,23	455.690.240,12
Despesas de Exercícios Anteriores	14.168.115,15	24.844.554,17
Indenizações e Restituições	138.405.005,89	158.061.285,64
Ressarc. de Despesas de Pessoal Requisitado	27.277.991,70	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.597.728.139,07</b>	<b>2.417.276.924,84</b>

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

CONSOLIDADO

Aplicações Diretas	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total
Diárias - Civil	56.708.824,50	19.356.310,36	76.065.134,86
Diárias - Militar	1.797.061,13	2.425.259,88	4.222.321,01
Auxílio Financeiro a Estudantes	46.756.781,04	33.211.207,76	79.967.988,80
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	455.589.491,54	455.589.491,54
Material de Consumo	860.233.384,11	426.053.988,98	1.286.287.373,09
Material de Distribuição Gratuita	4.771.961,94	70.297,75	4.842.259,69
Passagens e Despesas com Locomoção	50.760.681,49	54.137.296,11	104.897.977,60
Serviços de Consultoria	17.670.625,95	35.166.318,72	52.836.944,67
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	98.930.678,57	61.854.140,94	160.784.819,51
Serviços de Limp., Vig. e Outros - P. Jurídica	125.701.032,06	108.063.332,57	233.764.364,63
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.331.200.708,41	621.514.166,62	2.952.714.875,03
Contribuições	816.914.403,22	0,00	816.914.403,22
Obrigações Tributárias e Contributivas	233.653,82	21.847.481,61	22.081.135,43
Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	104.935.863,27	41.182,50	104.977.045,77
Serviços Utilidade Pública	454.646.065,91	156.156.899,76	610.802.965,67
Sentenças Judiciais	289.002.225,00	422.389.651,23	711.391.876,23
Despesas de Exercícios Anteriores	25.328.350,69	14.168.115,15	39.496.465,84
Indenizações e Restituições	250.966.616,09	138.405.005,89	389.371.621,98
Ressarc. de Despesas de Pessoal Requisitado	5.663.164,97	27.277.991,70	32.941.156,67
<b>TOTAL</b>	<b>5.542.222.082,17</b>	<b>2.597.728.139,07</b>	<b>8.139.950.221,24</b>

**c.1.) Remuneração de Serviços de Natureza Eventual**

Por fim, em que pesem os valores mais significativos, merece destaque a remuneração de serviços pessoais, no total de R\$ 98.930.678,57, Administração Direta, que, no plano de contas do SIAFEM, tem sua denominação "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física" onde se enquadram a prestação de serviços de natureza eventual por pessoa física sem vínculo empregatício.

Ilustramos, a seguir, a composição dos dispêndios a este título, por Órgãos, destacando-se dentre eles as Secretarias da Cultura com 50,66% e da Saúde com 15,62%, entre outros.

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

ORGÃO	R\$	%
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	105.480,00	0,1066
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	32.106,69	0,0325
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	4.294.470,39	4,3409
04000 - PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALCADA CIVIL	2.802,34	0,0028
05000 - TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL	1.351.578,31	1,3662
07000 - GABINETE DO GOVERNADOR	3.792,60	0,0038
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	1.182.759,41	1,1955
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	15.454.382,89	15,6214
10000 - SEC.DA CIENCIA,TECNOLOG.,DES.ECON.E TURISMO	366.538,08	0,3705
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	50.121.351,44	50,6631
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	5.802.374,01	5,8651
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	7.529,10	0,0076
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	5.850,00	0,0059
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	3.388.832,93	3,4255
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	2.588.892,94	2,6169
22000 - SEGUNDO TRIBUNAL DE ALCADA CIVIL	57.664,58	0,0583
23000 - SEC. DO EMPREGO RELAÇÕES DO TRABALHO	1.443.684,27	1,4593
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	362.319,25	0,3662
25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO	284.611,92	0,2877
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	864.658,64	0,8740
27000 - MINISTERIO PUBLICO	2.554.838,39	2,5825
28000 - SEC. GOV E GESTÃO ESTRATEGICA	85.597,52	0,0865
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	132.469,45	0,1339
35000 - SEC.EST.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL	553.894,06	0,5599
37000 - SEC. DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	13.800,00	0,0139
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	1.166.443,70	1,1791
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	2.884.813,82	2,9160
41000 - SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	3.817.141,84	3,8584
<b>T O T A L</b>	<b>98.930.678,57</b>	<b>100,00</b>

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

### 1.2.2 - Despesas de Capital

Considerando-se as categorias que compõem este tipo de despesas, temos:

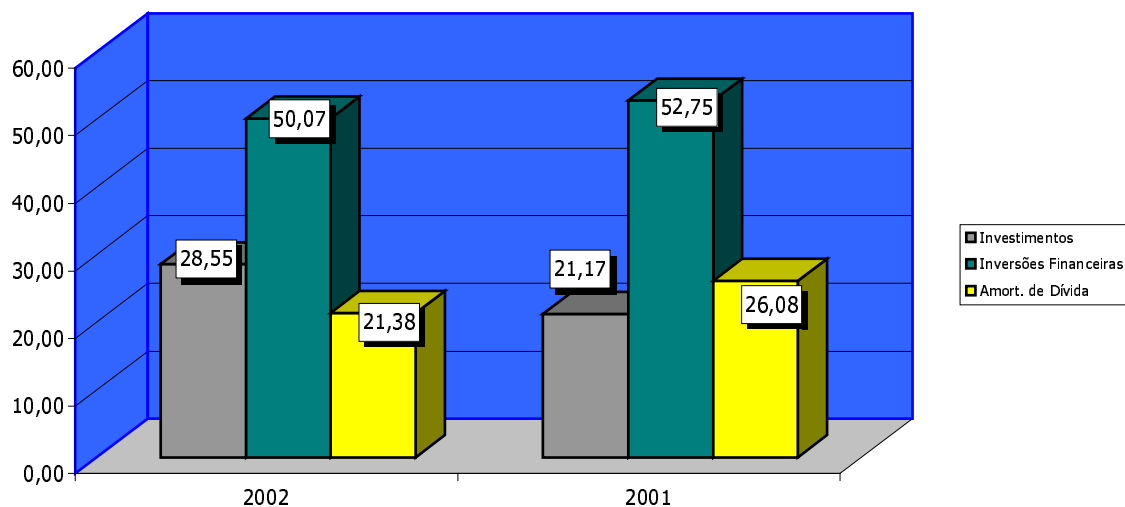
	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total
<b>Investimentos</b>	<b>1.068.842.984,89</b>	<b>785.592.827,89</b>	<b>1.854.435.812,78</b>
<b>. Transferências a Municípios</b>	<b>214.779.275,58</b>	<b>5.005.428,58</b>	<b>219.784.704,16</b>
. Obras e Instalações	207.644.150,93	5.005.428,58	212.649.579,51
. Equip. e Material Permanente	7.135.124,65	0,00	7.135.124,65
<b>. Trans. a Instit. Privadas sem Fins Lucrativos</b>	<b>31.595.607,94</b>	<b>0,00</b>	<b>31.595.607,94</b>
. Auxílios	31.595.607,94	0,00	31.595.607,94
<b>. Trans. a Instit. Multigovernamentais Nacionais</b>	<b>651.549,20</b>	<b>0,00</b>	<b>651.549,20</b>
. Auxílios	651.549,20	0,00	651.549,20
<b>. Aplicações Diretas</b>	<b>821.816.552,17</b>	<b>780.587.399,31</b>	<b>1.602.403.951,48</b>
. Auxílios	141.729.330,84	86.960,19	141.816.291,03
. Obras e Instalações	322.590.770,74	640.955.969,90	963.546.740,64
. Equip. e Material Permanente	288.832.493,92	120.274.833,84	409.107.327,76
. Sentenças Judiciais	68.216.616,00	7.301.824,72	75.518.440,72
. Despesas de Exerc. Anteriores	447.340,67	11.967.810,66	12.415.151,33
<b>Inversões Financeiras</b>	<b>1.874.397.076,93</b>	<b>286.743,80</b>	<b>1.874.683.820,73</b>
<b>. Aplicações Diretas</b>	<b>1.874.397.076,93</b>	<b>286.743,80</b>	<b>1.874.683.820,73</b>
. Aquisição de Imóveis	510.122,70	204.882,90	715.005,60
. Aquisição de Produtos para Revenda	0,00	81.860,90	81.860,90
. Const. ou Aumento de Capital de Empresas	1.873.886.954,23	0,00	1.873.886.954,23
<b>Amortização da Dívida</b>	<b>800.145.363,65</b>	<b>37.354.107,60</b>	<b>837.499.471,25</b>
<b>. Aplicações Diretas</b>	<b>800.145.363,65</b>	<b>37.354.107,60</b>	<b>837.499.471,25</b>
. Principal da Dívida Contratual Resgatado	800.145.363,65	37.354.107,60	837.499.471,25
<b>TOTAL</b>	<b>3.743.385.425,47</b>	<b>823.233.679,29</b>	<b>4.566.619.104,76</b>

Assim, em função do total das Despesas de Capital, temos que os valores mais representativos são referentes à Constituição ou Aumento de Capital de Empresa, às Obras e Instalações e à Amortização da Dívida Interna. Comparativamente ao exercício anterior, encontramos a seguinte posição:

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

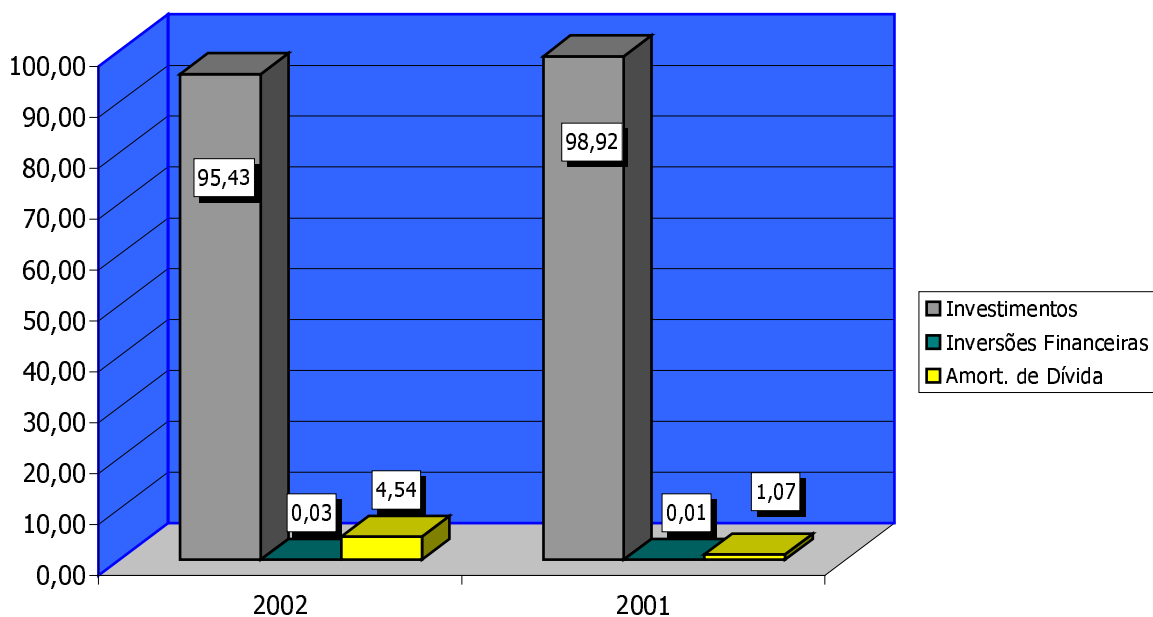
DESPESAS DE CAPITAL	2002	%	2001	%
Investimentos	1.068.842.984,89	28,55	739.267.946,09	21,17
Inversões Financeiras	1.874.397.076,93	50,07	1.842.401.453,49	52,75
Amortização de Dívida	800.145.363,65	21,38	910.957.858,80	26,08
<b>TOTAL</b>	<b>3.743.385.425,47</b>	<b>100,00</b>	<b>3.492.627.258,38</b>	<b>100,00</b>

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI



ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

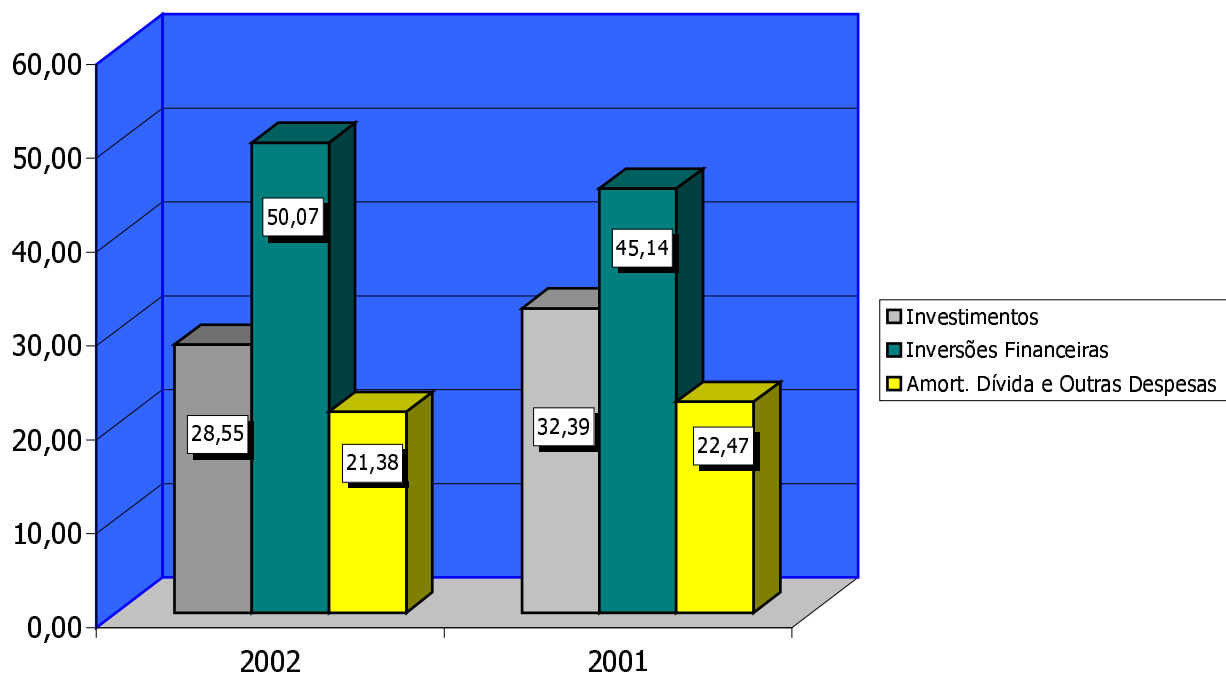
DESPESAS DE CAPITAL	2002	%	2001	%
Investimentos	785.592.827,89	95,43	582.823.543,25	98,92
Inversões Financeiras	286.743,80	0,03	48.798,45	0,01
Amort. da Dívida	37.354.107,60	4,54	6.299.784,40	1,07
<b>TOTAL</b>	<b>823.233.679,29</b>	<b>100,00</b>	<b>589.172.126,10</b>	<b>100,00</b>



CONSOLIDADO

DESPESAS DE CAPITAL	2002	%	2001	%
Investimentos	1.068.842.984,89	28,55	1.322.091.489,34	32,39
Inversões Financeiras	1.874.397.076,93	50,07	1.842.450.251,94	45,14
Amort. da Dívida e Outras Despesas	800.145.363,65	21,38	917.257.643,20	22,47
<b>TOTAL</b>	<b>3.743.385.425,47</b>	<b>100,00</b>	<b>4.081.799.384,48</b>	<b>100,00</b>

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI



**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**1.2.3 - Despesas por Órgão**

Demonstramos, a seguir, quadro consolidado das despesas realizadas por Órgãos, segundo as categorias de Despesas.

DESPESAS CORRENTES				
ORGÃOS	Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas	Total
Assembleia Legislativa	242.728.121,66	0,00	42.257.874,14	284.985.995,80
Tribunal de Contas do Estado	187.115.772,89	0,00	11.590.345,85	198.706.118,74
Tribunal de Justiça	2.113.368.165,17	0,00	178.234.108,06	2.291.602.273,23
Primeiro Tribunal de Alçada Civil	89.202.533,11	0,00	5.041.182,73	94.243.715,84
Tribunal de Alçada Criminal	93.630.992,35	0,00	6.026.596,53	99.657.588,88
Tribunal de Justiça Militar	16.120.646,07	0,00	748.274,43	16.868.920,50
Gabinete do Governador	2.572.195,41	0,00	3.582.483,77	6.154.679,18
Sec. da Educação	6.306.532.229,41	0,00	1.713.096.763,79	8.019.628.993,20
Fundação para o Desenv. da Educação	24.468.290,73	0,00	10.861.777,94	35.330.068,67
Sec. da Saúde	1.423.389.440,84	191.949,16	1.589.027.288,36	3.012.608.678,36
Fundação para o Remedio Popular	26.291.880,36	0,00	94.236.830,89	120.528.711,25
Fundação OncoCentro de São Paulo	3.910.205,78	0,00	1.499.078,60	5.409.284,38
Fund. Pro-Sangue Hemocentro S. Pau	13.929.090,18	0,00	42.596.567,14	56.525.657,32
Superintendencia de Cont. de Endem	22.862.747,77	0,00	12.138.987,44	35.001.735,21
Hospital das Clinicas Fac. Med. Rib	73.859.468,58	88.701,67	31.145.301,98	105.093.472,23
Hospital das Clinicas Fac. Med. São	203.002.284,43	161.093,70	263.830.490,82	466.993.868,95
Instituto de Assistência Med. Serv.	96.854.302,77	120.463,64	164.559.417,36	261.534.183,77
Sec. da Ciência e Tecnologia	18.103.281,32	272.054,90	54.158.192,62	72.533.528,84
Fundação Amparo Pesquisa Est. São P	15.374.982,96	0,00	459.020.884,48	474.395.867,44
Fundação Parque Zoológico de São Pa	3.117.610,76	0,00	3.036.146,12	6.153.756,88
Universidade de São Paulo	1.201.428.072,93	0,00	229.425.092,32	1.430.853.165,25
Universidade Estadual de Campinas	525.453.535,43	92.218,66	91.886.293,86	617.432.047,95
Universidade Est. Julio Mesq. Filho	568.715.869,02	146.792,86	135.892.520,94	704.755.182,82
Centro Est. Educ. Tec. Paula Souza	159.642.090,00	0,00	14.661.744,95	174.303.834,95
Faculdade de Engenharia Química de	11.362.851,49	0,00	1.922.074,13	13.284.925,62
Faculdade de Medicina de Marília	27.055.397,00	0,00	1.878.693,15	28.934.090,15
Faculdade de Medicina de S.J. Rio P	18.944.140,20	0,00	1.598.305,20	20.542.445,40
Sec. da Cultura	9.047.175,27	0,00	101.032.644,36	110.079.819,63
Fund. Padre Anchieta - Rádio e TV E	55.508.145,47	0,00	35.312.629,14	90.820.774,61
Fund. Memorial de America Latina	3.935.044,01	0,00	3.582.595,71	7.517.639,72
Sec. da Agricultura e Abastecimento	210.915.285,08	0,00	193.254.723,62	404.170.008,70
Sec. de Energia	311.765.406,24	0,00	736.806,58	312.502.212,82
Comissão de Serv. Públicos de Ener	799.910,66	0,00	12.436.061,93	13.235.972,59
<b>a transportar</b>	<b>14.081.007.165,35</b>	<b>1.073.274,59</b>	<b>5.510.308.778,94</b>	<b>19.592.389.218,88</b>

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

DESPESAS CORRENTES				
ORGÃOS	Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas	Total
<b>de transporte</b>	<b>14.081.007.165,35</b>	<b>1.073.274,59</b>	<b>5.510.308.778,94</b>	<b>19.592.389.218,88</b>
Sec. dos Transportes	12.251.722,04	0,00	2.876.248,09	15.127.970,13
Departamento de Estradas de Rodag	176.150.089,79	0,00	425.061.852,42	601.211.942,21
Departamento Aeroviário Est. São	7.042.473,87	0,00	8.299.801,73	15.342.275,60
Ag. Reg. Publ. Deleg. Transp. Est	0,00	0,00	15.457.024,88	15.457.024,88
Sec.da Justiça e Defesa da Cidadania	55.994.376,13	0,00	16.742.434,70	72.736.810,83
Fund. de Prot. e Def. do Consumid	8.925.138,61	0,00	3.421.277,44	12.346.416,05
Fund. Inst.de Terras José Gomes d	21.112.628,92	0,00	10.474.525,34	31.587.154,26
Inst. Med. Social Criminologia de	3.588.944,47	0,00	5.072.012,63	8.660.957,10
Sec. da Segurança Pública	4.210.239.900,56	0,00	479.222.709,98	4.689.462.610,54
Caixa Beneficente da Policia Mili	479.142.365,69	0,00	212.891.141,16	692.033.506,85
Sec.da Fazenda	1.220.823.121,05	0,00	197.583.210,33	1.418.406.331,38
Bolsa Oficial de Café Merc. de Sa	5.645,13	0,00	460,54	6.105,67
Sec.da Administração Geral do Estado	486.912.418,12	3.371.274.036,91	11.189.602.512,16	15.047.788.967,19
Segundo Tribunal de Alçada Cível	85.033.803,30	0,00	7.304.549,34	92.338.352,64
Secretaria do Emprego e Relações do T	29.990.168,51	0,00	145.956.335,09	175.946.503,60
Fund. Cent. Educ. Rec. e Esport T	1.605.922,11	0,00	831.108,47	2.437.030,58
Superint. Trab. Artesanal Comunid	1.355.956,14	0,00	624.665,46	1.980.621,60
Sec. de Turismo	3.219.128,69	0,00	1.854.973,23	5.074.101,92
Fundação Parque Zoológico	2.101.484,52	0,00	2.095.945,09	4.197.429,61
Sec. da Habitação	3.768.468,77	0,00	1.497.999,95	5.266.468,72
Sec. do Meio Ambiente	48.133.529,51	0,00	174.054.176,72	222.187.706,23
Fund. Conserv. e Produção Florest	12.418.384,04	0,00	6.035.062,41	18.453.446,45
Ministério Público	523.412.428,52	0,00	28.450.723,61	551.863.152,13
Sec. do Governo e Gestão Estratégica	35.654.916,93	0,00	441.336.875,28	476.991.792,21
Fund. Desenv. Administrativo	16.068.262,37	0,00	16.495.578,88	32.563.841,25
Instituto de Prev. Estado de São	1.161.995.410,92	16.826.293,20	120.061.142,74	1.298.882.846,86
Cart. Prev. Serv. Não Oficial. Ju	204.308.116,00	0,00	7.874.489,79	212.182.605,79
Cart. Prev. Serv. dos Economistas	16.545,18	0,00	66.511,00	83.056,18
Cart. Prev. Serv. dos Advogados d	20.682.848,00	0,00	1.501.537,20	22.184.385,20
Sec.da Economia e Planejamento	7.590.966,20	0,00	20.041.573,97	27.632.540,17
Fund. Pref. Faria Lima -CEPAM	17.292.604,46	0,00	6.822.838,28	24.115.442,74
Fund. Sistema Est. Análise de Dad	24.012.295,39	0,00	17.803.202,99	41.815.498,38
Sec.da Assistência e Desenv. Social	21.437.554,21	0,00	147.275.454,23	168.713.008,44
Sec. dos Transportes Metropolitanos	1.247.597,73	0,00	415.714.861,94	416.962.459,67
Agência Metropolitana Baixada San	169.074,74	0,00	1.237.641,53	1.406.716,27
Sec.da Administração Penitenciária	394.398.811,03	0,00	203.308.021,41	597.706.832,44
Fund. Prof. Dr. Manoel P. Pimente	14.109.649,93	0,00	19.468.164,10	33.577.814,03
Sec.dos Recursos Hídricos, San. e Obr	13.086.455,62	0,00	3.228.715,20	16.315.170,82
Deppto. de Aguas e Energia Eletric	87.299.528,37	22.570.421,70	54.486.211,76	164.356.161,83
Procuradoria Geral do Estado	232.628.627,59	0,00	479.835.087,89	712.463.715,48
Sec. da Juventude, Esporte e Lazer	10.458.741,31	0,00	26.336.999,23	36.795.740,54
Fund. Est. Bem Estar Menor - Febe	159.587.256,37	0,00	117.411.395,10	276.998.651,47
<b>T O T A L</b>	<b>23.896.280.526,19</b>	<b>3.411.744.026,40</b>	<b>20.546.025.832,23</b>	<b>47.854.050.384,82</b>

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

DESPESAS DE CAPITAL				
ORGÃOS	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização Dívida	Total
Assembléia Legislativa	4.820.759,31	0,00	0,00	4.820.759,31
Tribunal de Contas do Estado	1.703.506,77	0,00	0,00	1.703.506,77
Tribunal de Justiça	918.486,96	0,00	0,00	918.486,96
Primeiro Tribunal de Alçada Civil	1.003.747,54	0,00	0,00	1.003.747,54
Tribunal de Alçada Criminal	309.818,26	0,00	0,00	309.818,26
Tribunal de Justiça Militar	150.232,26	0,00	0,00	150.232,26
Gabinete do Governador	24.983,26	0,00	0,00	24.983,26
Sec. da Educação	216.659.279,20	0,00	0,00	216.659.279,20
Fundação para o Desenv. da Educação	222.023,70	0,00	0,00	222.023,70
Sec. da Saúde	172.618.384,51	0,00	566.842,77	173.185.227,28
Fundação para o Remedio Popular	8.012.338,26	0,00	0,00	8.012.338,26
Fundação Oncocentro de São Paulo	317.273,85	0,00	0,00	317.273,85
Fund. Pro-Sangue Hemocentro S. Pau	3.243.480,27	0,00	0,00	3.243.480,27
Superintendencia de Cont. de Endem	0,00	0,00	0,00	0,00
Hospital das Clinicas Fac. Med. Rik	2.678.041,77	0,00	226.164,63	2.904.206,40
Hospital das Clinicas Fac. Med. São	22.267.286,85	0,00	615.828,00	22.883.114,85
Instituto de Assistência Med. Serv.	1.348.103,92	0,00	306.838,35	1.654.942,27
Sec. da Ciência e Tecnologia	68.632.319,24	0,00	2.783.484,32	71.415.803,56
Fundação Amparo Pesquisa Est. São P	1.209.542,67	0,00	0,00	1.209.542,67
Fundação Parque Zoologico de São Pa	0,00	0,00	0,00	0,00
Universidade de São Paulo	52.368.696,70	0,00	0,00	52.368.696,70
Universidade Estadual de Campinas	20.869.872,68	0,00	221.033,75	21.090.906,43
Universidade Est. Julio Mesq. Filho	29.374.215,43	0,00	370.022,07	29.744.237,50
Centro Est. Educ. Tec. Paula Souza	28.500.658,52	0,00	0,00	28.500.658,52
Faculdade de Engenharia Química de	1.656.094,33	0,00	0,00	1.656.094,33
Faculdade de Medicina de Marília	1.882.273,70	0,00	0,00	1.882.273,70
Faculdade de Medicina de S.J. Rio B	489.294,31	0,00	0,00	489.294,31
Sec. da Cultura	3.877.461,87	0,00	0,00	3.877.461,87
Fund. Padre Anchieta - Rádio e TV B	0,00	0,00	0,00	0,00
Fund. Memorial de America Latina	0,00	0,00	0,00	0,00
Sec. da Agricultura e Abastecimento	19.682.805,07	0,00	0,00	19.682.805,07
Sec. de Energia	246,00	4.150.000,00	0,00	4.150.246,00
Comissão de Serv. Públicos de Ener	142.140,00	0,00	0,00	142.140,00
<b>a transportar</b>	<b>664.983.367,21</b>	<b>4.150.000,00</b>	<b>5.090.213,89</b>	<b>674.223.581,10</b>

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

DESPESAS DE CAPITAL				
ORGÃOS	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização Dívida	Total
<b>de transporte</b>	<b>664.983.367,21</b>	<b>4.150.000,00</b>	<b>5.090.213,89</b>	<b>674.223.581,10</b>
Sec. dos Transportes	0,00	408.782.771,00	0,00	408.782.771,00
Departamento de Estradas de Rodag	279.777.730,52	0,00	0,00	279.777.730,52
Departamento Aeroviário Est. São	17.738.963,83	0,00	0,00	17.738.963,83
Ag. Reg. Publ. Deleg. Transp. Est	0,00	0,00	0,00	0,00
Sec. da Justiça e Defesa da Cidadania	14.265.204,00	0,00	0,00	14.265.204,00
Fund. de Prot. e Def. do Consumid	182.315,70	0,00	0,00	182.315,70
Fund. Inst. de Terras José Gomes d	1.735.343,87	204.882,90	0,00	1.940.226,77
Inst. Med. Social Criminologia de	450.021,34	0,00	0,00	450.021,34
Sec. da Segurança Pública	169.094.658,22	0,00	0,00	169.094.658,22
Caixa Beneficente da Policia Mili	257.357,57	0,00	0,00	257.357,57
Sec. da Fazenda	24.205.255,21	0,00	0,00	24.205.255,21
Bolsa Oficial de Café Merc. de Sa	0,00	0,00	0,00	0,00
Sec. da Administração Geral do Estado	0,00	510.122,70	796.795.036,56	797.305.159,26
Segundo Tribunal de Alçada Cível	768.054,80	0,00	0,00	768.054,80
Secretaria do Emprego e Relações do T	2.463.767,00	0,00	0,00	2.463.767,00
Fund. Cent. Educ. Rec. e Esport T	7.485,00	0,00	0,00	7.485,00
Superint. Trab. Artesanal Comunid	3.895,00	81.860,90	0,00	85.755,90
Sec. de Turismo	24.568.382,69	0,00	0,00	24.568.382,69
Fundação Parque Zoológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Sec. da Habitação	345.700,00	397.127.151,00	0,00	397.472.851,00
Sec. do Meio Ambiente	4.921.011,35	0,00	0,00	4.921.011,35
Fund. Conserv. e Produção Florest	399.899,02	0,00	0,00	399.899,02
Ministério Público	2.964.455,84	0,00	0,00	2.964.455,84
Sec. do Governo e Gestão Estratégica	23.730.901,82	14.699.170,00	0,00	38.430.071,82
Fund. Desenv. Administrativo	167.479,25	0,00	0,00	167.479,25
Instituto de Prev. Estado de São	103.499,00	0,00	2.484.000,00	2.587.499,00
Cart. Prev. Serv. Não Oficial. Ju	4.798,00	0,00	0,00	4.798,00
Cart. Prev. Serv. dos Economistas	0,00	0,00	0,00	0,00
Cart. Prev. Serv. dos Advogados d	0,00	0,00	0,00	0,00
Sec. da Economia e Planejamento	33.027.261,87	0,00	0,00	33.027.261,87
Fund. Pref. Faria Lima -CEPAM	84.576,13	0,00	0,00	84.576,13
Fund. Sistema Est. Análise de Dad	700.962,75	0,00	0,00	700.962,75
Sec. da Assistência e Desenv. Social	8.077.222,84	0,00	0,00	8.077.222,84
Sec. dos Transportes Metropolitanos	57.804.189,45	1.049.127.862,23	0,00	1.106.932.051,68
Agência Metropolitana Baixada San	216.118,50	0,00	0,00	216.118,50
Sec. da Administração Penitenciária	70.100.189,61	0,00	0,00	70.100.189,61
Fund. Prof. Dr. Manoel P. Pimente	156.374,93	0,00	0,00	156.374,93
Sec. dos Recursos Hídricos, San. e Obr	58.978.286,23	0,00	0,00	58.978.286,23
Depto. de Aguas e Energia Eletric	258.284.095,73	0,00	33.130.220,80	291.414.316,53
Procuradoria Geral do Estado	70.818.426,00	0,00	0,00	70.818.426,00
Sec. da Juventude, Esporte e Lazer	12.307.987,71	0,00	0,00	12.307.987,71
Fund. Est. Bem Estar Menor - Febe	50.740.574,79	0,00	0,00	50.740.574,79
<b>T O T A L</b>	<b>1.854.435.812,78</b>	<b>1.874.683.820,73</b>	<b>837.499.471,25</b>	<b>4.515.878.529,97</b>

## Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

ORGÃOS	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	T O T A L
Assembléia Legislativa	284.985.995,80	4.820.759,31	289.806.755,11
Tribunal de Contas do Estado	198.706.118,74	1.703.506,77	200.409.625,51
Tribunal de Justiça	2.291.602.273,23	918.486,96	2.292.520.760,19
Primeiro Tribunal de Alçada Civil	94.243.715,84	1.003.747,54	95.247.463,38
Tribunal de Alçada Criminal	99.657.588,88	309.818,26	99.967.407,14
Tribunal de Justiça Militar	16.868.920,50	150.232,26	17.019.152,76
Gabinete do Governador	6.154.679,18	24.983,26	6.179.662,44
Sec. da Educação	8.019.628.993,20	216.659.279,20	8.236.288.272,40
Fundação para o Desenv. da Educação	35.330.068,67	222.023,70	35.552.092,37
Sec. da Saúde	3.012.608.678,36	173.185.227,28	3.185.793.905,64
Fundação para o Remedio Popular	120.528.711,25	8.012.338,26	128.541.049,51
Fundação Oncocentro de São Paulo	5.409.284,38	317.273,85	5.726.558,23
Fund. Pro-Sangue Hemocentro S. Paulo	56.525.657,32	3.243.480,27	59.769.137,59
Superintendencia de Cont. de Endemias	35.001.735,21	0	35.001.735,21
Hospital das Clinicas Fac. Med. Rib Preto	105.093.472,23	2.904.206,40	107.997.678,63
Hospital das Clinicas Fac. Med. São Paulo	466.993.868,95	22.883.114,85	489.876.983,80
Instituto de Assistência Med. Serv. Público	261.534.183,77	1.654.942,27	263.189.126,04
Sec. da Ciência e Tecnologia	72.533.528,84	71.415.803,56	143.949.332,40
Fundação Amparo Pesquisa Est. São Paulo	474.395.867,44	1.209.542,67	475.605.410,11
Fundação Parque Zoológico de São Paulo	6.153.756,88	0	6.153.756,88
Universidade de São Paulo	1.430.853.165,25	52.368.696,70	1.483.221.861,95
Universidade Estadual de Campinas	617.432.047,95	21.090.906,43	638.522.954,38
Universidade Est. Julio Mesq. Filho - Unesp	704.755.182,82	29.744.237,50	734.499.420,32
Centro Est. Educ. Tec. Paula Souza	174.303.834,95	28.500.658,52	202.804.493,47
Faculdade de Engenharia Química de Lorena	13.284.925,62	1.656.094,33	14.941.019,95
Faculdade de Medicina de Marília	28.934.090,15	1.882.273,70	30.816.363,85
Faculdade de Medicina de S.J. Rio Preto	20.542.445,40	489.294,31	21.031.739,71
Sec. da Cultura	110.079.819,63	3.877.461,87	113.957.281,50
Fund. Padre Anchieta - Rádio e TV Educ	90.820.774,61	0	90.820.774,61
Fund. Memorial de America Latina	7.517.639,72	0	7.517.639,72
Sec. da Agricultura e Abastecimento	404.170.008,70	19.682.805,07	423.852.813,77
Sec. de Energia	312.502.212,82	4.150.246,00	316.652.458,82
Comissão de Serv. Públicos de Energia	13.235.972,59	142.140,00	13.378.112,59
<b>a transportar</b>	<b>19.592.389.218,88</b>	<b>674.223.581,10</b>	<b>20.266.612.799,98</b>

# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

ORGÃOS	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	T O T A L
<b>a transportar</b>	<b>19.592.389.218,88</b>	<b>674.223.581,10</b>	<b>20.266.612.799,98</b>
<b>Sec. dos Transportes</b>	15.127.970,13	408.782.771,00	423.910.741,13
Departamento de Estradas de Rodagem	601.211.942,21	279.777.730,52	880.989.672,73
Departamento Aeroviário Est. São Paulo	15.342.275,60	17.738.963,83	33.081.239,43
Ag. Reg. Publ. Deleg. Transp. Est. SP	15.457.024,88	0	15.457.024,88
<b>Sec. da Justiça e Defesa da Cidadania</b>	72.736.810,83	14.265.204,00	87.002.014,83
Fund. de Prot. e Def. do Consumidor	12.346.416,05	182.315,70	12.528.731,75
Fund. Inst. de Terras José Gomes da Silva	31.587.154,26	1.940.226,77	33.527.381,03
Inst. Med. Social Criminologia de S.P.	8.660.957,10	450.021,34	9.110.978,44
<b>Sec. da Segurança Pública</b>	4.689.462.610,54	169.094.658,22	4.858.557.268,76
Caixa Beneficente da Polícia Militar	692.033.506,85	257.357,57	692.290.864,42
<b>Sec. da Fazenda</b>	1.418.406.331,38	24.205.255,21	1.442.611.586,59
Bolsa Oficial de Café Merc. de Santos	6.105,67	0	6.105,67
<b>Sec. da Administração Geral do Estado</b>	15.047.788.967,19	797.305.159,26	15.845.094.126,45
Segundo Tribunal de Alçada Cível	92.338.352,64	768.054,80	93.106.407,44
Secretaria do Emprego e Relações do Trab.	175.946.503,60	2.463.767,00	178.410.270,60
Fund. Cent. Educ. Rec. e Esport Trab.	2.437.030,58	7.485,00	2.444.515,58
Superint. Trab. Artesanal Comunid.	1.980.621,60	85.755,90	2.066.377,50
<b>Sec. de Turismo</b>	5.074.101,92	24.568.382,69	29.642.484,61
Fundação Parque Zoológico	4.197.429,61	0	4.197.429,61
<b>Sec. da Habitação</b>	5.266.468,72	397.472.851,00	402.739.319,72
<b>Sec. do Meio Ambiente</b>	222.187.706,23	4.921.011,35	227.108.717,58
Fund. Conserv. e Produção Florestal	18.453.446,45	399.899,02	18.853.345,47
<b>Ministério Público</b>	551.863.152,13	2.964.455,84	554.827.607,97
<b>Sec. do Governo e Gestão Estratégica</b>	476.991.792,21	38.430.071,82	515.421.864,03
Fund. Desenv. Administrativo	32.563.841,25	167.479,25	32.731.320,50
Instituto de Prev. Estado de São Paulo	1.298.882.846,86	2.587.499,00	1.301.470.345,86
Cart. Prev. Serv. Não Oficial. Justiça Est.SP	212.182.605,79	4.798,00	212.187.403,79
Cart. Prev. Serv. dos Economistas de S.P.	83.056,18	0	83.056,18
Cart. Prev. Serv. dos Advogados de S.P.	22.184.385,20	0	22.184.385,20
<b>Sec. da Economia e Planejamento</b>	27.632.540,17	33.027.261,87	60.659.802,04
Fund. Pref. Faria Lima -CEPAM	24.115.442,74	84.576,13	24.200.018,87
Fund. Sistema Est. Análise de Dados	41.815.498,38	700.962,75	42.516.461,13
<b>Sec. da Assistência e Desenv. Social</b>	168.713.008,44	8.077.222,84	176.790.231,28
<b>Sec. dos Transportes Metropolitanos</b>	416.962.459,67	1.106.932.051,68	1.523.894.511,35
Agência Metropolitana Baixada Santista	1.406.716,27	216.118,50	1.622.834,77
<b>Sec. da Administração Penitenciária</b>	597.706.832,44	70.100.189,61	667.807.022,05
Fund. Prof. Dr. Manoel P. Pimentel	33.577.814,03	156.374,93	33.734.188,96
<b>Sec. dos Recursos Hídricos, San. e Obras</b>	16.315.170,82	58.978.286,23	75.293.457,05
Depto. de Águas e Energia Elétrica	164.356.161,83	291.414.316,53	455.770.478,36
<b>Procuradoria Geral do Estado</b>	712.463.715,48	70.818.426,00	783.282.141,48
<b>Sec. da Juventude, Esporte e Lazer</b>	36.795.740,54	12.307.987,71	49.103.728,25
Fund. Est. Bem Estar Menor - Fében	276.998.651,47	50.740.574,79	327.739.226,26
<b>T O T A L</b>	<b>47.854.050.384,82</b>	<b>4.566.619.104,76</b>	<b>52.420.669.489,58</b>

Verifica-se que os maiores valores estão consignados na Administração Geral do Estado, com 30,22% do total das Despesas do

# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

Estado.

Isto se deve a alguns aspectos relevantes, quais sejam: as transferências aos municípios, tendo em vista o repasse de tributos; as obrigações patronais; as sentenças judiciais de natureza corrente e as amortizações, juros e encargos da Dívida do Estado.

Se distribuídas por funções, assim teríamos as despesas realizadas:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
FUNÇÃO	2002	2001
Legislativa	490.216.380,62	445.011.735,48
Judiciária	3.683.895.837,99	3.308.967.844,74
Essencial à Justiça	245.922.206,29	212.559.960,45
Administração	1.635.741.746,83	1.727.675.184,97
Segurança Pública	4.911.091.880,92	4.140.975.969,43
Assistência Social	50.294.380,28	44.971.086,87
Previdência Social	480.890.491,70	446.226.274,82
Saúde	3.542.744.837,54	3.130.960.718,29
Trabalho	178.358.774,46	198.866.389,42
Educação	8.468.093.726,65	7.493.750.662,51
Cultura	107.852.258,21	91.805.238,33
Direitos da Cidadania	732.834.330,18	798.190.687,91
Urbanismo	59.836.365,96	42.057.838,55
Habitação	402.739.319,72	419.354.615,76
Saneamento	6.832.522,41	591.645,00
Gestão Ambiental	292.024.271,02	231.078.780,00
Ciência e Tecnologia	63.582.695,44	58.656.936,40
Agricultura	319.336.479,32	296.608.882,12
Indústria	17.642.006,19	4.883.955,98
Comércio e Serviços	237.561.829,89	225.334.275,83
Energia	315.439.750,95	276.056.713,49
Transporte	1.865.687.483,52	1.408.731.752,35
Desporto e Lazer	45.267.224,87	39.002.985,76
Encargos Especiais	15.263.021.393,31	14.053.260.370,42
<b>T O T A L</b>	<b>43.416.908.194,27</b>	<b>39.095.580.504,88</b>

(Em relatório complementar informa, a auditoria, que o valor de R\$ 480.890.491,70 foi alocado na Administração Geral do Estado e se refere às despesas com inativos do CEAGESP, VASP, FEPASA,

## Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

FDE e algumas ações, ressaltando que ainda não se começou a pagar os inativos do BANESPA).

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
FUNÇÃO	2002	2001
Legislativa	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00
Administração	287.392.065,04	201.414.641,56
Segurança Pública	0,00	2.818.512,30
Assistência Social	327.739.226,26	233.560.513,44
Previdência Social	2.066.101.613,86	2.085.732.312,62
Saúde	1.139.577.628,78	970.099.728,07
Trabalho	4.510.893,08	2.491.000,44
Educação	3.161.389.946,00	2.807.180.548,56
Cultura	98.338.414,33	85.463.400,78
Direitos da Cidadania	53.580.506,97	50.103.734,72
Urbanismo	1.622.834,77	1.249.905,96
Habitação	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00
Gestão Ambiental	401.118.138,96	167.356.570,62
Ciência e Tecnologia	475.605.410,11	512.577.568,93
Organização Agrária	33.527.381,03	31.188.502,39
Agricultura	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00
Energia	13.378.112,59	10.440.717,11
Transporte	929.527.937,04	857.679.009,10
Desporto e Lazer	10.351.186,49	10.599.632,88
Encargos Especiais	0,00	30.561.266,81
<b>T O T A L</b>	<b>9.003.761.295,31</b>	<b>8.060.517.566,29</b>

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

FUNÇÃO	Adm. Direta	Adm. Indireta	T O T A L
Legislativa	490.216.380,62	0,00	490.216.380,62
Judiciária	3.683.895.837,99	0,00	3.683.895.837,99
Essencial à Justiça	245.922.206,29	0,00	245.922.206,29
Administração	1.635.741.746,83	287.392.065,04	1.923.133.811,87
Segurança Pública	4.911.091.880,92	0,00	4.911.091.880,92
Assistência Social	50.294.380,28	327.739.226,26	378.033.606,54
Previdência Social	480.890.491,70	2.066.101.613,86	2.546.992.105,56
Saúde	3.542.744.837,54	1.139.577.628,78	4.682.322.466,32
Trabalho	178.358.774,46	4.510.893,08	182.869.667,54
Educação	8.468.093.726,65	3.161.389.946,00	11.629.483.672,65
Cultura	107.852.258,21	98.338.414,33	206.190.672,54
Direitos da Cidadania	732.834.330,18	53.580.506,97	786.414.837,15
Urbanismo	59.836.365,96	1.622.834,77	61.459.200,73
Habitação	402.739.319,72	0,00	402.739.319,72
Saneamento	6.832.522,41	0,00	6.832.522,41
Gestão Ambiental	292.024.271,02	401.118.138,96	693.142.409,98
Ciência e Tecnologia	63.582.695,44	475.605.410,11	539.188.105,55
Organização Agrária	0,00	33.527.381,03	33.527.381,03
Agricultura	319.336.479,32	0,00	319.336.479,32
Indústria	17.642.006,19	0,00	17.642.006,19
Comércio e Serviços	237.561.829,89	0,00	237.561.829,89
Energia	315.439.750,95	13.378.112,59	328.817.863,54
Transporte	1.865.687.483,52	929.527.937,04	2.795.215.420,56
Desporto e Lazer	45.267.224,87	10.351.186,49	55.618.411,36
Encargos Especiais	15.263.021.393,31	0,00	15.263.021.393,31
<b>T O T A L</b>	<b>43.416.908.194,27</b>	<b>9.003.761.295,31</b>	<b>52.420.669.489,58</b>

#### 1.2.4 - Propaganda/Publicidade

O total do dispêndio a título de propaganda/publicidade, no exercício em exame, importou em R\$ 35.628.760,80, sendo R\$ 33.846.063,29 da Administração Direta e R\$ 1.782.697,51 da Administração Indireta, correspondendo a um decréscimo na ordem de 0,99% em relação aos gastos do exercício anterior, que importaram em R\$ 35.984.479,87.

A seguir, indicaremos os gastos com Propaganda e Publicidade por órgãos, ressaltando que a sistemática de contabilização adotada pelo Estado não nos permite distinguir a publicidade legal e a veiculação de propaganda institucional:

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

Órgão	R\$
01000 - Assembléia Legislativa	4.326.588,97
03000 - Tribunal de Justiça	9.028,77
05000 - Tribunal de Alçada Criminal	2.370,00
06000 - Tribunal de Justiça Militar	308,10
07000 - Gabinete do Governador	170,00
08000 - Secretaria da Educação	11.583,93
09000 - Secretaria da Saúde	870.681,46
10000 - Séc.da Ciência, Tecnólogo.,Dês.Econ.e Turismo	24.000,00
13000 - Secretaria de Agricultura e Abastecimento	65.937,76
18000 - Secretaria da Segurança Publica	60.352,44
20000 - Secretaria da Fazenda	1.416,00
23000 - Sec.do Emprego e Relacoes do Trabalho	6.310,00
24000 - Secretaria de Turismo	7.819,00
26000 - Secretaria do Meio Ambiente	1.936,00
27000 - Ministerio Público	3.668,97
28000 - Secretaria do Governo e Gestão Estrategica	28.407.296,48
35000 - Sec. Est.de Assistencia e Desenvolvim.Social	20.815,00
38000 - Secretaria Administracao Penitenciaria	19.991,01
39000 - Sec. Est.Energia, Rec.Hidricos e Saneamento	414,40
40000 - Procuradoria Geral do Estado	5.375,00
<b>Total da Administração Direta</b>	<b>33.846.063,29</b>
08046 - Fundacao para o Desenvolvimento da Educacao	24.437,11
09045 - Fundacao para o Remedio Popular-Furp	287.294,86
09047 - Fundacao Pro-Sangue Hemocentro de Sao Paulo	10.603,60
09056 - Hospital das Clinicas Fac. Medicina Rib Pret	22.560,60
09057 - Hospital das Clinicas Fac de Medicina da Usp	48.249,16
09058 - Instituto Assistencia Med.Serv.Publico-Iampsp	22.601,16
10049 - Fund.Parque Zoológico do Estado de Sao Paulo	43.839,87
10061 - Universidade Est Paul.Julio Mesq.Filho- Unes	31.484,50
15055 - Comissao de Serv.Publicos de Energia-Cspe	1.009.139,32
16055 - Departamento de Estradas de Rodagem-Der	65.375,34
16056 - Departamento Aeroviario do Estado de Sp-Daes	15.577,60
16057 - Ag.Regul.Serv.Publ.Deleg.Transp. E. S. P.	56.237,75
17047 - Fund.Inst.Terras Jose Gomes da Silva-Itesp	14.019,80
17055 - Inst.Med.Social Criminologia de Sp-Imesc	489,48
24045 - Fundacao Parque Zoológico	44.929,93
26045 - Fundacao P/Conserv.e Producao Florestal Sp	1.566,00
28047 - Fundacao do Desenvolvimento Administrativo	4.717,80
28057 - Instituto de Prev.do Estado de Sao Paulo	21.341,17
29048 - Fund.Sistema Est.de Analise de Dados-Seade	7.647,59
38045 - Fund.Prof.Dr.Manoel Pedro Pimentel-Funap	4.800,00
39055 - Depto.de Aguas e Energia Eletrica-Daee	27.259,80
41045 - Fundacao Est.do Bem Estar do Menor-Febem	18.525,07
<b>Total da Administração Indireta</b>	<b>1.782.697,51</b>
<b>T O T A L G E R A L</b>	<b>35.628.760,80</b>

Oportuno ressaltar que o Orçamento do Estado inclui esta despesa no item "Outros Serviços de Terceiros - P.J." e, sobre este elemento econômico os gastos com publicidade representam 1,21%, apresentando um decréscimo já que em 2001 representou 1,87%.

### 1.3 - Créditos Adicionais

Conforme disposições legais, inclusive a Lei Orçamentária n.º 11.010, de 28 de dezembro de 2.001, foram abertos, no exercício, Créditos Adicionais no montante de R\$ 3.868.717.429,00, correspondendo a 7,78% do total da despesa autorizada.

Ressaltamos que o artigo 7º - inciso I, do supracitado diploma legal, autorizou o Poder Executivo a abrir, durante o exercício, créditos até o limite de 17% da despesa fixada.

Demonstrativo dos créditos adicionais, para cada Órgão (suplementações - reduções)

# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

PODERES/ORGÃOS		Dotação Inicial	Suplementações	Reduções	Dotação Final
<b>PODER LEGISLATIVO</b>		<b>493.558.791</b>	<b>20.458.563</b>	<b>11.230.000</b>	<b>502.787.454</b>
Assembleia Legislativa		300.817.463	12.066.833	11.230.000	301.654.296
Tribunal de Contas		192.741.328	8.391.830	0	201.133.158
<b>PODER JUDICIÁRIO</b>		<b>2.512.220.543</b>	<b>148.013.109</b>	<b>17.194.162</b>	<b>2.643.039.490</b>
Tribunal de Justiça		2.221.084.780	131.465.915	15.998.664	2.336.552.031
Primeiro Tribunal de Alçada Civil		89.993.515	6.185.400	217.400	95.961.515
Tribunal de Alçada Criminal		95.578.105	4.905.040	179.000	100.304.145
Tribunal de Justiça Militar		17.011.057	443.773	419.098	17.035.732
Segundo Tribunal de Alçada Civil		88.553.086	5.012.981	380.000	93.186.067
<b>MINISTÉRIO PÚBLICO</b>		<b>533.836.530</b>	<b>46.895.937</b>	<b>22.165.024</b>	<b>558.567.443</b>
<b>PODER EXECUTIVO</b>		<b>37.769.753.786</b>	<b>4.572.061.784</b>	<b>1.498.328.324</b>	<b>40.843.487.246</b>
Gabinete do Governador		5.404.107	1.841.194	746.150	6.499.151
Sec. da Educação		7.522.352.684	1.231.004.997	403.459.208	8.349.898.473
Sec. da Saúde		2.804.935.987	623.688.644	208.996.759	3.219.627.872
Sec. da Ciência, Techn. E Desenv. Econômico		91.299.847	77.718.797	9.808.488	159.210.156
Sec. da Cultura		102.844.992	18.847.575	6.273.146	115.419.421
Sec. de Agricultura e Abastecimento		459.737.939	35.972.446	28.233.085	467.477.300
Sec. de Energia		292.459.163	26.570.478	1.366.725	317.662.916
Sec. dos Transportes		329.291.688	97.810.747	738.674	426.363.761
Sec. da Justiça e da Defesa da Cidadania		109.255.659	7.451.569	12.475.670	104.231.558
Sec. da Segurança Pública		4.860.990.039	289.763.053	231.352.218	4.919.400.874
Sec. da Fazenda		1.333.288.542	135.533.930	21.804.674	1.447.017.798
Administração Geral do Estado		15.443.836.660	802.392.117	188.691.788	16.057.536.989
Sec. do Emprego e Relações do Trabalho		213.051.647	5.429.056	7.065.950	211.414.753
Sec. do Turismo		87.408.967	28.513.666	86.259.693	29.662.940
Sec. da Habitação		567.916.565	11.260.146	74.483.807	504.692.904
Sec. do Meio Ambiente		218.841.529	34.155.448	5.219.366	247.777.611
Sec. da Economia e Gestão Estratégica		431.517.790	97.041.491	7.124.947	521.434.334
Sec. de Economia e Planejamento		43.657.670	23.456.518	2.584.848	64.529.340
Sec. de Assistência e Desenvolvimento Social		181.379.736	24.712.762	23.366.537	182.725.961
Sec. dos Transportes Metropolitanos		1.279.166.493	570.235.401	121.295.156	1.728.106.738
Sec. da Administração Penitenciária		579.844.553	226.862.242	25.630.811	781.075.984
Sec. de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras		38.548.928	62.478.474	2.456.775	98.570.627
Procuradoria Geral do Estado		709.904.674	120.656.468	374.097	830.187.045
Sec. da Juventude, Esporte e Lazer		57.817.927	18.664.565	23.583.441	52.899.051
Reserva de Contingência		5.000.000	0	4.936.311	63.689
<b>TOTAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>		<b>41.309.369.650</b>	<b>4.787.429.493</b>	<b>1.548.917.510</b>	<b>44.547.881.633</b>

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

ORGÃOS		Dotação Inicial	Suplementações	Reduções	Dotação Final
<b>AUTARQUIAS</b>		<b>7.191.539.913</b>	<b>1.203.639.444</b>	<b>167.094.113</b>	<b>8.228.085.244</b>
Super. de Controle de Endemias		29.291.002	6.091.783	185.352	35.197.433
Hosp. Clínicas da Med. Ribeirão Preto		97.987.534	11.827.612	1.682.253	108.132.893
Hosp. Clínicas da Fac. Med. da USP		410.367.130	86.265.418	2.651.423	493.981.125
Inst. Assist. Médica ao Serv. Público		271.075.032	10.361.143	7.457.180	273.978.995
Universidade de São Paulo		1.443.977.229	121.863.932	0	1.565.841.161
Universidade Estadual de Campinas		615.252.532	23.569.787	0	638.822.319
Univ. Est. Paul. Júlio Mesquita Filho		703.985.949	46.421.734	0	750.407.683
Centro Est. Educ. Tecnol. Paula Souza		167.561.798	40.459.535	3.894.067	204.127.266
Fac. de Engenharia Química Lorena		16.067.633	134.191	347.658	15.854.166
Faculdade de Medicina de Marília		37.852.376	2.227.140	2.021.392	38.058.124
Fac. de Med. de São José do Rio Preto		24.403.979	476.585	1.308.424	23.572.140
Comissão de Serv. Publ.Energia-CSPe		11.757.446	7.697.525	508.194	18.946.777
Depto. de Estradas e Rodagem		934.081.264	306.170.305	109.036.848	1.131.214.721
Depto. Aeroviário do Est. de SP		44.934.512	17.116.074	241.402	61.809.184
Ag. Reg. Serv. Publ. Deleg. Transp. Est SP		0	21.240.476	0	21.240.476
Inst. Med. Social Crim. de SP		9.984.561	1.271.950	691.966	10.564.545
Caixa Beneficente da Polícia Militar		680.639.460	42.914.830	0	723.554.290
Bolsa Oficial do Café e Merc. de Santos		11.135	0	0	11.135
Superint. Trab. Artesanal Comun.		2.233.153	1.098.291	53.000	3.278.444
Inst. de Prev. do Estado de SP		1.013.407.540	301.705.470	11.099.000	1.304.014.010
Cart. de Prev. Serv. Não Ofici. do Est.SP		229.440.760	19.070.000	19.070.000	229.440.760
Cart. de Prev. Econom.de São Paulo		99.934	0	0	99.934
Cart. de Prev. Advogados de São Paulo		90.783.460	2.360.000	2.360.000	90.783.460
Ag. Metrop. Baixada Santista-AGEM		2.177.417	273.144	484.944	1.965.617
Depto. de Águas e Energia Elétrica		354.167.077	133.022.519	4.001.010	483.188.586
<b>FUNDAÇÕES</b>		<b>1.212.288.126</b>	<b>278.177.893</b>	<b>59.436.230</b>	<b>1.431.029.789</b>
Fund. p/ o Desenv. da Educação		31.427.430	5.720.858	0	37.148.288
Fund. para o Remédio Popular		118.459.568	28.150.255	8.050.000	138.559.823
Fund. Oncocentro de São Paulo		5.195.002	1.614.000	105.261	6.703.741
Fund. Pró Sangue Hemocentro de SP		63.141.174	8.585.023	3.724.745	68.001.452
Fund. Amparo Pesquisa do Est. SP		382.387.300	121.450.469	0	503.837.769
Fundação Parque Zoológico		10.452.644	6.581.040	6.255.210	10.778.474
Fund. Padre Anchieta		109.370.399	0	15.453.870	93.916.529
Fund. Memorial da América Latina		7.583.834	1.179.646	3.000	8.760.480
Fund. Proteção Defesa do Consumidor		11.454.922	4.048.160	210.403	15.292.679
Fund. ITESP "José Gomes da Silva"		36.116.236	5.658.398	2.376.120	39.398.514
Fund. Cent. Educ. Rec. e Esp. Trab.		1.271.337	1.723.892	21.418	2.973.811
Fund. Conserv. e Prod. Florestal de SP		19.581.505	2.882.728	1.781.758	20.682.475
Fund. Desenvolvimento Administrativo		22.155.702	11.563.319	360.000	33.359.021
Fundação Prefeito Faria Lima		24.358.877	3.062.423	1.976.423	25.444.877
Fund. Sistema Est. de Análise de Dados		36.291.518	11.650.772	0	47.942.290
Fund. Est. Bem Estar do Menor		304.944.608	48.791.340	17.892.397	335.843.551
Fund. Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel		28.096.070	15.515.570	1.225.625	42.386.015
<b>TOTAL ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>		<b>8.403.828.039</b>	<b>1.481.817.337</b>	<b>226.530.343</b>	<b>9.659.115.033</b>

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

CONSOLIDADO				
	Dotação Inicial	Suplementações	Reduções	Dotação Final
<b>Administração Direta</b>	41.309.369.650	4.787.426.493	1.548.917.510	44.547.878.633
<b>Administração Indireta</b>	8.403.828.039	1.481.817.337	226.530.343	9.659.115.033
<b>TOTAL</b>	49.713.197.689	6.269.243.830	1.775.447.853	54.206.993.666

	Suplementações	Reduções	Créditos Adicionais
<b>Administração Direta</b>	4.787.426.493	1.548.917.510	3.238.508.983
<b>Administração Indireta</b>	1.481.817.337	226.530.343	1.255.286.994
<b>TOTAL</b>	6.269.243.830	1.775.447.853	4.493.795.977

#### 1.4 - Reserva de Contingência

O artigo 7º, inciso II, da Lei Orçamentária nº 11.010, de 29 de dezembro de 2.001, autoriza o Poder Executivo a abrir Créditos Suplementares até o limite consignado sob a denominação de Reserva de Contingência, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei Federal n.º 1.763, de 16 de janeiro de 1.980. (Em relatório complementar, a auditoria confirma que foi utilizada no valor de R\$ 4.936.000,00, dentro do valor orçado que foi de R\$ 5.000.000,00).

A reserva de Contingência, instituída como órgão, no âmbito estadual, caracteriza-se por constituir-se em instrumento de administração orçamentária e financeira do Governo.

Com a denominação de Reserva de Contingência são caracterizados o programa, o subprograma e a atividade, prevendo-se dotação global, destinada à abertura de créditos suplementares, para o atendimento de despesas emergenciais.

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

Conforme se depreende do artigo 91 do Decreto-Lei n.º 200/67, com redação atualizada pelo Decreto-Lei n.º 1.763/80, o orçamento anual poderá consignar dotação global na Reserva de Contingência "não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais".

## 2 - Balanço Financeiro

Demonstra a Receita e a Despesa Orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte, de acordo com o artigo 103 da Lei Federal n.º 4.320/64.

CONSOLIDADO	R\$
Disponível Exercício Anterior	4.722.978.527,18
(+) Receitas Orçamentárias	53.038.997.550,89
Extra-Orçamentárias (+)	216.737.416.989,88
Sub-total	269.776.414.540,77
(-) Despesas Orçamentárias	52.420.669.489,58
Extra-Orçamentárias (-)	216.613.565.637,69
Sub-total	269.034.235.127,27
<b>Disponível Total para o exercício seguinte</b>	<b>5.465.157.940,68</b>

As Disponibilidades em espécie transferidas para o exercício seguinte, incluindo o vinculado em conta

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

bancária, compõem-se de:

Saldos para o Exercício Seguinte	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total
Caixa	49.686,59	765.441,00	815.127,59
Bancos conta movimento	258.704.761,20	489.395.570,22	748.100.331,42
Aplicações Financeiras	3.155.152.580,59	1.511.983.947,32	4.667.136.527,91
Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00
Bancos conta movim.(set. e subsetoriais)	29.913.795,33	142.415,05	30.056.210,38
Disponível no Exterior	12.892.274,23	6.157.469,15	19.049.743,38
<b>TOTAL</b>	<b>3.456.713.097,94</b>	<b>2.008.444.842,74</b>	<b>5.465.157.940,68</b>

Comparando a disponibilidade do exercício anterior de R\$ 4.722.978.572,18 com a disponibilidade do atual exercício, verifica-se um acréscimo de R\$ 742.179.368,50 correspondente a um percentual de 15,71%.

**Evolução do Disponível**

Exercício	R\$
2002	5.465.157.940,68
2001	4.722.978.527,18

**2.1 - Dívida Financeira**

Através do Balanço Financeiro, apura-se a Dívida Financeira deduzindo-se da Receita Extra-Orçamentária (Inscrição da Dívida) a Despesa Extra-Orçamentária.

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

Administração Direta	Receita Extra-Orçamentária	Despesa Extra-Orçamentária	Resultado Financeiro
- Restos a Pagar	2.180.004.204,05	2.250.174.588,89	(70.170.384,84)
- Serviço da Dívida	0,00	4.937.867,18	(4.937.867,18)
- Depósitos	3.291.257.798,40	3.218.461.704,16	72.796.094,24
- Restituições a Pagar	9.255.242,95	9.260.106,01	(4.863,06)
- Diversas Contas	193.468.833.623,85	199.215.550.899,23	(5.746.717.275,38)
<b>T O T A I S</b>	<b>198.949.350.869,25</b>	<b>204.698.385.165,47</b>	<b>(5.749.034.296,22)</b>

O resultado apurado na Administração Direta indica, efetivamente, uma Dívida Financeira no valor de R\$ 5.749.034.296,22.

Administração Indireta	Receita Extra-Orçamentária	Despesa Extra-Orçamentária	Resultado Financeiro
- Restos a Pagar	751.046.904,14	683.685.398,46	67.361.505,68
- Serviço da Dívida	1.161.130,11	9.449.932,59	(8.288.802,48)
- Depósitos	987.808.878,42	995.306.481,43	(7.497.603,01)
- Restituições a Pagar	422.563,68	303.085,29	119.478,39
- Diversas Contas	16.012.690.794,00	10.191.499.724,17	5.821.191.069,83
<b>T O T A I S</b>	<b>17.753.130.270,35</b>	<b>11.880.244.621,94</b>	<b>5.872.885.648,41</b>

O apurado na Administração Indireta consigna um resultado positivo da ordem de R\$ 5.872.885.648,41.

Consolidado	Receita Extra-Orçamentária	Despesa Extra-Orçamentária	Resultado Financeiro
- Restos a Pagar	2.931.051.108,19	2.933.859.987,35	(2.808.879,16)
- Serviço da Dívida	393.077.195,45	406.303.865,11	(13.226.669,66)
- Depósitos	4.279.066.676,82	4.213.768.185,59	65.298.491,23
- Restituições a Pagar	9.677.806,63	9.563.191,30	114.615,33
- Diversas Contas	209.124.544.202,79	209.050.070.408,34	74.473.794,45
<b>T O T A I S</b>	<b>216.737.416.989,88</b>	<b>216.613.565.637,69</b>	<b>123.851.352,19</b>

A consolidação nos mostra um resultado positivo de R\$ 123.851.352,19 que somando o Superávit Orçamentário de R\$ 618.328.061,31 e o Disponível do exercício anterior de R\$ 4.722.978.527,18, teremos os recursos transferidos para o

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

exercício seguinte no valor de R\$ 5.465.157.940,68.

	Adm Direta	Adm Indireta	Total
Resultado Financeiro	(5.749.034.296,22)	5.872.885.648,41	123.851.352,19
(+)Superávit Orçamentário	6.349.144.272,51	(5.730.816.211,20)	618.328.061,31
(+)Disponível de 2001	2.856.603.121,65	1.866.375.405,53	4.722.978.527,18
(=)Disponível para 2003	3.456.713.097,94	2.008.444.842,74	5.465.157.940,68

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

**2.2. - Dívida Flutuante**

Sob o aspecto legal, a dívida flutuante compreende:

- os restos a pagar (excluídos os serviços da dívida);
- os serviços da dívida a pagar;
- os depósitos; e
- os débitos de Tesouraria.

Discriminamos a seguir a composição:

<b>Adm. Direta</b>		
<b><u>Restos a Pagar</u></b>	<b>R\$</b>	
Saldo do Exercício Anterior	2.250.174.588,89	
Inscrição	2.180.004.204,05	
Baixa	2.250.174.588,89	2.180.004.204,05
<b><u>Serviço da Dívida Pública</u></b>		
Saldo do Exercício Anterior	4.937.867,18	
Inscrição	391.916.065,34	
Baixa	396.853.932,52	0,00
<b><u>Depósitos</u></b>		
Saldo do Exercício Anterior	254.413.971,57	
Inscrição	3.291.257.798,40	
Baixa	3.218.461.704,16	327.210.065,81
<b>Total Geral</b>		<b>2.507.214.269,86</b>

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

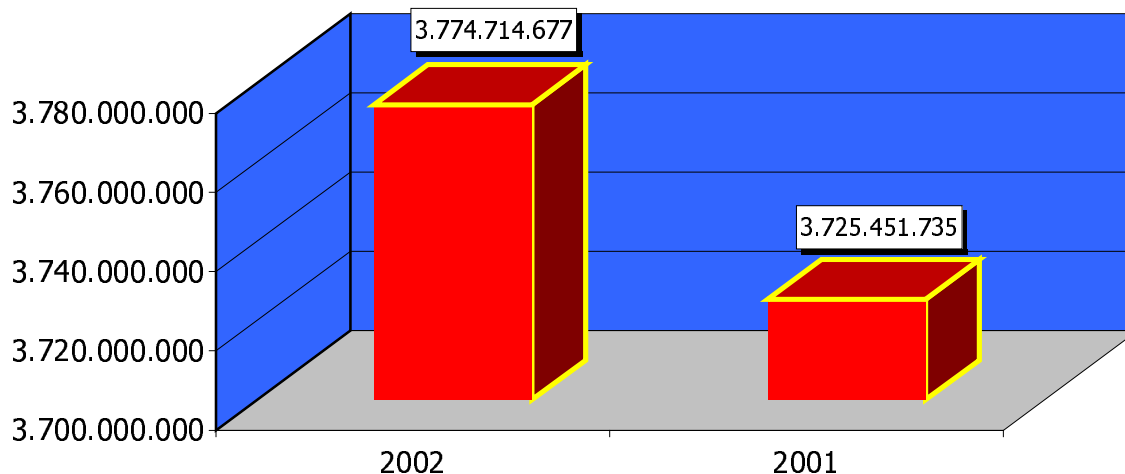
Adm. Indireta		
<b>Restos a Pagar</b>		<b>R\$</b>
Saldo do Exercício Anterior	683.685.398,46	
Inscrição	751.046.904,14	
Baixa	683.685.398,46	751.046.904,14
<b>Serviço da Dívida Pública</b>		
Saldo do Exercício Anterior	8.429.606,18	
Inscrição	1.161.130,11	
Baixa	9.449.932,59	140.803,70
<b>Depósitos</b>		
Saldo do Exercício Anterior	523.810.302,80	
Inscrição	987.808.878,42	
Baixa	995.306.481,43	516.312.699,79
<b>Total Geral</b>		<b>1.267.500.407,63</b>

Consolidado		
<b>Restos a Pagar</b>		<b>R\$</b>
Saldo do Exercício Anterior	2.933.859.987,35	
Inscrição	2.931.051.108,19	
Baixa	2.933.859.987,35	2.931.051.108,19
<b>Serviço da Dívida Pública</b>		
Saldo do Exercício Anterior	13.367.473,36	
Inscrição	393.077.195,45	
Baixa	406.303.865,11	140.803,70
<b>Depósitos</b>		
Saldo do Exercício Anterior	778.224.274,37	
Inscrição	4.279.066.676,82	
Baixa	4.213.768.185,59	843.522.765,60
<b>Total Geral</b>		<b>3.774.714.677,49</b>

**Evolução da Dívida Flutuante 2.001/2.002**

Exercício	R\$1,00
2002	3.774.714.677,49
2001	3.725.451.735,08

### Evolução da Dívida Flutuante



### 3 - Balanço Patrimonial

Demonstra os resultados financeiros da execução orçamentária, os bens e valores patrimoniais e os compromissos que constituem o Ativo, bem como as dívidas e outras obrigações em favor de terceiros, vinculadas ao Passivo.

Reflete, também, o saldo patrimonial e as contas de compensação.

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Títulos	R\$
Ativo Financeiro	4.220.023.492,54
Ativo Permanente	103.312.345.836,16
<b>Soma do Ativo Real</b>	<b>107.532.369.328,70</b>
Ativo Compensado	136.375.335.598,84
<b>T O T A L</b>	<b>243.907.704.927,54</b>
Passivo Financeiro	6.342.970.946,13
Passivo Permanente	102.915.932.806,61
<b>Soma do Passivo Real</b>	<b>109.258.903.752,74</b>
<b>Passivo Real Líquido</b>	<b>(1.726.534.424,04)</b>
Passivo Compensado	136.375.335.598,84
<b>T O T A L</b>	<b>243.907.704.927,54</b>

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Títulos	R\$
Ativo Financeiro	2.702.130.993,58
Ativo Permanente	12.166.555.890,37
<b>Soma do Ativo Real</b>	<b>14.868.686.883,95</b>
Ativo Compensado	8.596.327.638,33
<b>T O T A L</b>	<b>23.465.014.522,28</b>
Passivo Financeiro	3.885.921.230,40
Passivo Permanente	4.157.328.657,09
<b>Soma do Passivo Real</b>	<b>8.043.249.887,49</b>
<b>Ativo Real Líquido</b>	<b>6.825.436.996,46</b>
Passivo Compensado	8.596.327.638,33
<b>T O T A L</b>	<b>23.465.014.522,28</b>

CONSOLIDADO	
Títulos	R\$
Ativo Financeiro	6.922.154.486,12
Ativo Permanente	115.478.901.726,53
<b>Soma do Ativo Real</b>	<b>122.401.056.212,65</b>
Ativo Compensado	144.971.663.237,17
<b>T O T A L</b>	<b>267.372.719.449,82</b>
Passivo Financeiro	10.228.892.176,53
Passivo Permanente	107.073.261.463,70
<b>Soma do Passivo Real</b>	<b>117.302.153.640,23</b>
<b>Ativo Real Líquido</b>	<b>5.098.902.572,42</b>
Passivo Compensado	144.971.663.237,17
<b>T O T A L</b>	<b>267.372.719.449,82</b>

Ativo Real Líquido	2002	2001
<b>Administração Direta</b>	(1.726.534.424,04)	4.193.263.830,41
<b>Administração Indireta</b>	6.825.436.996,46	6.904.089.495,07
<b>T O T A L</b>	<b>5.098.902.572,42</b>	<b>11.097.353.325,48</b>

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

O Balanço Patrimonial do Estado demonstrou que a soma das Administrações Direta e Indireta evidenciou um Ativo Real Líquido, neste exercício, de R\$ 5.098.902.572,42, que comparado ao exercício anterior teve um decréscimo de 54,05%.

### 3.1 - Créditos / Dívida Ativa

As Dívidas Ativas são as importâncias relativas a tributos, multas e créditos da Fazenda Pública lançadas, mas não cobradas ou não recolhidas no exercício em pauta. A partir da data de sua inscrição, conforme consta no artigo 39 da Lei Federal n.º 4.320/64, são contabilizadas na conta Créditos Tributários - Dívida Ativa Tributária, importando, no exercício em exame, o valor de R\$ 51.589.865.032,91.

O total da conta "Créditos" importa em R\$ 61.172.254.206,00 e está assim composto:

	<b>Adm. Direta</b>	<b>Adm. Indireta</b>	<b>Total</b>
Créditos p/ Depósitos Judiciais	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Créditos Trib. - Parc Deb. Fiscal	662.936.090,94	113.965,09	<b>663.050.056,03</b>
Créditos Trib. - Dív. Ativa Tributária	51.589.865.032,91	0,00	<b>51.589.865.032,91</b>
Outros Créditos a Receber	1.161.644.514,00	6.337.151.658,58	<b>7.498.796.172,58</b>
Empréstimos e Financ. Concedidos	553.209.093,82	867.180.357,90	<b>1.420.389.451,72</b>
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	153.492,76	<b>153.492,76</b>
<b>TOTAL</b>	<b>53.967.654.731,67</b>	<b>7.204.599.474,33</b>	<b>61.172.254.206,00</b>

Comparando o saldo da Dívida Ativa Tributária deste exercício, de R\$ 51.589.865.032,91, com o valor de R\$ 39.484.118.049,61 do ano anterior, evidencia-se um aumento de

R\$12.105.746.983,30, correspondente a 30,65%, cabendo ressaltar a extrema relevância do valor, que corresponde, aproximadamente, a 97,26% do total da receita efetivamente arrecadada (R\$ 53.038.997.550,89).

(Em relatório complementar informa, a auditoria que o valor de R\$ 1.420.389.451,72 se refere, basicamente, aos financiamentos concedidos pelo IPESP, r\$ 866.823.287,77 (MUTUÁRIOS) e pela Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, R\$ 512.330.695,17).

### **3.2. - Dívida Fundada**

#### **3.2.1 - Interna**

São as obrigações e os compromissos assumidos pelo Poder Público com terceiros para atenderem ao Desequilíbrio Orçamentário ou para os Financiamentos de Obras e Serviços.

O saldo está assim composto:

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

<b>Dívida Fundada Interna</b>		<b>R\$</b>
<b>Em Títulos</b>		
Letras Financeiras do Tesouro do Estado	563.737.041,51	<b>563.737.041,51</b>
<b>Por Contratos</b>		
Secr. da Saúde-Prot. Brasil-França-FINEP	925.360,66	
Tesouro - Banco do Brasil -Lei 7976/89 Proc. SF. 10031/87	277.168.550,54	
BND-Procop II - respasse BIRD 2831-0 proc. SF 3102/89	0,01	
Secr. da Saúde - Prot. Brasil-França - MS - RDA	4.232.292,56	
Tesouro - Prot. Brasil-França - Lei Est. 6853/90	4.999.610,83	
Tesouro - Prot. Brasil-França - Lei Est. 6853/90	775.677,65	
Tesouro - Prot. Brasil-França - Lei Est. 6853/90	2.750.050,64	
Tesouro - Prot. Brasil-França - Lei Est. 6853/90	121.495,55	
Tesouro - Prot. Brasil-França - Lei Est. 6853/90	1.303.029,26	
Tesouro - Prot. Brasil-França - Lei Est. 6853/90	51.453.192,20	
Tesouro - CEF - Lei 8727/93 - Res. Senado 11/94	2.305.154.955,53	
Debt Conversion Bond - Res. Senado 11/94 - Lei 8727/93	179.663.243,63	
New Money Bonds-Res. Senado 98/92	36.233.840,69	
Flirb - Res. Senado 98/92	36.773.204,62	
C. Bond. - Res. Senado 98/92	198.146.756,28	
Discount Bond. - Res. Senado 98/92	154.912.812,60	
Par Bond-Res. Senado 98/92	222.011.959,55	
Et. Bond. (Bonus de Juros) - Res Senado 98/92	57.411.995,13	
Tesouro - Programa de Apoio a Restrução e ao Ajuste Fiscal dos Estados - Lei 9466/96	66.580.295.092,20	
Tesouro - Lei 7976/89 - CPTM - Assunção de Dívida pela A.G.E	1.980.019.096,29	
Tesouro - Lei 7976/89 - Dersa - Assunção de Dívida pela A.G.E	158.580.874,54	
Tesouro - Lei 7976/89 - Metrô - Assunção de Dívida pela A.G.E	96.654.543,57	
Tesouro - DMLP/CETESB - Assunção de Dívida pela A.G.E	23.797.344,78	
Tesouro - DMLP/CPTM - Assunção de Dívida pela A.G.E	465.506.613,02	
Tesouro - DMLP/Dersa - Assunção de Dívida pela A.G.E	586.531.468,41	
Tesouro - DMLP/Metrô - Assunção de Dívida pela A.G.E	436.091.823,36	
Tesouro - Programa de Apoio a Restrução e ao Ajuste Fiscal dos Estados - Lei 9466/96	1.579.890.835,31	
Tesouro - Programa de Apoio a Restrução e ao Ajuste Fiscal dos Estados - Lei 9466/96	16.655.132.924,58	
Tesouro - Programa Nac. de Apoio a Administração Fiscal para os Estados Brasileiro - Promocat e Promodif	233.144.993,24	
BND-CPTM - Projeto Sui Linha 5 (circu) Proc. SF - 001-9027192/2002	90.486.073,84	<b>92.420.169.711,07</b>
<b>TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>		<b>92.983.906.752,58</b>
<b>Administração Indireta</b>		
Por Contratos	462.934.991,94	462.934.991,94
<b>TOTAL (ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA)</b>		<b>93.446.841.744,52</b>

Demonstramos a seguir, a movimentação das LFTP's:

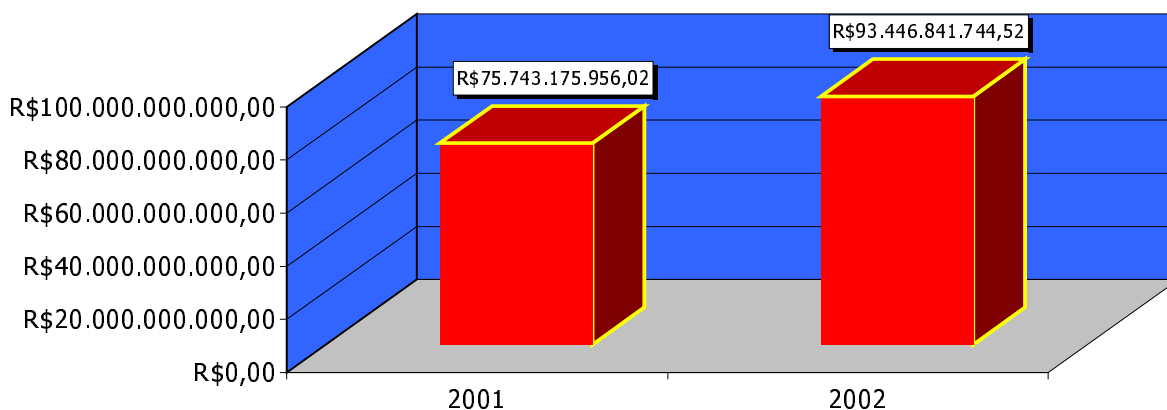
L.F.T.P.'s	R\$
Saldo Anterior	473.130.729,26
Emissão	0,00
Atualização Monetária	90.606.312,25
Resgate	0,00
<b>Saldo para o exercício seguinte</b>	<b>563.737.041,51</b>

### Evolução da Dívida Interna

A Dívida Interna cresceu 23,81% como segue:

Exercício	R\$
2002	93.446.841.744,52
2001	75.473.175.956,02

### **Evolução da Dívida Fundada Interna**



Ressaltamos, por oportuno, que o maior valor refere-se à dívida decorrente do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, que importou em R\$ 84.815.318.852,09, observando-se crescimento da ordem de 23,74% em relação ao exercício anterior, que foi de R\$ 68.543.251.397,39.

### **3.2.2.-Externa**

Refere-se aos empréstimos contraídos com Instituições Financeiras externas, para atender programas de

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

desenvolvimento tecnológico, saúde, educação etc.

O saldo da dívida decorrente dos contratos e financiamentos externos está composto como segue:

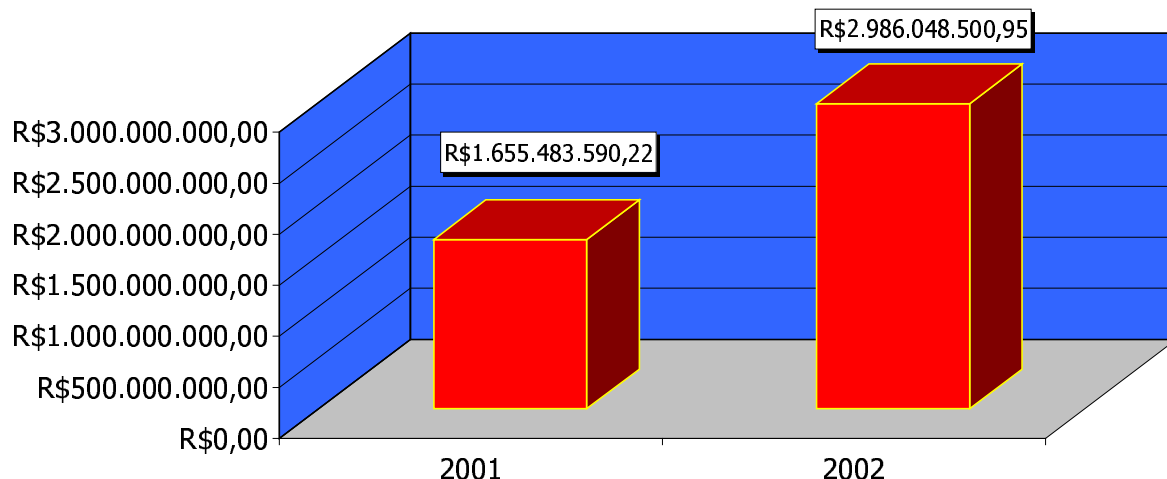
<b>Dívida Fundada Externa</b>	<b>R\$</b>	
Por contratos		
Empréstimos Contraídos com:		
Secr. Ciência e Tec. BIRD/USAID - Lei Est. 93/72	5.423.178,36	
Tesouro-BID/USP-Res.Senado 394/87 - Lei Est. 5692/82	123.273.617,23	
Secr. Ciência e Tec. Prot. Brasil Hungria-cert. 323/diversos	190.816,32	
Tesouro- Bird- Educação - 3375/BR - Res. Senado 51/91	287.229.557,67	
Tesouro- Bird-Guarapiranga - 3504/BR - Res. Senado 83/92	180.068.390,10	
Tesouro-KFW-Contr.9065087	20.816.328,60	
Tesouro - BID/CPTM - Res. Senado 03/97 Lei 8817/97	1.444.601.324,67	
Bid - DER - Programa de Recuperação de Rodovias	355.950,53	
Tesouro- Bird -Microbacias Proc. SF 7865/91 - Venc. Final 15/10/2012	16.132.572,34	
Tesouro- Bird -Proj. Integr de Transporte Urbano -Barra Funda/Roosevelt/Barra Funda	139.610.446,34	
Bird - Metro - Projeto Linha do Metro Proc. Sf. 7176/98	7.451.655,58	2.225.153.837,74
<b>TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>		<b>2.225.153.837,74</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>		
Por contratos	760.894.663,21	760.894.663,21
<b>TOTAL (ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA)</b>		<b>2.986.048.500,95</b>

**Evolução da Dívida Fundada Externa**

A Dívida Fundada Externa cresceu 80,37%, como segue:

Exercício	R\$
2002	2.986.048.500,95
2001	1.655.483.590,22

### Evolução da Dívida Fundada Externa



(Em relatório complementar informa, a auditoria, que o valor da dívida por contrato, da Administração Indireta, pertence unicamente ao DAEE).

#### 4 - Variações Patrimoniais

O objetivo técnico desta demonstração é evidenciar as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da Execução Orçamentária e, também, indicar o Resultado Patrimonial ou Econômico do exercício, conforme tratam os artigos 100 e 104 da Lei n.º 4.320/64.

##### 4.1 - Resultado Econômico

a.- Análise da Gestão Orçamentária - Administração Direta

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

<b>Variações Ativas</b>		
Resultante da Execução Orçamentária	49.766.052.466,78	
Mutações Patrimoniais	<u>7.059.013.964,55</u>	56.825.066.431,33
<b>Variações Passivas</b>		
Resultante da Execução Orçamentária	43.416.908.194,27	
Mutações Patrimoniais	<u>1.422.249.782,75</u>	<u>44.839.157.977,02</u>
<b>Superavit da Gestão Orçamentária</b>		<b>11.985.908.454,31</b>

b. - Análise da Gestão Orçamentária - Administração Indireta

<b>Variações Ativas</b>		
Resultante da Execução Orçamentária	3.272.945.084,11	
Mutações Patrimoniais	<u>755.277.762,55</u>	4.028.222.846,66
<b>Variações Passivas</b>		
Resultante da Execução Orçamentária	9.003.761.295,31	
Mutações Patrimoniais	<u>264.393.502,67</u>	<u>9.268.154.797,98</u>
<b>Déficit da Gestão Orçamentária</b>		<b>(5.239.931.951,32)</b>

c. - Análise da Gestão Orçamentária - Consolidado

<b>Variações Ativas</b>		
Resultante da Execução Orçamentária	53.038.997.550,89	
Mutações Patrimoniais	<u>7.814.291.727,10</u>	60.853.289.277,99
<b>Variações Passivas</b>		
Resultante da Execução Orçamentária	52.420.669.489,58	
Mutações Patrimoniais	<u>1.686.643.285,42</u>	<u>54.107.312.775,00</u>
<b>Superávit da Gestão Orçamentária</b>		<b>6.745.976.502,99</b>

d. - Análise da Gestão Extra-Orçamentária - Administração Direta

<b>Variações Ativas</b>		<b>R\$</b>
Independente da Execução Orçamentária		20.156.684.998,96
<b>Variações Passivas</b>		
Independente da Execução Orçamentária		<u>38.062.391.707,72</u>
<b>Déficit da Gestão Extra-orçamentária</b>		<b>(17.905.706.708,76)</b>

e. - Análise da Gestão Extra-Orçamentária - Administração Indireta

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

<b>Variações Ativas</b>	<b>R\$</b>
Independente da Execução Orçamentária	8.095.467.757,25
<b>Variações Passivas</b>	
Independente da Execução Orçamentária	2.934.188.304,54
<b>Superávit da Gestão Extra-orçamentária</b>	<b>5.161.279.452,71</b>

f. - Análise da Gestão Extra-Orçamentária - Consolidado

<b>Variações Ativas</b>	<b>R\$</b>
Independente da Execução Orçamentária	22.823.439.988,81
<b>Variações Passivas</b>	
Independente da Execução Orçamentária	35.567.867.244,86
<b>Déficit da Gestão Extra-orçamentária</b>	<b>(12.744.427.256,05)</b>

g. - Resultado Econômico do Exercício de 2001/2002 - Administração Direta

	2001	2002
Deficit/Superavit da Gestão Orçamentária	10.906.303.345,50	11.985.908.454,31
Deficit/Superavit da Gestão Extra-orçamentária	(10.034.412.945,66)	(17.905.706.708,76)
<b>Deficit/Superavit Econômico</b>	<b>871.890.399,84</b>	<b>(5.919.798.254,45)</b>

h. - Resultado Econômico do Exercício de 2001/2002 - Administração Indireta

	2001	2002
Deficit/Superavit da Gestão Orçamentária	(4.370.210.032,30)	(5.239.931.951,32)
Deficit/Superavit da Gestão Extra-orçamentária	3.931.371.326,53	5.161.279.452,71
<b>Deficit/Superavit Econômico</b>	<b>(438.838.705,77)</b>	<b>(78.652.498,61)</b>

i. - Resultado Econômico - Consolidado

A posição econômica do Estado neste exercício,

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

compreendendo a Administração Direta e a Indireta, evidenciou um saldo negativo de R\$ 5.998.450.753,06, como segue:

Administração	R\$
Direta	(5.919.798.254,45)
Indireta	(78.652.498,61)
<b>Deficit do Resultado Econômico</b>	<b>(5.998.450.753,06)</b>

#### 4.2 - Resultado Financeiro

A posição financeira, neste exercício, da Administração Direta foi deficitária em R\$ 2.122.947.453,59, que comparativamente ao exercício anterior, R\$ 3.022.358.165,25, apresentou situação menos desfavorável correspondente a 29,75%.

Administração Direta		
Ativo Financeiro		R\$
.Disponível	3.456.713.097,94	
.Realizável	461.151.066,80	
.Diversos	302.159.327,80	4.220.023.492,54
<b>(-) Passivo Financeiro</b>		
.Dívida Flutuante	2.507.214.269,86	
.Exigível	2.789.768.210,62	
.Diversos	1.045.988.465,65	6.342.970.946,13
<b>Déficit Financeiro</b>		<b>(2.122.947.453,59)</b>

A posição financeira, neste exercício, da Administração Indireta foi deficitária em R\$ 1.183.790.236,82 que comparativamente ao exercício anterior, R\$ 1.538.679.691,03, apresentou situação menos desfavorável correspondente a 23,06%.

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

Administração Indireta		
<b>Ativo Financeiro</b>		<b>R\$</b>
.Disponível	2.008.444.842,74	
.Realizável	582.121.661,45	
.Diversos	111.564.489,39	2.702.130.993,58
<b>(-) Passivo Financeiro</b>		
.Dívida Flutuante	1.267.500.407,63	
.Exigível	1.800.156.587,34	
.Diversos	818.264.235,43	3.885.921.230,40
<b>Déficit Financeiro</b>		<b>(1.183.790.236,82)</b>

A posição financeira consolidada, neste exercício, foi deficitária em R\$ 3.306.737.690,41, que comparativamente ao exercício anterior, R\$ 4.561.037.856,28, apresentou situação menos desfavorável correspondente a 27,50%.

Consolidado		
<b>Ativo Financeiro</b>		<b>R\$</b>
.Disponível	5.465.157.940,68	
.Realizável	1.043.272.728,25	
.Diversos	413.723.817,19	6.922.154.486,12
<b>(-) Passivo Financeiro</b>		
.Dívida Flutuante	3.774.714.677,49	
.Exigível	4.589.924.797,96	
.Diversos	1.864.252.701,08	10.228.892.176,53
<b>Déficit Financeiro</b>		<b>(3.306.737.690,41)</b>

**Evolução do Déficit Financeiro**

Exercício	R\$
<b>2002</b>	<b>(3.306.737.690,41)</b>
<b>2001</b>	<b>(4.561.037.856,28)</b>

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

### III - COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO E DESPESAS EM ANOS ANTERIORES

A atualização da planilha inserida no relatório das contas de 1996, permite visualizar o comportamento da arrecadação e despesa desde o ano de 1976, ao longo desses últimos 27 anos.

**QUADRO CONSOLIDADO DA RECEITA, DESPESA E DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO**  
**VALORES EM MOEDA CORRENTE E US\$ m/ano**

Exercícios 1976 a 1996

ANO	Moeda	RECEITA		DESPESA		DÉFICIT %	IGP-DI % ano	IPC-Fipe % ano
		ARRECADADO	VR. EM DÓLAR MÉDIO	REALIZADA	VR. EM DÓLAR MÉDIO			
1976	Cr\$	52.641.414.949,17	4.891.870.174,63	53.147.108.571,39	4.938.863.355,77	0,95	46,30	38,10
1977	Cr\$	72.271.622.765,22	5.034.595.803,92	72.952.416.695,83	5.082.021.365,09	0,93	38,80	41,10
1978	Cr\$	109.254.214.933,19	5.966.915.070,08	112.580.352.666,90	6.148.571.964,33	2,95	40,80	39,90
1979	Cr\$	168.504.536.735,06	6.161.719.264,82	173.281.951.903,61	6.336.415.398,53	2,76	77,30	67,10
1980	Cr\$	323.858.005.769,51	5.922.462.296,68	322.048.996.744,47	5.889.380.552,36	0,56	110,20	87,70
1981	Cr\$	646.951.263.090,70	6.831.586.727,46	656.657.417.449,73	6.934.080.437,70	1,48	95,20	90,90
1982	Cr\$	1.303.377.370.681,00	7.060.357.902,99	1.331.231.695.659,00	7.211.243.983,96	2,09	99,70	94,60
1983	Cr\$	2.596.490.435.581,00	4.475.172.200,54	2.847.437.684.336,00	4.907.691.471,95	8,81	211,00	164,00
1984	Cr\$	8.642.173.529.147,00	4.690.185.611,45	8.959.520.941.374,00	4.862.412.917,65	3,54	223,80	178,60
1985	Cr\$	35.363.322.802.456,00	5.683.334.737,29	35.871.785.359.791,00	5.765.051.122,67	1,42	235,10	228,20
1986	Cz\$	118.831.638.005,07	8.702.426.803,74	119.382.300.540,82	8.742.753.609,73	0,46	65,00	68,10
1987	Cz\$	349.771.276.282,20	8.849.815.962,41	376.977.060.801,11	9.538.169.187,59	7,22	415,80	367,10
1988	Cz\$	2.557.021.723.504,69	9.628.355.863,96	2.924.592.674.688,27	11.012.428.549,28	12,57	1.037,60	891,70
1989	NCz\$	45.899.503.769,82	16.230.376.156,23	50.152.098.652,45	17.734.122.578,66	8,48	1.782,90	1.635,80
1990	Cr\$	1.315.032.389.945,98	19.322.798.723,79	1.563.240.994.114,52	22.969.921.742,60	15,88	1.456,60	1.639,10
1991	Cr\$	6.033.134.689.069,27	14.741.893.578,93	6.761.603.197.237,45	16.521.897.801,69	10,77	480,20	458,60
1992	Cr\$	64.942.254.151.274,90	14.268.767.348,13	77.700.778.009.001,90	17.072.002.483,88	16,42	1.157,90	1.129,50
1993	CR\$	1.582.068.687.839,94	17.534.704.215,46	1.987.208.797.650,43	22.025.035.163,76	20,39	2.708,20	2.491,00
1994	R\$	13.020.391.169,01	20.186.652.975,21	15.851.235.783,57	24.575.559.354,37	17,86	1.093,84	941,25
1995	R\$	26.238.316.308,37	28.582.043.908,90	26.992.477.161,30	29.403.569.892,48	2,79	14,78	23,17
1996	R\$	30.565.054.122,10	30.409.963.309,22	30.567.034.122,10	30.411.933.262,46	0,01	9,34	10,03
1997	R\$	87.307.754.269,44	80.940.856.558,28	86.726.277.546,34	80.401.783.890,22	0,67	7,48	4,83
1998	R\$	38.901.904.347,71	33.505.338.131,28	38.822.003.418,61	33.436.521.252,23	0,21	1,70	1,79
1999	R\$	40.551.563.253,26	22.333.004.172,37	40.464.686.116,25	22.285.158.237,28	0,21	19,98	8,64
2000	R\$	43.326.719.072,60	23.682.283.694,14	43.285.632.304,20	23.659.825.762,26	0,09	9,81	4,38
2001	R\$	47.204.488.738,86	20.068.089.287,56	47.156.098.071,17	20.047.516.916,88	0,10	10,40	7,13
2002	R\$	53.038.997.550,89	18.096.268.658,13	52.420.669.489,58	17.885.302.553,32	1,17	26,41	9,92

**Oportuno fazer algumas considerações sobre o último triênio:**

**Quanto à Arrecadação Total**

<b>Ano</b>	<b>R\$</b>	<b>Var.%</b>	<b>Dólar Médio</b>	<b>Var.%</b>
2000	43.326.719.072,60	-	23.682.283.694,14	-
2001	47.204.488.738,86	8,95	20.068.089.287,56	(15,26)
2002	53.038.997.550,89	12,36	18.096.268.658,13	(9,82)

Comparando-se o comportamento da arrecadação com os índices de inflação do período observa-se, com tristeza, que os índices de inflação superaram os da arrecadação.

Ainda que se saiba que este é um problema que precisa ser enfrentado, principalmente, pelo Governo Federal, não se pode esquecer que aos Governos estaduais compete agir de modo a somar esforços para o desenvolvimento de sua economia local, combatendo e se não lhes for possível, ao menos adotar ações que minimizem seus efeitos danosos.

O índice IPC-Fipe no período aponta uma elevação de 126% - de 4,38 *no ano de 2000 saltou para 9,92 no ano de 2002* – e o IGP-DI mostrou uma alta de 169% - de 9,81 *em 2000 passou para 26,41 em 2002*.

*Enquanto isto – sem considerar nenhum deflator - a arrecadação em 2002 (53 milhões) foi apenas 12,36% maior que a de 2001 (47 milhões) e 22,41% maior que a do ano de 2000 (43 milhões). Muito inferior, portanto, aos índices inflacionários.*

No ano de 1997 quando relatei as contas do Governador fiz a comparação com o dólar, pelo seu valor médio em cada ano, e o fiz uma vez que a cotação daquela moeda estava estabilizada. Atualizei a tabela, porém, vê-se que agora não há sentido na comparação, dada a acentuada queda da cotação daquela moeda nos anos de 2001 e 2002, em torno de 23%.

### Quanto às Despesas

<b>Ano</b>	<b>R\$</b>	<b>Var.%</b>	<b>Dólar Médio</b>	<b>Var.%</b>
2000	43.285.632.304,20	-	23.659.825.762,26	-
2001	47.156.098.071,17	8,94	20.047.516.916,88	(15,26)
2002	52.420.669.489,58	11,16	17.885.302.553,32	(10,78)

O comportamento da despesa se assemelha ao da receita, registrando-se que no ano de 2002, em exame, a variação, em relação ao ano anterior, de 2001, foi pouca coisa menor que a da receita. Este é um fato positivo que demonstra equilíbrio nas ações governamentais.

### Quanto ao EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

A atualização do demonstrativo apresentado em 1997 do **resultado orçamentário anual** e da inflação, retroagindo ao ano de 1987, permite observar-se que até o ano de 1996 o resultado orçamentário era **deficitário**, só apresentando **superávit** a partir de 1997:

Ano	(Déficit)/Superávit	Inflação IPC/FIPE
1987	(7,220)	367,10
1988	(12,570)	891,70
1989	(8,480)	1.635,80
1990	(15,880)	1.639,10
1991	(10,770)	458,60
1992	(16,420)	1.129,50
1993	(20,390)	2.491,00
1994	(17,860)	941,25
1995	(2,790)	23,17
1996	(0,075)	10,04
1997	0,670	4,83
1998	0,210	1,79
1999	0,210	8,64
2000	0,090	4,38
2001	0,100	7,13
2002	1,170	9,92

Os resultados até o ano de 1997 são deficitários e deve-se levar em conta a dificuldade que enfrentava o Governo para as ações de planejamento e programação. A partir de 1997 vê-se que mudou o resultado e, sem desmerecer o esforço feito pelo Governo para alcançar o superávit anual, registra-se a seu favor a melhoria no desempenho da economia.

## IV - DESPESAS COM PESSOAL

Desde o mês de maio de 2000, as despesas com pessoal têm seus limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, que ficou conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontram-se fixados, naquele diploma legal, os percentuais máximos a serem gastos pela União, Estados e Municípios, e, respeitando-os, atribui, também, percentuais para o Poder Executivo, o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

No exercício em exame, a auditoria apontou que da despesa total do Estado, 45,59% se refere a despesas com Pessoal e Encargos, num total de R\$ 23.896.280.526,19. Fazendo-se a comparação com os limites legais encontra-se a seguinte situação:

<b>Poder</b>	<b>Limite legal<sup>5</sup></b>	<b>Limite em 2002<sup>6</sup></b>
<b>Executivo:</b>	49,00%	48,00%
<b>Legislativo (inclui TCE)</b>	3%	1,08%
<b>Judiciário:</b>	6%	5,96%
<b>Ministério Público:</b>	2%	1,32%

Vê-se, e atesta a auditoria<sup>7</sup>, que todos os Poderes e Órgãos do Estado encontram-se dentro dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para os seus gastos com pessoal, uma vez que estes atingiram, no global, 56,45% da receita corrente líquida. No ano de 2001 tais gastos representaram

---

<sup>5</sup> Arts. 19 e 20 da Lei

<sup>6</sup> fls. 61/62 do relatório da auditoria

<sup>7</sup> fls. 60/62 do relatório da auditoria

56,61%, o que implica considerar não ter havido alteração.

No processo denominado Acessório 3, que abriga o acompanhamento que foi feito durante o ano, relativamente ao cumprimento das obrigações estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, encontram-se encartados os relatórios periodicamente produzidos pela auditoria e as respostas dadas pelo Senhor Secretário da Fazenda, uma vez que, para permitir ao Governo que tomasse ciência e pudesse adotar, a tempo, as providências que se impunham, enviei, regularmente, cópia dos referidos relatórios, nos quais constam, inclusive, o apontamento dos limites prudenciais criados pela referida Lei para os gastos com pessoal.

## **V - DESPESAS COM ENSINO**

### **a) aplicação mínima de 30% - exigência da Constituição Estadual**

A auditoria desconsiderou alguns gastos que somaram R\$ 74 milhões<sup>8</sup>, mas ainda assim indica que o valor aceitável como aplicado no ensino alcançou o valor de R\$ 9 bilhões e 919 milhões, que corresponde a 30,25% da receita de impostos, o que atende ao artigo 255 da Constituição Estadual.

Os percentuais de aplicação no ensino, nos três últimos exercícios, foram:

<b>EXERCÍCIOS</b>	<b>PERCENTUAL</b>
2001	30,17%
2000	30,55%
1999	30,35%

---

<sup>8</sup> Acessório 2 e Fls. 62 do relatório: Secretaria da Educação R\$ 52.503.395,57 receita de cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores; Secretaria da Cultura R\$ 5.937.393,37 – difusão cultural – formação artística e cultural – outros serviços; Secretaria da Segurança Pública R\$ 15.887.390,27 – policiamento – aperfeiçoamento das ações de modernização da segurança pública

**b) aplicação mínima de 60% no ensino fundamental Constituição Federal**

ENSINO FUNDAMENTAL	
25% das Receitas de Impostos	8.198.612.895,31
Valor aplicado no Ensino Fundamental	5.385.672.156,67
Percentual Aplicado	65,69%

A exigência de aplicação mínima de 60% da receita de impostos em gastos do ensino fundamental, conforme dispõe o “caput” do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 14, em seu artigo 5º, também foi atendida, conforme consta da instrução processual, que informa ter sido aplicado o equivalente a 65,60%. Cabe registrar que também neste grupo de despesas a auditoria impugnou o valor de R\$ 2.157.055,53 porque pertinente ao ensino médio e contabilizado no ensino fundamental.

O percentual de 30,25% considerado como gastos de ensino praticamente não mudou em relação ao exercício anterior, uma vez que o superou em oito décimos percentuais; os gastos com o ensino fundamental, porém, apresentam pequena queda – 1,35% - já que em 2002 a aplicação corresponde a 65,69% e em 2001 correspondeu a 66,58%.

A evolução de gastos totais no ensino mostra-se estável no triênio, como se pode ver: em 2000: 30,55%; em 2001: 30,17% e em 2002: 30,25%. Praticamente nada mudou em relação ao exercício anterior, uma vez que o aumento foi de apenas oito décimos percentuais.

As impugnações feitas pela auditoria decorreram de exame que determinou o Relator fosse feito “in loco” e bem demonstram a conveniência de sua manutenção e aperfeiçoamento, assim como devem servir de alerta ao Governo para que adote medidas que impeçam, doravante a contabilização inadequada.

### **c) FUNDEF**

Importa lembrar que acolhendo a ponderação feita pelo eminente Conselheiro EDGARD CAMARGO RODRIGUES, quando relatou as contas do exercício de 2001, este E. Plenário aceitou, sob os fundamentos da razoabilidade e da economicidade, que o Governo do Estado mantenha seu regime de conta bancária única, desde que o Balanço Geral do Estado se faça acompanhar de parecer chancelado por todos os membros do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF (art. 4.º da Lei n.º 9.424, de 1996), no qual conste a revalidação anual do consentimento à aplicação centralizada e o atestado de correta aplicação de todos os recursos do Fundo do Ensino Fundamental.

Informa, a auditoria, que a condição imposta por este E. Plenário, foi atendida no exercício em exame conforme parecer emitido pelos membros do Conselho Estadual de Educação<sup>9</sup>, e no qual propõem a manutenção da centralização dos depósitos e sua aplicação, atestando, ainda, o valor da receita, o valor dos juros acrescidos e que as despesas foram feitas integralmente para pagamento de pessoal, sendo 60,07% do total da receita aplicado no pagamento aos profissionais do magistério fundamental, em obediência ao disposto no artigo 7º da Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

---

<sup>9</sup> fls. 501 do acessório 2 – parecer emitido em 15/4/2003 por ocasião da 53ª reunião – assinado por Dione Maria Whitehurst Di Pietro, Presidente; e Conselheiros: José Roberto Perosa Ravagnani, Vera Lucia Scortecci Hilst, Paulo Sérgio de Almeida Leme e Paulo César Pinheiro da Silva.

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

Apontou, ainda, a auditoria, que dos 15% sobre as receitas devidas ao FUNDO, o Governo deixou de comprovar o depósito no valor de R\$ 3.639.875,06, o que, no entanto, como constou na resposta do Senhor Secretário da Fazenda houve o reconhecimento e a comprovação do depósito. Cabe registrar que a auditoria atestou a comprovação, também, do recolhimento da diferença do ano anterior que foi objeto de recomendação e a Secretaria a atendeu com o depósito feito em 01/10/2002 (fls. 498 do Acessório 2 -R\$ 6.940.804,39).

A instrução processual indica, ainda, que excluiu do montante de despesas, o valor de R\$ 332 milhões que se refere à diferença entre o valor depositado ao FUNDO e o valor obtido de retorno do FUNDO, resultando, no quadro demonstrativo de recursos do FUNDEF, retroativo ao ano de 1998 e indicativo de um saldo acumulado a aplicar, no valor de quase 210 milhões de reais:

FUNDEF				
EXERCÍCIOS	RECEITA			DESPESA
	RETORNO	JUROS	TOTAL	
1998	3.036.415.456,01	(*) 0,00	3.036.415.456,01	3.041.095.067,38
1999	3.385.258.242,91	4.665.472,63	3.389.923.715,54	3.389.923.715,54
2000	3.686.986.260,96	15.371.779,27	3.702.358.040,23	3.649.168.016,00
2001	3.946.490.340,50	36.271.012,12	3.982.761.352,62	3.918.583.247,37
2002	4.109.161.534,39	40.778.790,00	4.149.940.324,39	4.053.434.344,56
<b>TOTAL</b>			<b>18.261.398.888,79</b>	<b>18.052.204.390,85</b>
<b>SALDO A APLICAR ACUMULADO</b>				<b>209.194.497,94</b>

(\*) Não há informações sobre possíveis valores consignados à conta de Juros referente ao exercício de 1998.

*Deste saldo acumulado a aplicar, a auditoria informa que o valor relativamente ao exercício de 2002 importa em R\$ 96.505.979,83, bem superior ao saldo de R\$ 28 milhões que foi apurado no exercício de 2001 e que foi objeto de recomendação contida no Parecer Prévio. Ainda assim, considerando o compromisso do Governo de verificar a razão do saldo total e informar a este E. Tribunal, torna-se possível*

*aguardar a informação que englobará o valor relativo ao saldo do ano em exame e, por certo, implicará em adoção de providências para eliminar tal pendência no final do ano.*

Quanto às impugnações de algumas despesas, importante registrar que não foram aceitas pela auditoria e nem pelos demais órgãos técnicos, incluindo a Secretaria-Diretoria Geral, assim como pela douta Procuradoria da Fazenda do Estado, razão pela qual, considera-se como despesa de ensino os gastos com as exclusões feitas.

Ainda sobre o FUNDEF merece registrar que o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO possui um DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO, o qual enviou ofício à Secretaria da Fazenda, apontando diferença nos depósitos do ano de 2001, fato que resultou solucionado com as explicações dadas pela Secretaria da Fazenda e acolhidas pelo Grupo de Acompanhamento das Contas do Governo.<sup>10</sup>

Subtraiu-se, também, a importância de R\$ 2.157.055,53 que, conforme constatado pela auditoria são relativos às apropriações efetuados ao ensino fundamental quando, em realidade, referem-se ao ensino médio (fls. 304/339 do Acessório).

**De se anotar que a questão assume relevância, não em razão do montante glosado que, em última análise não produziu reflexos no percentual mínimo obrigatório, mas, sim, quanto ao procedimento que sem sendo adotado por algumas Unidades da Secretaria da Educação, colocando em cheque o mínimo estabelecido no artigo 60 das ADCT.**

**Cabe levar em conta, também, que o valor glosado é produto de amostragem levada a efeito pela fiscalização realizada “in loco” não representando, por certo, a totalidade das ocorrências existentes.**

---

<sup>10</sup> Cópia do ofício 7240 FUNDEF, exp31089/026/02-cópia. Original remetido ao Dr. Edgard Camargo Rodrigues.

**A impossibilidade material, ao menos no exercício em exame, de se apurar a real incidência de tal prática não permite seja emitido juízo desfavorável sobre a questão. No entanto, não afasta ressalvas apropriadas, valendo, de outra parte, ser oportuno propor que fiscalizações da espécie sejam processadas rotineiramente pela auditoria competente.**

Resumidamente, tem-se que as aplicações, no ano, no FUNDEF assim se demonstram:

Total de recursos recebidos	R\$ 4.149.940.324,39
Despesas realizadas	R\$ 4.053.434.344,56
Saldo a aplicar	R\$ 96.505.979,83

Necessário anotar que foi excluído das despesas realizadas a quantia de R\$ 332.815.434,77, proveniente da diferença apurada entre o Depósito ao Fundo (R\$ 4.441.976.969,16) e o retorno auferido sob mesmo título (R\$ 4.109.161.534,39) pendendo, de outro lado, a comprovação de depósitos na ordem de R\$ 3.639.875,06.

Sobreleva ainda anotar que o saldo a aplicar acumulado no período de 1998/2002, totaliza a importância de R\$ 209.194.497,94 que, não nos parece deva persistir, já que não se coaduna com a finalidade do Fundo.

Não obstante, é preciso evidenciar não só foi atendido o disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96, vez que restou

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

comprovado aplicação de 60,07% dos recursos com a valorização do magistério, como também que as recomendações processadas por esta E. Corte quando da emissão do Parecer Prévio das Contas do exercício de 2.001, notadamente em relação à manifestação do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF que, diga-se, atestou a correta aplicação dos recursos provenientes do Fundo.

As considerações que fez a auditoria e o Senhor Secretário-Diretor Geral, sobre os dados de realização informados pela Secretaria são os seguintes:

**A auditoria:**

“Os Orçamentos e respectivas execuções para o período de 1997/2002 foram os seguintes:

<b>EXERCÍCIO</b>	<b>ORÇAMENTO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>
1997	3.628.256.520	3.570.122.403
1998	5.650.066.955	5.608.774.002
1999	5.595.792.866	5.977.198.873
2000	5.917.366.239	6.837.554.916
2001	6.653.064.061	7.517.609.605
2002	7.553.780.114	8.271.840.365
<b>VARIAÇÃO ENTRE 1997 E 2002</b>	<b>108,19%</b>	<b>131,70%</b>

No programa “Garantia da Qualidade do Ensino Fundamental” a garantia de escolaridade de 1ª a 8ª série vem sofrendo redução das metas alcançada desde 1998, atingindo em 2002 o patamar mais baixo, o que não atende a meta prevista.

A ampliação da oferta de vagas no Ensino Fundamental também vem sendo reduzida gradativamente desde 1997, tendo sido reduzido de 4.634.062 para 3.284.930 em 2002, inferior à previsão de 3.620.355.

Existe um déficit no número de sala de aulas construídas em relação à meta prevista da ordem de 55,75%. Observa-se que a quantidade de merenda escolar fornecida está aquém da meta prevista, com defasagem de 31,06%.

**Manifestação do Senhor Secretário-Diretor Geral:**

- O programa *Garantia da Qualidade do Ensino Fundamental* mostra sinais de redução das metas alcançadas em 1998, atingindo em 2002 seu nível mais baixo;
- A ampliação da oferta de vagas do Ensino Fundamental também vem sendo gradativamente reduzida desde 1997; isso, creio eu, em decorrência do processo de municipalização desse nível de aprendizado;
- Oferta de merenda escola em nível bem aquém da meta prevista; um déficit de 31,06%

## **VI – DESPESAS COM SAÚDE**

Aponta o Relatório da Auditoria que:

“Estabelece a Emenda Constitucional nº 29 de 13/09/2000 (DOU de 14/9/2000) a vinculação de parte da receita de impostos, próprios e transferidos, para aplicação na área da Saúde.

No caso do Estado esta aplicação será, no mínimo, correspondente a 12% dos impostos arrecadados mais as transferências efetuadas pela União (FPE, IPI e IRRF), percentual a ser atingido até o exercício de 2004.

Dispõe a Emenda que a aplicação em percentual inferior ao fixado ensejará a redução da diferença à razão de, pelo menos, um quinto por ano a partir de 2000, que deve ter atingido, no mínimo, sete por cento. No caso do Estado, esta aplicação situou-se no patamar de 8,67%.

A título de ilustração, para fins de acompanhamento e comparação com os resultados apresentados no exercício, demonstramos a seguir os percentuais mínimos a serem alcançados partindo da aplicação de 8,67% implementada pelo Estado no exercício de 2000.

<b>Exercício Financeiro</b>	<b>Aplicação Mínima</b>
<b>2000</b>	<b>8,67%</b>
<b>2001</b>	<b>9,34%</b>
<b>2002</b>	<b>10,01%</b>
<b>2003</b>	<b>10,68%</b>
<b>2004</b>	<b>12,00%</b>

Conforme aponta o relatório da auditoria e manifestações técnicas, no exercício em exame os gastos do estado atingiram 10,06%, o que fica acima do percentual orçado e abaixo dos 12% fixado como meta para 2004, mas, ainda assim, dentro do limite mínimo legal para o exercício de 2002, ora em exame.

Em relação ao valor glosado pela auditoria e que o governo e a douta Procuradoria da Fazenda do Estado – PFE insistem no seu cômputo, considerando que não interfere no mínimo exigido pela constituição, creio mereça o assunto melhor avaliação, preferivelmente com o exame documental necessário à efetiva convicção. Não vejo, portanto, que necessite posicionamento deste Relator nestas contas, quanto a tais glosas.

Cabe registrar que a preocupação com os dados de execução me fez determinar à auditoria que obtivesse alguns dados junto às Secretarias da área social e os trouxesse para o relatório, como se pode ver no seu item XI – Indicadores de Gestão. Transcrevo as considerações e manifestação de SDG relativos à área da saúde:

**Considerações feitas pela auditoria:**

Os Orçamentos e respectivas execuções para o período de 1997/2002 foram os seguintes:

EXERCÍCIO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO
1997	2.511.943.768	2.200.731.887
1998	2.640.622.331	2.494.468.521
1999	2.686.440.420	2.762.812.873
2000	2.671.691.057	3.353.021.283
2001	3.422.711.459	3.756.108.581
2002	3.800.452.429	4.275.896.175
<b>VARIAÇÃO ENTRE 1997 E 2002</b>	<b>51,30%</b>	<b>94,29%</b>

1. No exercício de 2002 observa-se significativo aumento dos recursos para aquisição de equipamentos.
2. Observa-se também substancial aumento da quantidade de ambulâncias entregue aos Municípios.
3. Por outro lado, houve decréscimo nos investimentos na produção de medicamentos e nas pesquisas e produção de novos medicamentos.
4. Já em relação aos investimentos em tecnologia de ponta, observa-se substancial aumento direcionado ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
5. A produção de imunobiológicos indicou queda de 8,38% em relação ao exercício anterior e a produção de soros manteve-se estável em torno de 420 mil ampolas.
6. Com relação aos atendimentos hospitalares mediante consultas, verifica-se acréscimo 11,06% nos hospitais (HCRP-USP, CEAMAS, IAMSPE).

7. As cirurgias no IAMSPE também tiveram acréscimo da ordem de 3,60%.
8. Os programas e projetos direcionados para a saúde bucal, tiveram redução de 2,02% no número de atendimentos.
9. O percentual em relação à metas estabelecidas no processo de municipalização da saúde permaneceu no patamar de 99,7%.

**Assim manifestou-se o Senhor Secretário-Diretor Geral:**

- O atendimento ambulatorial cresceu 11,06%;
- As cirurgias do IAMSPE aumentaram 3,60%;
- No exercício de 2002, observa-se relevante aumento dos recursos para aquisição de equipamentos médico-hospitares e de ambulâncias. A mesma sorte, contudo, não beneficiou a pesquisa e produção de medicamentos;
- A produção de imunobiológicos registrou queda de 8,38% em relação ao exercício anterior;
- Nesse mesmo período, manteve-se estável a produção de soros.

Observo, também, que além disto o governo fez publicar um Relatório de Atividades, em suplemento próprio do Diário Oficial, na edição do dia 1º de maio, e, no caso da saúde, a Secretaria também editou um Relatório de Atividades – *até de bela impressão* – que contém inúmeros dados do atendimento prestado à população, no período de 1995 a 2002.

A tônica dos relatórios – o publicado no Diário Oficial e o editado - *em que pese o pretexto de prestação de contas* – é, na verdade, uma divulgação de feitos governamentais apontando sempre para as ações que no entender do governo trazem melhoria dos serviços prestados à população.

Na leitura de **tais relatórios algumas informações são de chamar a atenção do leitor e por isso detenho-me em algumas delas, ainda que de forma sucinta.**

É o caso, por exemplo:

## 1. DAS INTERNAÇÕES HOSPITALARES

*Número de internações no PPA, na LDO e no relatório de realizações:*

No Plano Plurianual o Governo estabeleceu uma meta de ampliar o atendimento de internações hospitalares na rede gerida por Organizações Sociais de Saúde, de modo a atender, por ano 88.800 internações.

Na LDO foi estabelecida a mesma meta, com mínima diferença entre os hospitais.

Os números publicados pela Secretaria da Saúde não identificam o número de internações feitas em cada hospital, dando apenas uma informação de terem sido realizadas 257.600 internações no ano.

Ainda que não se possa conhecer se algum hospital deixou de cumprir a meta, a soma do número de internações estabelecido na meta – 88.800 - às realizadas em 2001 – 118.700 – resulta em 207.500 internações. Como o relatório indica 257.600 internações realizadas, **conclui-se que a meta não só foi atingida, mas ultrapassada.**

*O custo das internações:*

O relatório da Secretaria (fls.26/27) mostra **a evolução das internações no período de 1995 a 2002**, indicando o número de internações e o seu custo total, **ficando claro que as internações diminuíram enquanto o custo aumentou.**

Do mesmo relatório se extrai a informação de que em 1995 o valor médio das internações foi de r\$ 291,59, e em 2002 tal valor foi estimado em r\$ 553,84 – 90% de aumento.

O próprio Governo se apressou em informar, naquele relatório editado, que *“paralelamente, à diminuição das internações verificamos um aumento dos valores gastos, o que se deve a um possível aumento de internações realmente necessários e, portanto, de maior custo.”*

Esta afirmação governamental está a merecer uma análise mais aprofundada por parte do próprio Governo, visando, no futuro, divulgar com maior presteza a razão da evolução dos gastos totais e médios.

Isto se impõe, uma vez que a justificativa dada, o é sem qualquer fundamentação e também sem levar em conta o aumento da população.

**É até possível de aceitar que, conquanto aumente a população, menor número de pessoas sejam hospitalizadas e ainda assim os gastos com internações aumentem, mas isto só será aceitável se o for em decorrência de ações de caráter preventivo com resultados concretos que espelhem a satisfação da população.**

Dado de interesse e que, eventualmente, pode ter contribuído para o aumento no custo das internações é a parceria, iniciada em 1998, entre o Governo do Estado e entidades qualificadas como Organizações Sociais de Saúde.

O relatório editado pela Secretaria da Saúde indica como positiva referida parceria e traz o volume de produção das Organizações Sociais nos anos de 2000, 2001 e

2002 que apontam um aumento de internações a cada ano, significando isto, aumento, também, de sua representatividade no atendimento total.

No ano de 2000 as internações naquelas Organizações – em número de 90.500 - representaram 3,27% do total; em 2001 tal número cresceu para 118.700 internações, representando 5,06%; e, em 2002 o dado estimativo indica 257.600 internações, o que significa 10,89% do total de atendimento do Estado.

Como o relatório indica uma evolução no crescimento do valor médio de cada internação nestes três últimos anos, tal aumento de custo pode ter ligação com esta parceria, ficando, assim, o Governo com a palavra para a devida verificação e informação.

Não é demais registrar a preocupação que já externei em outras oportunidades sobre as contratações dessas Organizações, que por disposição de lei estadual vem sendo feita com dispensa de licitação, tendo ressaltado, também, a necessidade de um competente acompanhamento nos processos de prestação de contas que tais entidades estão obrigadas a fazer, uma vez que esta parceria implica na transferência de recursos públicos orçamentários e até de prédios, de equipamentos e de pessoal por parte do Estado para entidades particulares que substituem o Estado no atendimento médico-ambulatorial-hospitalar prestado à população.

Vê-se que o volume de recursos públicos geridos por entidades particulares alcança soma representativa do orçamento da Secretaria da Saúde do Estado.

Em que pese isto seja feito com autorização legislativa, dada com a lei complementar nº 846/98, cabe ao controle externo exercido por este Tribunal a verificação da conformidade da execução de tal medida aos requisitos legais.

## 2. DAS ATIVIDADES DE VACINAÇÃO

O relatório da Secretaria não indica, para as atividades de vacinação, dados de 2002, os quais se pode encontrar no suplemento do Diário Oficial.

Observando-se os dois informativos o leitor não consegue encontrar dados dos dois exercícios que lhe possibilite comparar a evolução das ações empreendidas pela saúde e fica, assim, sem obter resposta para algumas informações neles constantes.

Assim, por exemplo,

### A) PARA A “VACINA BCG”:

No relatório da Secretaria da Saúde (fls.91) consta que em 2001 foram aplicadas 700.825 doses da vacina bcg..

No relatório publicado lê-se que no ano de 2002 – até outubro – foram aplicadas 474.386 doses, o que possibilita estimar que nos dozes meses do ano tenham sido aplicadas, aproximadamente, 569.263 doses, **donde se conclui, ter havido diminuição nas doses aplicadas.**

Por outro lado, a produção de vacinas “bcg” (fls. 93 do relatório de auditoria) teve significativa diminuição. Em 2001 foram produzidas 5.746.000 de doses, enquanto em 2002, 2.120.000 doses, o que representa apenas 36% da produção de 2001.

Comparando-se o total produzido com o aplicado em 2002, pode-se concluir que, ainda que menor que a produção de 2001 – e muito – a produção de 2002 mostrou-

se, contudo, suficiente, ficando, contudo, a dúvida se a menor produção não trará conseqüências futuras.

## **B) VACINA CONTRA HEPATITE B**

No relatório da Secretaria (pg.91) consta que em 2001 foram aplicadas 12.163.306 doses da vacina contra hepatite b.

No relatório de atividades publicado no Diário Oficial, consta que em 2002, até outubro, foram aplicadas 5.104.306 doses, o que permite estimar que nos dozes meses tenham sido aplicadas, aproximadamente, 6.125.167 doses, representando um decréscimo em torno de 50%, comparativamente ao ano anterior.

Já, neste caso da vacina contra hepatite b, a produção de vacinas (conforme fls.93 do relatório de auditoria) alcançou, em 2002, o total de 11.600.000 doses, praticamente o dobro do que foi aplicado. fazendo-se a comparação com a produção do ano anterior, quando foram produzidas apenas 2.850.000 doses, vê-se que a produção de 2002 foi superior em mais de 300%.

Não há nos relatórios informações que indiquem as razões do aumento desta vacinação e do aumento da produção das vacinas contra a hepatite b.

## **C) VACINA CONTRA POLIOMIELITE**

No relatório da Secretaria, (pg.91) indica que em 2001 foram aplicadas 651.986 doses da vacina contra poliomielite em crianças de menos de um ano, dando cobertura de 95% dessa faixa etária.

No relatório publicado, consta que em 2002 a vacinação cobriu 91,59% da faixa etária de até um ano.

**Este dado faz presumir que em 2002 quase 4% das crianças na faixa etária de até um ano deixaram de ser vacinadas contra a poliomielite, o que é uma leitura pouco satisfatória e que está a merecer explicações por parte do Governo.**

No que se refere aos dados de produção da vacina contra poliomielite, não há clareza nas informações prestadas.

## **VII - DIVIDA PUBLICA DO ESTADO**

A auditoria em seu relatório já transcrito no capítulo das “Demonstrações Contábeis” apresenta demonstrativos da posição da Dívida Pública, interna e externa.

Como visto nos demonstrativos, o saldo da dívida, em 31 de dezembro, ultrapassou a soma de 96 bilhões de reais, o que equivale a quase duas vezes a arrecadação total realizada no ano de 2002 (r\$ 53 bilhões) e a duas vezes e meia (2,43) a receita corrente líquida, que foi de r\$ 39 bilhões de reais.

A evolução da dívida no período de 1998 a 2002 cresceu numa média anual de 22,21%, sendo que em 2002 cresceu 25,01%, portanto, acima da média do período,

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

o que mostra uma tendência de elevação muito acima dos níveis de inflação. Veja-se que a inflação medida pelo ipc-fipe registrou 9,92% no ano<sup>11</sup>.

A preocupação com o crescimento da dívida pública leva em conta a conjuntura econômica que ao se mostrar recessiva agrava a situação com a continuada queda de arrecadação de que se tem notícia.

Por outro lado, o fato de não ter havido, nesse período, a obtenção de novos recursos de financiamento em montante significativo<sup>12</sup> - só 1,6 bilhão - faz concluir que a dívida está crescendo, basicamente, em decorrência dos encargos financeiros, os quais, para a dívida interna, estão pactuados em 6% acima do igp-di, no acordo feito, em 1997, com o governo federal. O saldo da dívida externa, que no período recebeu a maior parte daqueles recursos – coube-lhe 1,4 bilhão - tem seus encargos de acordo com a cotação da moeda americana.

O volume de recursos a título de juros e encargos da dívida consumiu, em 2002, 8,60% da receita corrente líquida, o que corresponde a 3,412 bilhões, numa elevação de 12,09% em relação ao ano anterior. Veja-se que até o crescimento dos encargos mostrou-se superior à inflação medida pelo ipc-fipe, como afirmado, que foi de 9,92% no ano de 2002.

---

<sup>11</sup> Evolução da RECEITA CORRENTE LÍQUIDA -RCL; da Dívida Pública, e do índice IPC-FIPE, no período de 1997 a 2002:

ANO	RCL (a)	%	DÍVIDA (b)	%	b/a	ipc-fipe
1997	23.082.369.381	-	36.062.068.965	-	1,56	4,83
1998	25.247.537.262	9,38	51.289.882.639	42,26	2,03	1,79
1999	28.782.848.228	14,00	60.751.051.879	18,44	2,11	8,64
2000	32.298.816.946	12,21	68.511.363.998	12,77	2,12	4,38
2001	35.683.659.307	10,47	77.128.659.546	12,57	2,16	7,13
2002	39.675.807.556	11,18	96.432.890.246	25,02	2,43	9,92
médias de 1998-2002:		11,44		22,21	2,17	6,37

<sup>12</sup> 1998 a 2002: Recurso Externo: R\$ 1.470.618.456 + R\$ 215.120.223,00 Interno = R\$ 1.685.738.679,00, sendo: 1998: R\$ 351.904.689; 1999: R\$ 350.493.825; 2000: R\$ 284.544.581; 2001: R\$ 209.690.068; 2002: R\$ 489.105.516.

Conquanto a alta soma para os encargos, o valor destinado à amortização do principal foi menor. Correspondeu a um quarto dos encargos - foi de 837,499 milhões - o que não é uma situação confortável para a diminuição do elevado estoque.

## VIII - DOS PRECATÓRIOS JUDICIAIS

Afirma a auditoria que: o valor consignado na Lei Orçamentária para o exercício em tela foi de R\$ 735.950.090 (Administração Direta e Indireta):

	R\$
339091 - Sentenças Judiciais	696.992.623
449091 - Sentenças Judiciais	38.957.467
<b>TOTAL</b>	<b>735.950.090</b>

A Procuradoria Geral do Estado, mediante ofício GPG-nº 157/03, encaminhou a informação GPG-SR 004/AMRA/2003, da Coordenadoria de Precatórios, onde informa que o valor gasto com pagamento de precatórios judiciais, de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2.002, importou em R\$ 1.040.876.550,77, como segue:

	R\$
Administração Direta	800.550.903,93
Administração Indireta	202.740.717,64
Administração Indireta - Recursos Próprios	37.584.929,20
<b>TOTAL</b>	<b>1.040.876.550,77</b>

Os precatórios sob responsabilidade do Tesouro Estadual, cuja execução ocorreu no Departamento de Administração da Procuradoria Geral do Estado – PGE, têm sua posição financeira a seguir demonstrada:

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

Saldo em 31/12/2001			1.846.036.136
<i>ESPECIFICAÇÃO</i>	<i>APROPRIADO/LIQUIDADO</i>	<i>PAGO</i>	
Crédito de Natureza Alimentar	267.378.375	267.852.977	
Desapropriações	68.216.616	420.961.481	
Precatório Judicial Não Alimentar	20.402.875	111.736.446	
Reclamações Trabalhistas	1.220.975	0	
<b>TOTAL</b>	<b>357.218.841</b>	<b>800.550.904</b>	
Saldo em 31/12/2002			1.402.704.073
(+ ) Devolução de Precatórios Registrada pela PGE			2.566.716
<b>Saldo em 31/12/2002</b>			<b>1.405.270.789</b>

Pode-se observar, nestes últimos exercícios, uma tendência de acréscimo relativo no volume de pagamentos. Assim, detalhamos a seguir o comparativo dos valores pagos, ressaltando que tal comparativo se presta, tão somente, para uma avaliação relativa da tendência, já que os pagamentos referem-se, basicamente, a precatórios pendentes de pagamentos em exercícios anteriores:

EXERCÍCIO	PAGAMENTO
1998	427.448.324
1999	438.264.112
2000	599.552.583
2001	921.764.744
2002	1.040.876.550

Verifica-se, do quadro acima, que os pagamentos em 2002 foram superiores ao do exercício anterior em 12,92%.

Cumpra informar, ainda, que a posição geral dos Precatórios do Estado, pendentes de pagamento, no fechamento do exercício de 2002, indicava o saldo total de R\$ 10.728.403.986,37, sendo o saldo financeiro-orçamentário de R\$ 2.731.012.062,53 e o saldo patrimonial-a executar orçamentariamente no valor de R\$ 7.997.391.923,84.

## **IX – INDICADORES DE GESTÃO**

Conforme já informei, a auditoria inseriu no seu relatório o capítulo XI – INDICADORES DE GESTÃO, fls. 83/95, e apresentou mapas com os dados informados pelas Secretarias: DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA; DA HABITAÇÃO; DA SAÚDE; DA EDUCAÇÃO; DA SEGURANÇA PÚBLICA; e, DOS TRANSPORTES.

As considerações exaradas, inclusive pelo Senhor Secretário-Diretor Geral, relativamente às áreas da Saúde e Educação já foram transcritas nos tópicos próprios. Das demais Secretarias – ressaltando, por oportuno, que as informações obtidas não foram tão completas, mas como primeira vez são relevantes -, adiante se transcrevem:

### **a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**

#### **Considerações feitas pela auditoria:**

Os Orçamentos e respectivas execuções para o período de 1997/2002 foram os seguintes:

<b>EXERCÍCIO</b>	<b>ORÇAMENTO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>
1997	296.118.077	308.757.440
1998	491.666.131	477.899.376
1999	370.706.155	400.450.671
2000	400.423.159	443.750.268
2001	562.207.717	759.862.257
2002	607.940.623	701.541.211
<b>VARIAÇÃO ENTRE 1997 E 2002</b>	<b>105,30%</b>	<b>127,21%</b>

1. Em 2002 eram 110 penitenciárias contra as 42 do exercício de 1997, indicando um crescimento de 161%.
2. No exercício de 2002 o sistema contava com 66.641 vagas contra 24.104 disponíveis no exercício de 1997, demonstrando um crescimento de 176,47%.
3. Muito embora o número de penitenciárias e vagas tenha crescido, se mostrou insuficiente frente à população carcerária em 2002, de 83.074 detentos, que superou em 24,65% o total de vagas disponíveis, de 66.641.

#### **Manifestação do Senhor Secretário-Diretor Geral:**

- Em 2002, o Estado dispunha de 110 penitenciárias contra as 42 existentes em 1997; um crescimento de 161%
- Nesse período, o Estado passou a dispor de mais 42.540 vagas em estabelecimentos prisionais; uma evolução de 176,47%;
- Esse incremento, contudo, não foi suficiente para atender o aumento da população carcerária (83.074 detentos), a qual excedeu, em 24,65%, as vagas disponíveis;
- Os investimentos no combate à criminalidade aumentaram 366,10% em relação ao ano anterior; disso decorrente, aumentou o número de viaturas e de armamento para as polícias civil e militar, nisso incluído munição, algemas e gás pimenta.
- Os efetivos policiais mostram engrandecimento, ano a ano; passaram dos 82 mil de 1997 para os 86 mil de 2002.

**b) SECRETARIA DA HABITAÇÃO**

**Considerações feitas pela auditoria:**

Os Orçamentos e respectivas execuções para o período de 1997/2002 foram os seguintes:

<b>EXERCÍCIO</b>	<b>ORÇAMENTO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>
1997	500.144.734	716.346.760
1998	500.983.596	475.887.994
1999	507.000.678	483.067.766
2000	546.385.042	495.268.239
2001	618.623.056	528.880.616
2002	567.916.565	402.739.320
<b>VARIAÇÃO ENTRE 1997 E 2002</b>	<b>13,55%</b>	<b>-43,78%</b>

1. Conforme informado pela Secretaria em análise a necessidade habitacional é estimada em 1.589.501 unidades no exercício de 2002.
2. Observa-se que no exercício de 2002 houve uma pequena redução da demanda, da ordem de 2,75%.
3. Apesar do total acumulado de Unidades Habitacionais disponibilizadas em 2002 ter-se situado no patamar de 295.551, o déficit de habitações ainda mostra-se elevado (1.589.501 uh).

**Análise que faz o Relator:**

Os dados informados pela Secretaria de Habitação em questionário que respondeu, conforme relata a auditoria, indicam:

- a) **a estimativa de necessidades** habitacionais de 2000 a 2002, sendo:

ano	nº de Unidades
2000	1.337.336
2001	1.634.588
2002	1.589.501

Ressalte-se que não há informação de como a Secretaria da Habitação encontrou tais números, não se tendo, tampouco, explicações para sua evolução: de 2000 para 2001 aumentou a demanda em 297 mil unidades; e em 2002 diminuiu em 45 mil.

- b) **o nº de Unidades Habitacionais em andamento**, por programa de habitação e por ano, de 1997 a 2002 (fls. ), **destacando-se no ano de 2002:**

b.1) nos diversos programas **o estoque em andamento no final do ano era de 52.475 unidades, crescendo-se 1.354 concluídas e não entregues, e 1.060 paralisadas, totalizando 54.889 unidades.**

b.2) **deste estoque de 54.889, 18.204 são da Capital; 14.046 da Região Metropolitana e 22.639 do interior.**

b.3) **no regime de MUTIRÃO as informações indicam o número de unidades no final de cada um dos anos, de 1997 a 2002, sendo:**

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

Ano	Em execução	Entregues
1997	14.685	3.445
1998	13.803	5.770
1999	13.154	2.328
2000	10.707	1.372
2001	7.499	2.341
2002	13.660	4.721
TOTAL PERÍODO	73.508	19.977

Se as 13.660 unidades em execução no final de 2002 tivessem sido iniciadas no mesmo ano, a meta de 7.500 unidades que constou na LDO teria sido superada em quase o dobro. Ocorre que não há informação de obras iniciadas em 2002, fato que demonstra prejudicada a meta estabelecida.

Por outro lado, cabe registrar que no período de 6 anos (1997 a 2002) foram construídas 73.508 unidades e entregues apenas 19.997, mostrando, assim, um estoque não comercializado de 53.511 unidades, só no regime MUTIRÃO, fato para o qual não se tem explicação.

- c) os dados da atuação em urbanização de favelas e cortiços revelam que no final do ano de 2002 estavam em execução 1.120 unidades. O relatório aponta os dados de execução e de comercialização no período de 1997 a 2002:

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

ano	unidades em execução	unidades comercializadas
1997	3070	944
1998	1471	775
1999	2462	400
2000	2715	112
2001	2108	1.270
2002	1120	1.717
TOTAL DO PERÍODO:	12.946	5.218

A relação: unidades em execução x unidades comercializadas no período mostra que a meta inserida na LDO e que visava atender de 8.700 a 10.000 famílias, ficou muito longe de ser atingida. Por outro lado, não há explicação para o estoque de 7.728 unidades executadas e não comercializadas no período, principalmente levando-se em conta a meta que, crê-se, tenha base em dados concretos de necessidade.

d) Outros dados de interesse:

d.1) LOTERIA DA HABITAÇÃO

A receita advinda da LOTERIA DA HABITAÇÃO, nos anos de 1997 a 2002, apresentou uma média de arrecadação bruta da ordem de R\$ 18.779.212,26; média de arrecadação líquida de R\$ 4.706.413,57. No ano de 2002 a arrecadação líquida importou em R\$ 6.342.895,83, o que significa média mensal de R\$ 528.574,65 e 31,34% superior à de 2001.

Para o melhor resultado de 2002 há uma informação da auditoria que faz entender a existência de prêmios não pagos, das extrações realizadas em novembro e dezembro de 2002, e que podem, ainda, ser reclamados.

Ainda que não se tenha, neste processo, dados financeiros de execução, informações extraídas em processos de contrato sob minha relatoria, indicam que o custo médio das contratações feitas entre novembro de 2001 e janeiro de 2002 é da ordem de 24 mil reais, valor este bastante elevado em relação às contratações feitas no ano de 2000, que apontam um custo médio de 13 mil reais.

Levando em conta a média das últimas contratações – 24 mil por unidade -, tem-se que a receita da LOTERIA DA HABITAÇÃO no ano de 2002 foi suficiente para suportar a construção de 264 unidades habitacionais.

#### d.2) FINANCIAMENTO CONCEDIDO - INADIMPLÊNCIA

Os dados sobre o financiamento da casa própria indicam que a média anual é de aproximadamente R\$ 360 milhões, sendo que a inadimplência em 2002 chegou a 23,47%.

Todas estas observações e conclusões foram extraídas do relatório da auditoria que tiveram por base as informações prestadas pela Secretaria.

Já o Relatório de Atividades publicado em suplemento do Diário Oficial, edição do dia 1º de maio, traz outras informações além de algumas obtidas pela auditoria – e *destas, algumas com pequenas divergências* -, porém, ainda assim sem oferecer resposta certa quanto ao número de unidades iniciadas no ano.

Certa, porém, é a afirmação de que ao final do ano de 2002 mais de 55 mil unidades habitacionais estavam em construção em todo o Estado.

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

Levando em conta as informações para 2002, da demanda: 1.589.501 unidades; e unidades disponíveis: 295.551 – vê-se que o déficit habitacional está longe de ser eliminado.

Vê-se, também, que considerando a demanda informada, tanto a meta quadrienal – construção de 180.000 unidades – quanto a do ano de 2002 - de construir 70.600 unidades – mostram-se muito aquém das necessidades e não estão sendo atingidas.

**c) SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**

**Considerações feitas pela auditoria:**

Os Orçamentos e respectivas execuções para o período de 1997/2002 foram os seguintes:

<b>EXERCÍCIO</b>	<b>ORÇAMENTO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>
1997	2.663.297.944	2.472.118.295
1998	3.813.942.679	2.948.199.528
1999	3.922.016.719	4.034.223.961
2000	4.219.986.812	4.442.325.239
2001	4.745.910.275	4.703.975.535
2002	4.860.990.039	5.550.848.133
<b>VARIAÇÃO ENTRE 1997 E 2002</b>	<b>82,52%</b>	<b>124,54%</b>

Os investimentos no combate a criminalidade aumentaram 366,10% em relação ao ano anterior, entretanto apresentou uma redução da ordem de 28,60% se comparado ao exercício de 2000, destacando-se a aquisição de viaturas.

Com relação à frota de veículos observa-se que a quantidade adquirida em 2002 (3.631 unidades) foi superior àquela de 2000 (3.297 unidades), muito embora o valor investido tenha sido menor.

Verifica-se substancial incremento nas aquisições de armamentos para as policias civil e militar, com especial destaque na compra de cartuchos (munição), algemas revolveres e gás pimenta.

Pode-se observar redução gradativa, ano a ano, da quantidade de cadeias públicas, de 414 em 1997 para 335 em 2002.

Os efetivos das policias civil e militar vêm apresentando acréscimo ano a ano, passando de 82.109 em 1997 para 86.769 em 2002. Já a quantidade de unidades policiais (delegacias e batalhões) se mantém estáveis ao longo deste período.

#### **d) SECRETARIA DOS TRANSPORTES**

##### **Considerações feitas pela auditoria:**

Os Orçamentos e respectivas execuções para o período de 1997/2002 foram os seguintes:

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

<b>EXERCÍCIO</b>	<b>ORÇAMENTO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>
1997	1.055.153.984	9.839.569.449
1998	1.463.646.664	1.352.350.416
1999	923.147.766	920.278.071
2000	875.481.034	1.157.973.447
2001	1.029.409.540	1.352.302.195
2002	1.308.307.464	1.353.438.678
<b>VARIAÇÃO ENTRE 1997 E 2002</b>	<b>23,99%</b>	<b>-86,24%</b>

Observa-se uma pequena redução (4,45%), em 2002, da quilometragem de novas estradas executadas em relação ao exercício anterior.

Quanto aos convênios destaca-se, no exercício de 2002, a construção do aeroporto de Bauru (DAESP Comaer - Profa) e as melhorias do aeroporto de Jundiaí (DAESP - Comaer - Profa), bem como a construção da estrada vicinal municipal de Itapetininga (DER - 3428/02).

Em relação aos programas implementados pela secretaria através das concessionárias, destacamos os investimentos realizados pela Ecovias (valor nominal acumulado de R\$ 1.030.199,00), e pela Autoban (valor nominal acumulado de R\$ 971.729,00).

## X – ANÁLISE DO BALANÇO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

A ANÁLISE QUE PROCEDEU O DSF 1.1 SOBRE OS BALANÇOS DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, PERMITIU FAZER A SEGUINTE SÍNTESE:

EMPRESAS	INDICES CONTÁBEIS				
	ILG	ILS	ILC	IMOBILIZ	ENDIVID
IDEAL =	≥1,00	≥1,00	≥1,00	(A)	(A)
CDHU	9,65	2,90	2,90	0%	12%
CESP	<u>0,18</u>	<u>0,32</u>	<u>0,32</u>	280%	219%
CETESB	<u>0,29</u>	<u>0,29</u>	<u>0,31</u>	-280%	-537%
CODASP	1,24	1,15	1,17	91%	35%
COESP	1,41	1,58	1,58	20%	195%
CPTM	<u>0,19</u>	<u>0,27</u>	<u>0,43</u>	116%	20%
DERSA	<u>0,15</u>	<u>0,37</u>	<u>0,37</u>	134%	40%
CTEEP	1,15	2,02	2,10	102%	22%
SABESP	<u>0,29</u>	<u>0,78</u>	<u>0,79</u>	189%	125%
PRODESP	1,16	1,20	1,22	88%	73%
NOSSA CAIXA	1,04	<u>0,77</u>	<u>0,77</u>	28%	2.013%
EMTU	<u>0,88</u>	1,07	1,13	114%	111%
IMESP	3,83	2,47	3,54	43%	20%
METRÔ	<u>0,14</u>	<u>0,33</u>	<u>0,46</u>	123%	27%
EMAE	1,22	2,39	2,47	96%	26%
EMPLASA	<u>0,32</u>	<u>0,37</u>	0,37	229%	188%

(A) = QUANTO MENOR, MELHOR

### ANÁLISE DOS BALANÇOS PROCEDIDA POR DSF 1.1

#### CONCEITOS:

#### A - ÍNDICES DE LIQUIDEZ

##### 1 - LIQUIDEZ GERAL

Este índice oferece uma visão global do grau de solvência da entidade. Mostra se os recursos financeiros são suficientes para saldar as obrigações assumidas de curto e longo prazo.

**Interpretação:** quanto maior, melhor.

O **ideal** é igual ou superior a 1,0.

### *2 - LIQUIDEZ SECA*

Este índice evidencia a capacidade financeira da entidade para saldar os seus compromissos de curto prazo, sem considerar o estoque.

**Interpretação:** quanto maior, melhor.

O **ideal** é igual ou superior a 1,0.

### *3 - LIQUIDEZ CORRENTE*

Este índice evidencia o quanto a entidade possui no Ativo Circulante para saldar os compromissos de curto prazo, constantes do Passivo Circulante.

**Interpretação:** quanto maior, melhor.

O **ideal** é igual ou superior a 1,0.

## **B - ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO**

### *1 – ENDIVIDAMENTO TOTAL*

Este índice reflete o nível de utilização de crédito, ou seja, demonstra a relação entre a dívida total da empresa e seu próprio capital – a quantidade de moeda de propriedade de terceiros que a empresa suplementa a cada unidade monetária do próprio capital, para manter as atividades do empreendimento.

**Interpretação:** quanto menor, melhor.

### *2 - IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO*

Este índice mostra qual a proporção das imobilizações efetuadas pela entidade no Ativo Permanente, em relação ao Patrimônio Líquido.

**Interpretação:** quanto menor, melhor.

O **conveniente** é inferior a 1,0.

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**CDHU – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

	<b>2001</b>		<b>2002</b>	
	R\$	%	R\$	%
<b>ATIVO</b>				
DISPONÍVEL	601.501.000,00	11	344.073.000,00	6
VALORES A RECEBER	561.645.000,00	10	542.446.000,00	9
ESTOQUES	-	0	-	0
OUTROS CRÉDITOS	2.714.000,00	0	3.283.000,00	0
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>1.165.860.000,00</b>	<b>21</b>	<b>889.802.000,00</b>	<b>15</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.293.073.000,00	79	4.913.974.000,00	85
INVESTIMENTOS	857.000,00	0	859.000,00	0
IMOBILIZADO	3.607.000,00	0	7.105.000,00	0
DIFERIDO	155.000,00	0	94.000,00	0
<b>TOTAL DO PERMANENTE</b>	<b>4.619.000,00</b>	<b>0</b>	<b>8.058.000,00</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>5.463.552.000,00</b>	<b>100</b>	<b>5.811.834.000,00</b>	<b>100</b>
<b>PASSIVO</b>				
FINANCIAMENTOS	34.289.000,00	1	40.840.000,00	1
FORNECEDORES	40.205.000,00	1	73.052.000,00	1
CONTAS A PAGAR	150.447.000,00	3	189.670.000,00	3
SALÁRIOS A PAGAR	5.158.000,00	0	3.537.000,00	0
TRIBUTOS A PAGAR	-	-	-	-
CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	0	-	-	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>230.099.000,00</b>	<b>4</b>	<b>307.099.000,00</b>	<b>5</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	290.849.000,00	5	294.447.000,00	5
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO	337.360.000,00		374.101.000,00	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.605.244.000,00	84	4.836.187.000,00	83
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>5.463.552.000,00</b>	<b>100</b>	<b>5.811.834.000,00</b>	<b>100</b>

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

Comentários:

- DO ATIVO, O GRUPO DE CONTAS MAIS RELEVANTE FOI O ATIVO CIRCULANTE COM 84,55% E AINDA, APRESENTOU EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR, UMA VARIAÇÃO DE 14,46%.

- O PATRIMÔNIO LÍQUIDO É POSITIVO E REPRESENTA EM RELAÇÃO AO ATIVO TOTAL 83,21%.

- O PASSIVO CIRCULANTE EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU CRESCIMENTO DE 33,46%.

- O EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 1,24%.

- O REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 14,46%.

ENDIVIDAMENTO TOTAL =  $\frac{\text{CAPITAL DE TERCEIROS (PC+ELP)} \times 100}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

ENDIVIDAMENTO TOTAL =  $\frac{307.099.000,00 + 294.447.000,00}{4.836.187.000,00} \times 100 = 12\%$

IMOBILIZAÇÃO DO P.L. TOTAL =  $\frac{\text{ATIVO PERMANENTE} \times 100}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

IMOBILIZAÇÃO DO P.L. =  $\frac{8.058.000,00}{4.836.187.000,00} \times 100,00 = 0\%$

LIQUIDEZ CORRENTE =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

LIQUIDEZ CORRENTE =  $\frac{889.802.000,00}{307.099.000,00} = 2,90$

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

LIQUIDEZ SECA =	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$
<b>LIQUIDEZ SECA DA =</b>	$\frac{889.802.000,00}{307.099.000,00} = 2,90$
LIQUIDEZ GERAL =	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL L.PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL L. PRAZO}}$
<b>LIQUIDEZ GERAL =</b>	$\frac{5.803.776.000,00}{601.546.000,00} = 9,65$

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO**

	2001		2002	
	R\$	%	R\$	%
<b>ATIVO</b>				
DISPONÍVEL	7.630.000,00	0	135.913.000,00	1
VALORES A RECEBER	703.884.000,00	3	584.265.000,00	3
ESTOQUES	8.862.000,00	0	9.098.000,00	0
OUTROS CRÉDITOS	50.718.000,00	0	45.376.000,00	0
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>771.094.000,00</b>	<b>4</b>	<b>774.652.000,00</b>	<b>4</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.650.616.000,00	8	1.779.169.000,00	9
INVESTIMENTOS	48.647.000,00	0	46.113.000,00	0
IMOBILIZADO	17.911.210.000,00	88	18.071.110.000,00	87
DIFERIDO	-	0	-	0
<b>TOTAL DO PERMANENTE</b>	<b>17.959.857.000,00</b>	<b>88</b>	<b>18.117.223.000,00</b>	<b>88</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>20.381.567.000,00</b>	<b>100</b>	<b>20.671.044.000,00</b>	<b>100</b>
<b>PASSIVO</b>				
	<b>2001</b>		<b>2002</b>	
FINANCIAMENTOS	1.014.287.000,00	5	1.469.967.000,00	7
FORNECEDORES	79.532.000,00	0	58.488.000,00	0
CONTAS A PAGAR	1.268.312.000,00	6	825.332.000,00	4
SALÁRIOS A PAGAR	12.458.000,00	0	13.886.000,00	0
TRIBUTOS A PAGAR	69.046.000,00	0	54.150.000,00	0
CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	0	0	-	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>2.443.635.000,00</b>	<b>12</b>	<b>2.421.823.000,00</b>	<b>12</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	8.041.559.000,00	39	11.770.372.000,00	57
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO	-		-	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.896.373.000,00	49	6.478.849.000,00	31
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>20.381.567.000,00</b>	<b>100</b>	<b>20.671.044.000,00</b>	<b>100</b>

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

Comentários:

- DO ATIVO, O GRUPO DE CONTAS MAIS RELEVANTE FOI O ATIVO PERMANENTE COM 87,65% E AINDA, APRESENTOU EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR, UMA VARIAÇÃO DE 0,87%.

- O PATRIMÔNIO LÍQUIDO É POSITIVO E REPRESENTA EM RELAÇÃO AO ATIVO TOTAL 31,34%.

- O PASSIVO CIRCULANTE EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU CRESCIMENTO DE 0,89%.

- O EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 46,37%.

- O REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 7,79%.

ENDIVIDAMENTO TOTAL =  $\frac{\text{CAPITAL DE TERCEIROS (PC+ELP)} \times 100}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

ENDIVIDAMENTO TOTAL =  $\frac{2.421.823.000,00 + 11.770.372.000,00}{6.478.849.000,00} \times 100 = 219\%$

**ATIVO PERMANENTE**

IMOBILIZAÇÃO DO P.L. TOTAL =  $\frac{\text{X 100}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

IMOBILIZAÇÃO DO P.L. TOTAL =  $\frac{18.117.223.000,00}{6.478.849.000,00} \times 100,00 = 280\%$

LIQUIDEZ CORRENTE =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

**LIQUIDEZ CORRENTE =**  $\frac{774.652.000,00}{2.421.823.000,00} = 0,32$

**LIQUIDEZ SECA =**  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE – ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

**LIQUIDEZ SECA =**  $\frac{765.554.000,00}{2.421.823.000,00} = 0,32$

**LIQUIDEZ GERAL =**  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL L.PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL L. PRAZO}}$

**LIQUIDEZ GERAL =**  $\frac{2.553.821.000,00}{14.192.195.000,00} = 0,18$

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**CETESB – COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

	2001		2002	
	R\$	%	R\$	%
<b>ATIVO</b>				
DISPONÍVEL	5.399.000,00	7	6.676.000,00	8
VALORES A RECEBER	12.388.000,00	15	11.780.000,00	15
ESTOQUES	1.978.000,00	2	1.839.000,00	2
OUTROS CRÉDITOS	6.844.000,00	8	5.905.000,00	7
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>26.609.000,00</b>	<b>32</b>	<b>26.200.000,00</b>	<b>33</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.409.000,00	3	2.291.000,00	3
INVESTIMENTOS	70.000,00	0	12.000,00	0
IMOBILIZADO	51.791.000,00	63	49.909.000,00	63
DIFERIDO	1.365.000,00	2	1.033.000,00	1
<b>TOTAL DO PERMANENTE</b>	<b>53.226.000,00</b>	<b>65</b>	<b>50.954.000,00</b>	<b>64</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>82.244.000,00</b>	<b>100</b>	<b>79.445.000,00</b>	<b>100</b>
<b>PASSIVO</b>				
FINANCIAMENTOS	-	-	-	-
FORNECEDORES	2.650.000,00	3	1.917.000,00	2
CONTAS A PAGAR	39.999.000,00	49	50.724.000,00	64
SALÁRIOS A PAGAR	3.374.000,00	4	18.543.000,00	23
TRIBUTOS A PAGAR	14.763.000,00	18	13.901.000,00	17
CONTRIBUIÇÕES A PAGAR		0 18	-	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>60.786.000,00</b>	<b>74</b>	<b>85.085.000,00</b>	<b>107</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	18.199.000,00	22	12.551.000,00	16
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO	-		-	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.259.000,00	4	(18.191.000,00)	-23
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>82.244.000,00</b>	<b>100</b>	<b>79.445.000,00</b>	<b>100</b>

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

Comentários:

- DO ATIVO, O GRUPO DE CONTAS MAIS RELEVANTE FOI O ATIVO PERMANENTE COM 64,14% E AINDA, APRESENTOU EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR, UMA VARIAÇÃO DE -4,27%.

**- O PATRIMÔNIO LÍQUIDO ESTÁ A DESCOBERTO E REPRESENTA EM RELAÇÃO AO ATIVO TOTAL 22,90%.**

- O PASSIVO CIRCULANTE EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU CRESCIMENTO DE 39,97%.

- O EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU UMA REDUÇÃO DE 45,00%.

- O REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU UMA REDUÇÃO DE 5,15%.

ENDIVIDAMENTO TOTAL =  $\frac{\text{CAPITAL DE TERCEIROS (PC+ELP)} \times 100}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

ENDIVIDAMENTO TOTAL =  $\frac{85.085.000,00 + 12.551.000,00}{(18.191.000,00)} \times 100 = -537\%$

IMOBILIZAÇÃO DO P.L. TOTAL =  $\frac{\text{ATIVO PERMANENTE} \times 100}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

IMOBILIZAÇÃO DO P.L. TOTAL =  $\frac{50.954.000,00}{(18.191.000,00)} \times 100,00 = -280\%$

LIQUIDEZ CORRENTE =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

**LIQUIDEZ CORRENTE =**  $\frac{26.200.000,00}{85.085.000,00} = 0,31$

**LIQUIDEZ SECA =**  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE - ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

**LIQUIDEZ SECA =**  $\frac{24.361.000,00}{85.085.000,00} = 0,29$

**LIQUIDEZ GERAL =**  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL L.PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL L. PRAZO}}$

**LIQUIDEZ GERAL DA =**  $\frac{28.491.000,00}{97.636.000,00} = 0,29$

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**CODASP - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO**

	2001		2002	
	R\$	%	R\$	%
<b>ATIVO</b>				
DISPONÍVEL	1.565.538,27	3	7.028.219,15	12
VALORES A RECEBER	4.572.653,17	8	7.489.674,70	13
ESTOQUES	135.010,45	0	221.316,88	0
OUTROS CRÉDITOS	1.509.993,06	3	1.408.302,16	2
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>7.783.194,95</b>	<b>14</b>	<b>16.147.512,89</b>	<b>28</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.222.755,55	4	2.533.348,65	4
INVESTIMENTOS	90.888,80	0	90.888,80	0
IMOBILIZADO	44.430.551,26	81	38.969.629,27	67
DIFERIDO	-	0	-	0
<b>TOTAL DO PERMANENTE</b>	<b>44.521.440,06</b>	<b>82</b>	<b>39.060.518,07</b>	<b>68</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>54.527.390,56</b>	<b>100</b>	<b>57.741.379,61</b>	<b>100</b>
<b>PASSIVO</b>				
	<b>2001</b>		<b>2002</b>	
FINANCIAMENTOS	-	-	-	-
FORNECEDORES	1.775.995,94	3	3.049.021,96	5
CONTAS A PAGAR	6.900.491,89	13	8.986.450,58	16
SALÁRIOS A PAGAR	1.668.551,91	3	796.516,66	1
TRIBUTOS A PAGAR	481.805,19	1	1.022.486,00	2
CONTRIBUIÇÕES A PAGAR		01	-	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>10.826.844,93</b>	<b>21</b>	<b>13.854.475,20</b>	<b>24</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.427.774,28	3	1.184.868,53	2
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO	-		-	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.272.771,35	78	42.702.035,88	74
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>54.527.390,56</b>	<b>100</b>	<b>57.741.379,61</b>	<b>100</b>

Comentários

- DO ATIVO, O GRUPO DE CONTAS MAIS RELEVANTE FOI O ATIVO PERMANENTE COM 67,65% E AINDA, APRESENTOU EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR, UMA VARIAÇÃO DE-12,27%.
- O PATRIMÔNIO LÍQUIDO É POSITIVO E REPRESENTA EM RELAÇÃO AO ATIVO TOTAL 73,95%.
- O PASSIVO CIRCULANTE EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU CRESCIMENTO DE 27,96%.
- O EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU UMA REDUÇÃO DE 20,50%.
- O REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 13,97%.

ENDIVIDAMENTO TOTAL = CAPITAL DE TERCEIROS (PC+ELP) X100

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

ENDIVIDAMENTO TOTAL =  $\frac{13.854.475,20 + 1.184.868,53}{42.702.035,88} \times 100 = 35\%$

**ATIVO**

IMOBILIZAÇÃO DO P.L. TOTAL = PERMANENTE X 100

**PATRIMÔNIO  
LÍQUIDO**

IMOBILIZAÇÃO DO P.L.=  $\frac{39.060.518,07}{42.702.035,88} \times 100,00 = 91\%$

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

LIQUIDEZ CORRENTE =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

LIQUIDEZ CORRENTE =  $\frac{16.147.512,89}{13.854.475,20} = 1,17$

LIQUIDEZ SECA =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE - ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

LIQUIDEZ SECA =  $\frac{15.926.196,01}{13.854.475,20} = 1,15$

LIQUIDEZ GERAL =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL L.PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL L. PRAZO}}$

LIQUIDEZ GERAL =  $\frac{18.680.861,54}{15.039.343,73} = 1,24$

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**COSESP – COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

	2001		2002	
	R\$	%	R\$	%
<b>ATIVO</b>				
DISPONÍVEL	193.927.000,00	59	229.196.000,00	59
VALORES A RECEBER	-	0	-	0
ESTOQUES	-	0	-	0
OUTROS CRÉDITOS	51.447.000,00	16	92.691.000,00	24
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>245.374.000,00</b>	<b>75</b>	<b>321.887.000,00</b>	<b>83</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	54.318.000,00	17	40.891.000,00	11
INVESTIMENTOS	10.502.000,00	3	10.101.000,00	3
IMOBILIZADO	15.821.000,00	5	15.089.000,00	4
DIFERIDO	1.258.000,00	0	1.245.000,00	0
<b>TOTAL DO PERMANENTE</b>	<b>27.581.000,00</b>	<b>8</b>	<b>26.435.000,00</b>	<b>7</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>327.273.000,00</b>	<b>100</b>	<b>389.213.000,00</b>	<b>100</b>
<b>PASSIVO</b>				
FINANCIAMENTOS	-	-	-	-
FORNECEDORES	-	-	-	-
CONTAS A PAGAR	161.554.000,00	49	200.609.000,00	52
SALÁRIOS A PAGAR	-	-	-	-
TRIBUTOS A PAGAR	1.376.000,00	0	3.572.000,00	1
CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	0	0	-	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>162.930.000,00</b>	<b>50</b>	<b>204.181.000,00</b>	<b>52</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	53.377.000,00	16	52.962.000,00	14
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO	-	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	110.966.000,00	34	132.070.000,00	34
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>327.273.000,00</b>	<b>100</b>	<b>389.213.000,00</b>	<b>100</b>

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

Comentários:

- DO ATIVO, O GRUPO DE CONTAS MAIS RELEVANTE FOI O ATIVO CIRCULANTE COM 82,70% E AINDA, APRESENTOU EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR, UMA VARIAÇÃO DE 31,18%.

- O PATRIMÔNIO LÍQUIDO É POSITIVO E REPRESENTA EM RELAÇÃO AO ATIVO TOTAL 33,93%.

- O PASSIVO CIRCULANTE EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU CRESCIMENTO DE 25,32%.

- O EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU UMA REDUÇÃO DE 0,78%.

- O REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU UMA REDUÇÃO DE 32,84%.

ENDIVIDAMENTO TOTAL =  $\frac{\text{CAPITAL DE TERCEIROS (PC+ELP)} \times 100}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

ENDIVIDAMENTO TOTAL =  $\frac{204.181.000,00 + 52.962.000,00}{132.070.000,00} \times 100 = 195\%$

**ATIVO PERMANENTE**

IMOBILIZAÇÃO DO P.L. TOTAL =  $\frac{\text{X 100}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

IMOBILIZAÇÃO DO P.L. =  $\frac{26.435.000,00}{132.070.000,00} \times 100 = 20\%$

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$
$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{321.887.000,00}{204.181.000,00} = 1,58$$

$$\text{LIQUIDEZ SECA} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$
$$\text{LIQUIDEZ SECA} = \frac{321.887.000,00}{204.181.000,00} = 1,58$$

$$\text{LIQUIDEZ GERAL} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL L.PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL L.PRAZO}}$$
$$\text{LIQUIDEZ GERAL} = \frac{362.778.000,00}{257.143.000,00} = 1,41$$

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**CPTM – COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS**

	2001		2002	
	R\$	%	R\$	%
<b>ATIVO</b>				
DISPONÍVEL	16.410.000,00	0	17.941.000,00	0
VALORES A RECEBER	20.574.000,00	0	30.469.000,00	0
ESTOQUES	73.594.000,00	1	75.594.000,00	1
OUTROS CRÉDITOS	64.326.000,00	1	81.669.000,00	1
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>174.904.000,00</b>	<b>3</b>	<b>205.673.000,00</b>	<b>3</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.490.000,00	0	9.563.000,00	0
INVESTIMENTOS	118.000,00	0	94.000,00	0
IMOBILIZADO	4.894.197.000,00	96	6.416.819.000,00	97
DIFERIDO	2.232.000,00	0	3.538.000,00	0
<b>TOTAL DO PERMANENTE</b>	<b>4.896.547.000,00</b>	<b>96</b>	<b>6.420.451.000,00</b>	<b>97</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>5.077.941.000,00</b>	<b>100</b>	<b>6.635.687.000,00</b>	<b>100</b>
<b>PASSIVO</b>				
	<b>2001</b>		<b>2002</b>	
FINANCIAMENTOS	62.645.000,00	1	101.177.000,00	2
FORNECEDORES	279.828.000,00	6	268.107.000,00	4
CONTAS A PAGAR	98.865.000,00	2	96.426.000,00	1
SALÁRIOS A PAGAR	8.578.000,00	0	8.804.000,00	0
TRIBUTOS A PAGAR	7.407.000,00	0	7.593.000,00	0
CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	0	0	-	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>457.323.000,00</b>	<b>9</b>	<b>482.107.000,00</b>	<b>7</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	444.571.000,00	9	631.639.000,00	10
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO	-		-	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.176.047.000,00	82	5.521.941.000,00	83
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>5.077.941.000,00</b>	<b>100</b>	<b>6.635.687.000,00</b>	<b>100</b>

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

Comentários:

- DO ATIVO, O GRUPO DE CONTAS MAIS RELEVANTE FOI O ATIVO PERMANENTE COM 96,76% E AINDA, APRESENTOU EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR, UMA VARIAÇÃO DE 31,12%

- O PATRIMÔNIO LÍQUIDO É POSITIVO E REPRESENTA EM RELAÇÃO AO ATIVO TOTAL 83,22%.

- O PASSIVO CIRCULANTE EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU CRESCIMENTO DE 5,42%.

- O EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 42,08%.

- O REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 47,35%.

ENDIVIDAMENTO TOTAL =  $\frac{\text{CAPITAL DE TERCEIROS (PC+ELP)} \times 100}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

ENDIVIDAMENTO TOTAL=  $\frac{482.107.000,00 + 631.639.000,00}{5.521.941.000,00} \times 100 = 20\%$

**ATIVO PERMANENTE**

IMOBILIZAÇÃO DO P.L. TOTAL =  $\frac{\text{X } 100}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

IMOBILIZAÇÃO DO P.L.

=  $\frac{6.420.451.000,00}{5.521.941.000,00} \times 100 = 116\%$

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{205.673.000,00}{482.107.000,00} = 0,43$$

$$\text{LIQUIDEZ SECA} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$\text{LIQUIDEZ SECA} = \frac{130.079.000,00}{482.107.000,00} = 0,27$$

$$\text{LIQUIDEZ GERAL} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL L.PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL L. PRAZO}}$$

$$\text{LIQUIDEZ GERAL} = \frac{215.236.000,00}{1.113.746.000,00} = 0,19$$

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**DERSA – DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A**

	2001		2002	
	R\$	%	R\$	%
<b>ATIVO</b>				
DISPONÍVEL	11.445.000,00	0	2.486.000,00	0
VALORES A RECEBER	50.331.000,00	1	63.338.000,00	1
ESTOQUES	372.000,00	0	339.000,00	0
OUTROS CRÉDITOS	1.093.000,00	0	928.000,00	0
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>63.241.000,00</b>	<b>1</b>	<b>67.091.000,00</b>	<b>1</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	385.400.000,00	7	145.308.000,00	3
INVESTIMENTOS	1.345.000,00	0	1.345.000,00	0
IMOBILIZADO	4.739.924.000,00	91	4.782.718.000,00	96
DIFERIDO	-	0	-	0
<b>TOTAL DO PERMANENTE</b>	<b>4.741.269.000,00</b>	<b>91</b>	<b>4.784.063.000,00</b>	<b>96</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>5.189.910.000,00</b>	<b>100</b>	<b>4.996.462.000,00</b>	<b>100</b>
<b>PASSIVO</b>				
	<b>2001</b>		<b>2002</b>	
FINANCIAMENTOS	-	-	-	-
FORNECEDORES	262.207.000,00	5	161.970.000,00	3
CONTAS A PAGAR	20.108.000,00	0	10.586.000,00	0
SALÁRIOS A PAGAR	6.844.000,00	0	7.577.000,00	0
TRIBUTOS A PAGAR	714.000,00	0	685.000,00	0
CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	0	0	-	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>289.873.000,00</b>	<b>6</b>	<b>180.818.000,00</b>	<b>4</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.213.706.000,00	23	1.243.680.000,00	25
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO	-		-	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.686.331.000,00	71	3.571.964.000,00	71
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>5.189.910.000,00</b>	<b>100</b>	<b>4.996.462.000,00</b>	<b>100</b>

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

Comentários:

- DO ATIVO, O GRUPO DE CONTAS MAIS RELEVANTE FOI O ATIVO PERMANENTE COM 95,75% E AINDA, APRESENTOU EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR, UMA VARIAÇÃO DE 0,90%.

- O PATRIMÔNIO LÍQUIDO É POSITIVO E REPRESENTA EM RELAÇÃO AO ATIVO TOTAL 71,49%.

- O PASSIVO CIRCULANTE EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU CRESCIMENTO DE 37,62%.

- O EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 2,47%.

- O REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU UMA REDUÇÃO DE 165,23%.

ENDIVIDAMENTO TOTAL =  $\frac{\text{CAPITAL DE TERCEIROS (PC+ELP)} \times 100}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

ENDIVIDAMENTO TOTAL =  $\frac{180.818.000,00 + 1.243.680.000,00}{3.571.964.000,00} \times 100 = 40\%$

**ATIVO PERMANENTE X**

IMOBILIZAÇÃO DO P.L. TOTAL =  $\frac{100}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

IMOBILIZAÇÃO DO P.L. =  $\frac{4.784.063.000,00}{3.571.964.000,00} \times 100,00 = 134\%$

LIQUIDEZ CORRENTE =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

**LIQUIDEZ CORRENTE**

$$= \frac{67.091.000,00}{180.818.000,00} = 0,37$$

**ATIVO CIRCULANTE -**

LIQUIDEZ SECA =  $\frac{\text{ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

$$\text{LIQUIDEZ SECA} = \frac{66.752.000,00}{180.818.000,00} = 0,37$$

LIQUIDEZ GERAL =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL L.PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

$$\text{LIQUIDEZ GERAL} = \frac{212.399.000,00}{1.424.498.000,00} = 0,15$$

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**CTEEP – CIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA**

	<b>2001</b>		<b>2002</b>	
	R\$	%	R\$	%
<b>ATIVO</b>				
DISPONÍVEL	268.401.000,00	7	375.401.000,00	9
VALORES A RECEBER	164.476.000,00	4	157.870.000,00	4
ESTOQUES	21.565.000,00	1	20.871.000,00	0
OUTROS CRÉDITOS	7.653.000,00	0	7.198.000,00	0
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>462.095.000,00</b>	<b>11</b>	<b>561.340.000,00</b>	<b>13</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	197.048.000,00	5	273.118.000,00	6
INVESTIMENTOS	14.194.000,00	0	4.245.000,00	0
IMOBILIZADO	3.452.460.000,00	84	3.438.861.000,00	81
DIFERIDO	(27.765.000,00)	-1	(32.313.000,00)	-1
<b>TOTAL DO PERMANENTE</b>	<b>3.438.889.000,00</b>	<b>84</b>	<b>3.410.793.000,00</b>	<b>80</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.098.032.000,00</b>	<b>100</b>	<b>4.245.251.000,00</b>	<b>100</b>
<b>PASSIVO</b>				
	<b>2001</b>		<b>2002</b>	
FINANCIAMENTOS	28.753.000,00	1	40.380.000,00	1
FORNECEDORES	17.941.000,00	0	25.690.000,00	1
CONTAS A PAGAR	126.641.000,00	3	175.365.000,00	4
SALÁRIOS A PAGAR	7.726.000,00	0	10.463.000,00	0
TRIBUTOS A PAGAR	11.351.000,00	0	15.744.000,00	0
CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	0	0	-	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>192.412.000,00</b>	<b>5</b>	<b>267.642.000,00</b>	<b>6</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	392.882.000,00	10	459.640.000,00	11
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO	185.421.000,00	4	168.435.000,00	3
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.327.317.000,00	81	3.349.534.000,00	79
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>4.098.032.000,00</b>	<b>100</b>	<b>4.245.251.000,00</b>	<b>100</b>

**Comentários:**

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

- DO ATIVO, O GRUPO DE CONTAS MAIS RELEVANTE FOI O ATIVO PERMANENTE COM 80,34% E AINDA, APRESENTOU EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR, UMA VARIAÇÃO DE -0,82%.
- O PATRIMÔNIO LÍQUIDO É POSITIVO E REPRESENTA EM RELAÇÃO AO ATIVO TOTAL 78,90%
- O PASSIVO CIRCULANTE EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU CRESCIMENTO DE 39,10%
- O EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRÉSCIMO DE 16,99%
- O REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRÉSCIMO DE 38,60%

ENDIVIDAMENTO TOTAL =  $\frac{\text{CAPITAL DE TERCEIROS (PC+ELP) X100}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

**ENDIVIDAMENTO TOTAL =**  $\frac{267.642.000,00 + 459.640.000,00}{3.349.534.000,00} \times 100 = 22\%$

IMOBILIZAÇÃO DO P.L. TOTAL =  $\frac{\text{ATIVO PERMANENTE X 100}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

**IMOBILIZAÇÃO DO P.L. =**  $\frac{3.410.793.000,00}{3.349.534.000,00} \times 100,00 = 102\%$

LIQUIDEZ CORRENTE =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

**LIQUIDEZ CORRENTE =**  $\frac{561.340.000,00}{267.642.000,00} = 2,10$

LIQUIDEZ SECA =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

**LIQUIDEZ SECA =**  $\frac{540.469.000,00}{267.642.000,00} = 2,02$

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

LIQUIDEZ GERAL =	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL L.PRAZO		
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL L. PRAZO		
<b>LIQUIDEZ GERAL =</b>	834.458.000,00	=	1,15
	<hr/> 727.282.000,00		

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**SABESP – CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

	2001		2002	
	R\$	%	R\$	%
<b>ATIVO</b>				
DISPONÍVEL	460.220.000,00	3	462.138.000,00	3
VALORES A RECEBER	861.559.000,00	5	1.048.904.000,00	6
ESTOQUES	21.887.000,00	0	22.642.000,00	0
OUTROS CRÉDITOS	27.415.000,00	0	58.502.000,00	0
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>1.371.081.000,00</b>	<b>9</b>	<b>1.592.186.000,00</b>	<b>10</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	920.462.000,00	6	1.018.550.000,00	6
INVESTIMENTOS	740.000,00	0	740.000,00	0
IMOBILIZADO	13.509.950.000,00	85	13.608.369.000,00	83
DIFERIDO	115.651.000,00	1	112.092.000,00	1
<b>TOTAL DO PERMANENTE</b>	<b>13.626.341.000,00</b>	<b>86</b>	<b>13.721.201.000,00</b>	<b>84</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>15.917.884.000,00</b>	<b>100</b>	<b>16.331.937.000,00</b>	<b>100</b>
<b>PASSIVO</b>				
FINANCIAMENTOS	549.322.000,00	3	1.332.469.000,00	8
FORNECEDORES	81.023.000,00	1	36.611.000,00	0
CONTAS A PAGAR	807.072.000,00	5	542.988.000,00	3
SALÁRIOS A PAGAR	953.000,00	0	1.308.000,00	0
TRIBUTOS A PAGAR	80.189.000,00	1	107.909.000,00	1
CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	0	1	-	
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>1.518.559.000,00</b>	<b>10</b>	<b>2.021.285.000,00</b>	<b>12</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	6.402.635.000,00	40	7.064.176.000,00	43
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO	-		-	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>7.996.690.000,00</b>	<b>50</b>	<b>7.246.476.000,00</b>	<b>44</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>15.917.884.000,00</b>	<b>100</b>	<b>16.331.937.000,00</b>	<b>100</b>

**Comentários:**

- DO ATIVO, O GRUPO DE CONTAS MAIS RELEVANTE FOI O ATIVO PERMANENTE COM 84,01% E AINDA, APRESENTOU EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR, UMA VARIAÇÃO DE 0,70%
- O PATRIMÔNIO LÍQUIDO É POSITIVO E REPRESENTA EM RELAÇÃO AO ATIVO TOTAL 44,37%

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

- O PASSIVO CIRCULANTE EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU CRESCIMENTO DE 33,11%
- O EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 10,33%
- O REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 10,66%

ENDIVIDAMENTO TOTAL =  $\frac{\text{CAPITAL DE TERCEIROS (PC+ELP)} \times 100}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

**ENDIVIDAMENTO TOTAL =**  $\frac{2.021.285.000,00 + 7.064.176.000,00}{7.246.476.000,00} \times 100 = 125\%$

IMOBILIZAÇÃO DO P.L. TOTAL =  $\frac{\text{ATIVO PERMANENTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}} \times 100$

**IMOBILIZAÇÃO DO P.L. =**  $\frac{13.721.201.000,00}{7.246.476.000,00} \times 100,00 = 189\%$

LIQUIDEZ CORRENTE =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

**LIQUIDEZ CORRENTE DA =**  $\frac{1.592.186.000,00}{2.021.285.000,00} = 0,79$

LIQUIDEZ SECA =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

**LIQUIDEZ SECA =**  $\frac{1.569.544.000,00}{2.021.285.000,00} = 0,78$

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

LIQUIDEZ GERAL =	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL L.PRAZO		
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL L. PRAZO		
<b>LIQUIDEZ GERAL =</b>	2.610.736.000,00	=	0,29
	<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/> 9.085.461.000,00		

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**PRODESP – CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

	<b>2001</b>		<b>2002</b>	
	R\$	%	R\$	%
<b>ATIVO</b>				
DISPONÍVEL	1.943.000,00	1	5.011.000,00	3
VALORES A RECEBER	59.697.000,00	43	65.644.000,00	41
ESTOQUES	2.052.000,00	1	1.448.000,00	1
OUTROS CRÉDITOS	5.824.000,00	4	4.737.000,00	3
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>69.516.000,00</b>	<b>51</b>	<b>76.840.000,00</b>	<b>48</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	852.000,00	1	948.000,00	1
INVESTIMENTOS	24.000,00	0	24.000,00	0
IMOBILIZADO	66.202.000,00	48	80.481.000,00	51
DIFERIDO	758.000,00	1	650.000,00	0
<b>TOTAL DO PERMANENTE</b>	<b>66.984.000,00</b>	<b>49</b>	<b>81.155.000,00</b>	<b>51</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>137.352.000,00</b>	<b>100</b>	<b>158.943.000,00</b>	<b>100</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2001</b>		<b>2002</b>	
FINANCIAMENTOS	-	-	-	-
FORNECEDORES	29.415.000,00	21	35.029.000,00	22
CONTAS A PAGAR	15.024.000,00	11	17.284.000,00	11
SALÁRIOS A PAGAR	5.718.000,00	4	7.202.000,00	5
TRIBUTOS A PAGAR	2.472.000,00	2	3.498.000,00	2
CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	0	2	-	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>52.629.000,00</b>	<b>40</b>	<b>63.013.000,00</b>	<b>40</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	6.690.000,00	4	4.194.000,00	3
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO	-		-	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>78.033.000,00</b>	<b>56</b>	<b>91.736.000,00</b>	<b>58</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>137.352.000,00</b>	<b>100</b>	<b>158.943.000,00</b>	<b>100</b>

**Comentários:**

- DO ATIVO, O GRUPO DE CONTAS MAIS RELEVANTE FOI O ATIVO PERMANENTE COM 51,06% E AINDA, APRESENTOU EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR, UMA VARIAÇÃO DE 21,15%
- O PATRIMÔNIO LÍQUIDO É POSITIVO E REPRESENTA EM RELAÇÃO AO ATIVO TOTAL 57,72%

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

- O PASSIVO CIRCULANTE EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU CRESCIMENTO DE 19,73%
- O EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU UMA REDUÇÃO DE 59,51%
- O REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 11,27%

ENDIVIDAMENTO TOTAL =	<u>CAPITAL DE TERCEIROS (PC+ELP) X100</u> PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
<b>ENDIVIDAMENTO TOTAL =</b>	63.013.000,00 + 4.194.000,00 X 100	=	73%
	<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/>		
	91.736.000,00		

IMOBILIZAÇÃO DO P.L. TOTAL =	<u>ATIVO PERMANENTE X</u> 100		
	<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/>		
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
<b>IMOBILIZAÇÃO DO P.L. =</b>	81.155.000,00 X 100,00	=	88%
	<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/>		
	91.736.000,00		

LIQUIDEZ CORRENTE =	<u>ATIVO CIRCULANTE</u> PASSIVO CIRCULANTE		
<b>LIQUIDEZ CORRENTE =</b>	76.840.000,00 =	1,22	
	<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/>		
	63.013.000,00		

LIQUIDEZ SECA =	<u>ATIVO CIRCULANTE -</u> ESTOQUES		
	<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/>		
	PASSIVO CIRCULANTE		
<b>LIQUIDEZ SECA =</b>	75.392.000,00 =	1,20	
	<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/>		
	63.013.000,00		

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

LIQUIDEZ GERAL =	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL L.PRAZO		
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL L. PRAZO		
<b>LIQUIDEZ GERAL =</b>	<u>77.788.000,00</u>	=	1,16
	67.207.000,00		

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**BANCO NOSSA CAIXA S/A**

	2001		2002	
	R\$	%	R\$	%
<b>ATIVO</b>				
DISPONÍVEL	8.878.664.000,00	40	15.712.096.000,00	55
VALORES A RECEBER	3.327.919.000,00	15	4.036.723.000,00	14
ESTOQUES	-	0	-	0
OUTROS CRÉDITOS	-	0	-	0
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>12.206.583.000,00</b>	<b>55</b>	<b>19.748.819.000,00</b>	<b>69</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	9.657.917.000,00	44	8.485.727.000,00	30
INVESTIMENTOS	40.694.000,00	0	61.836.000,00	0
IMOBILIZADO	234.710.000,00	1	257.309.000,00	1
DIFERIDO	27.312.000,00	0	58.960.000,00	0
<b>TOTAL DO PERMANENTE</b>	<b>302.716.000,00</b>	<b>1</b>	<b>378.105.000,00</b>	<b>1</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>22.167.216.000,00</b>	<b>100</b>	<b>28.612.651.000,00</b>	<b>100</b>
<b>PASSIVO</b>				
	<b>2001</b>		<b>2002</b>	
FINANCIAMENTOS	15.725.705.000,00	71	17.711.632.000,00	62
FORNECEDORES	3.109.254.000,00	14	6.981.464.000,00	24
CONTAS A PAGAR	653.230.000,00	3	839.011.000,00	3
SALÁRIOS A PAGAR	-	-	-	-
TRIBUTOS A PAGAR	-	-	-	-
CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	0	-	-	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>19.488.189.000,00</b>	<b>88</b>	<b>25.532.107.000,00</b>	<b>89</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.323.833.000,00	6	1.726.118.000,00	6
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO	26.000,00		62.000,00	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.355.168.000,00	6	1.354.364.000,00	5
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>22.167.216.000,00</b>	<b>100</b>	<b>28.612.651.000,00</b>	<b>100</b>

**Comentários:**

- DO ATIVO, O GRUPO DE CONTAS MAIS RELEVANTE FOI O ATIVO CIRCULANTE COM 69,02% E AINDA, APRESENTOU EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR, UMA VARIAÇÃO DE 24,90%
- O PATRIMÔNIO LÍQUIDO É POSITIVO E REPRESENTA EM RELAÇÃO AO ATIVO TOTAL 4,73%

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

- O PASSIVO CIRCULANTE EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU CRESCIMENTO DE 31,01%
- O EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 30,39%
- O REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU UMA REDUÇÃO DE 13,81%

$$\text{ENDIVIDAMENTO TOTAL} = \frac{\text{CAPITAL DE TERCEIROS (PC+ELP)} \times 100}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

$$\text{ENDIVIDAMENTO TOTAL} = \frac{25.532.107.000,00 + 1.726.118.000,00}{1.354.364.000,00} \times 100 = 2013\%$$

$$\text{IMOBILIZAÇÃO DO P.L. TOTAL} = \frac{\text{ATIVO PERMANENTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}} \times 100$$

$$\text{IMOBILIZAÇÃO DO P.L.} = \frac{378.105.000,00}{1.354.364.000,00} \times 100,00 = 28\%$$

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{19.748.819.000,00}{25.532.107.000,00} = 0,77$$

$$\text{LIQUIDEZ SECA} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$\text{LIQUIDEZ SECA} = \frac{19.748.819.000,00}{25.532.107.000,00} = 0,77$$

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

LIQUIDEZ GERAL =	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL L.PRAZO		
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL L. PRAZO		
<b>LIQUIDEZ GERAL =</b>	28.234.546.000,00	=	1,04
	<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/>		
	27.258.225.000,00		

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**EMTU/SP – EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S/A**

	2001		2002	
	R\$	%	R\$	%
<b>ATIVO</b>				
DISPONÍVEL	20.631.000,00	17	20.359.000,00	18
VALORES A RECEBER	19.289.000,00	16	7.799.000,00	7
ESTOQUES	1.152.000,00	1	1.732.000,00	1
OUTROS CRÉDITOS	6.197.000,00	5	5.546.000,00	5
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>47.269.000,00</b>	<b>40</b>	<b>35.436.000,00</b>	<b>31</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8.330.000,00	7	17.859.000,00	15
INVESTIMENTOS	-	0	-	0
IMOBILIZADO	38.249.000,00	32	36.342.000,00	31
DIFERIDO	25.424.000,00	21	25.883.000,00	22
<b>TOTAL DO PERMANENTE</b>	<b>63.673.000,00</b>	<b>53</b>	<b>62.225.000,00</b>	<b>54</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>119.272.000,00</b>	<b>100</b>	<b>115.520.000,00</b>	<b>100</b>
<b>PASSIVO</b>				
FINANCIAMENTOS	1.441.000,00	1	247.000,00	0
FORNECEDORES	32.181.000,00	27	9.466.000,00	8
CONTAS A PAGAR	29.476.000,00	25	21.680.000,00	19
SALÁRIOS A PAGAR	-	-	-	-
TRIBUTOS A PAGAR	-	-	-	-
CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	0	-	-	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>63.098.000,00</b>	<b>53</b>	<b>31.393.000,00</b>	<b>27</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	254.000,00	0	29.457.000,00	25
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO	-	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55.920.000,00	47	54.670.000,00	47
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>119.272.000,00</b>	<b>100</b>	<b>115.520.000,00</b>	<b>100</b>

**Comentários:**

- DO ATIVO, O GRUPO DE CONTAS MAIS RELEVANTE FOI O ATIVO PERMANENTE COM 53,87% E AINDA, APRESENTOU EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR, UMA VARIAÇÃO DE -2,27%
- O PATRIMÔNIO LÍQUIDO É POSITIVO E REPRESENTA EM RELAÇÃO AO ATIVO TOTAL 47,33%

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

- O PASSIVO CIRCULANTE EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU DECRÉSCIMO DE 50,25%
- O EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 11.497,24%
- O REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 114,39%

$$\text{ENDIVIDAMENTO TOTAL} = \frac{\text{CAPITAL DE TERCEIROS (PC+ELP) X100}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

$$\text{ENDIVIDAMENTO TOTAL} = \frac{31.393.000,00 + 29.457.000,00}{54.670.000,00} \times 100 = 111\%$$

$$\text{IMOBILIZAÇÃO DO P.L. TOTAL} = \frac{\text{ATIVO PERMANENTE X 100}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

$$\text{IMOBILIZAÇÃO DO P.L.} = \frac{62.225.000,00}{54.670.000,00} \times 100,00 = 114\%$$

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{35.436.000,00}{1.393.000,00} = 1,13$$

$$\text{LIQUIDEZ SECA} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$\text{LIQUIDEZ SECA} = \frac{33.704.000,00}{31.393.000,00} = 1,07$$

$$\text{LIQUIDEZ GERAL} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL L.PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL L. PRAZO}}$$

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

**LIQUIDEZ GERAL**  $\frac{53.295.000,00}{60.850.000,00} = 0,88$

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**IMESP – IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A**

	2001		2002	
	R\$	%	R\$	%
<b>ATIVO</b>				
DISPONÍVEL	10.227.000,00	9	21.940.000,00	18
VALORES A RECEBER	31.762.000,00	27	23.215.000,00	19
ESTOQUES	20.147.000,00	17	21.991.000,00	18
OUTROS CRÉDITOS	2.960.000,00	3	5.374.000,00	4
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>65.096.000,00</b>	<b>56</b>	<b>72.520.000,00</b>	<b>59</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.667.000,00	3	6.359.000,00	5
INVESTIMENTOS	3.381.000,00	3	785.000,00	1
IMOBILIZADO	43.979.000,00	38	42.564.000,00	35
DIFERIDO	-	0	-	0
<b>TOTAL DO PERMANENTE</b>	<b>47.360.000,00</b>	<b>41</b>	<b>43.349.000,00</b>	<b>35</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>116.123.000,00</b>	<b>100</b>	<b>122.228.000,00</b>	<b>100</b>
<b>PASSIVO</b>				
FINANCIAMENTOS	-	-	-	-
FORNECEDORES	1.251.000,00	1	2.712.000,00	2
CONTAS A PAGAR	11.087.000,00	10	14.062.000,00	12
SALÁRIOS A PAGAR	-	-	-	-
TRIBUTOS A PAGAR	2.548.000,00	2	3.708.000,00	3
CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	0	0	-	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>14.886.000,00</b>	<b>13</b>	<b>20.482.000,00</b>	<b>17</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	164.000,00	0	107.000,00	0
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO	-	-	-	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>101.073.000,00</b>	<b>87</b>	<b>101.639.000,00</b>	<b>83</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>116.123.000,00</b>	<b>100</b>	<b>122.228.000,00</b>	<b>100</b>

**Comentários**

- DO ATIVO, O GRUPO DE CONTAS MAIS RELEVANTE FOI O ATIVO CIRCULANTE COM 59,33% E AINDA, APRESENTOU EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR, UMA VARIAÇÃO DE 11,40%
- O PATRIMÔNIO LÍQUIDO É POSITIVO E REPRESENTA EM RELAÇÃO AO ATIVO TOTAL 83,16%

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

- O PASSIVO CIRCULANTE EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU CRESCIMENTO DE 37,59%
- O EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU UMA REDUÇÃO DE 53,27%
- O REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 73,41%

ENDIVIDAMENTO TOTAL =  $\frac{\text{CAPITAL DE TERCEIROS (PC+ELP) X100}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

**ENDIVIDAMENTO TOTAL =**  $\frac{20.482.000,00 + 107.000,00}{101.639.000,00} \times 100 = 20\%$

IMOBILIZAÇÃO DO P.L. TOTAL =  $\frac{\text{ATIVO PERMANENTE X 100}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

**IMOBILIZAÇÃO DO P.L. =**  $\frac{43.349.000,00}{101.639.000,00} \times 100,00 = 43\%$

LIQUIDEZ CORRENTE =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

**LIQUIDEZ CORRENTE =**  $\frac{72.520.000,00}{20.482.000,00} = 3,54$

LIQUIDEZ SECA =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

**LIQUIDEZ SECA =**  $\frac{50.529.000,00}{20.482.000,00} = 2,47$

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

LIQUIDEZ GERAL =	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL L.PRAZO		
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL L. PRAZO		
<b>LIQUIDEZ GERAL =</b>	<b>78.879.000,00</b>	<b>=</b>	<b>3,83</b>
	<u>20.589.000,00</u>		

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**METRÔ – CIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO**

	2001		2002	
	R\$	%	R\$	%
<b>ATIVO</b>				
DISPONÍVEL	9.883.000,00	0	12.703.000,00	0
VALORES A RECEBER	35.886.000,00	0	35.576.000,00	0
ESTOQUES	36.802.000,00	0	48.292.000,00	1
OUTROS CRÉDITOS	81.478.000,00	1	76.244.000,00	1
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>164.049.000,00</b>	<b>2</b>	<b>172.815.000,00</b>	<b>2</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	33.631.000,00	0	38.966.000,00	1
INVESTIMENTOS	70.936.000,00	1	70.159.000,00	1
IMOBILIZADO	6.966.360.000,00	93	6.921.401.000,00	93
DIFERIDO	264.581.000,00	4	245.286.000,00	3
<b>TOTAL DO PERMANENTE</b>	<b>7.301.877.000,00</b>	<b>97</b>	<b>7.236.846.000,00</b>	<b>97</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>7.499.557.000,00</b>	<b>100</b>	<b>7.448.627.000,00</b>	<b>100</b>
<b>PASSIVO</b>				
FINANCIAMENTOS	83.767.000,00	1	90.263.000,00	1
FORNECEDORES	176.607.000,00	2	185.065.000,00	2
CONTAS A PAGAR	60.763.000,00	1	81.188.000,00	1
SALÁRIOS A PAGAR	-	-	-	-
TRIBUTOS A PAGAR	18.086.000,00	1	20.194.000,00	0
CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	0	0	-	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>339.223.000,00</b>	<b>5</b>	<b>376.710.000,00</b>	<b>5</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.167.592.000,00	15	1.185.523.000,00	16
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO	11.249.000,00	1	11.105.000,00	0
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>5.981.493.000,00</b>	<b>79</b>	<b>5.875.289.000,00</b>	<b>79</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>7.499.557.000,00</b>	<b>100</b>	<b>7.448.627.000,00</b>	<b>100</b>

**Comentários:**

- DO ATIVO, O GRUPO DE CONTAS MAIS RELEVANTE FOI O ATIVO PERMANENTE COM 97,16% E AINDA, APRESENTOU EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR, UMA VARIAÇÃO DE -0,89%
- O PATRIMÔNIO LÍQUIDO É POSITIVO E REPRESENTA EM RELAÇÃO AO ATIVO TOTAL 78,88%

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

- O PASSIVO CIRCULANTE EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU CRESCIMENTO DE 11,05%
- O EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 1,54%
- O REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 15,86%

ENDIVIDAMENTO TOTAL =  $\frac{\text{CAPITAL DE TERCEIROS (PC+ELP) X100}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

**ENDIVIDAMENTO TOTAL =**  $\frac{376.710.000,00 + 1.185.523.000,00}{5.875.289.000,00} \times 100 = 27\%$

IMOBILIZAÇÃO DO P.L. TOTAL =  $\frac{\text{ATIVO PERMANENTE X 100}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

**IMOBILIZAÇÃO DO P.L. =**  $\frac{7.236.846.000,00}{5.875.289.000,00} \times 100,00 = 123\%$

LIQUIDEZ CORRENTE =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

**LIQUIDEZ CORRENTE =**  $\frac{172.815.000,00}{376.710.000,00} = 0,46$

LIQUIDEZ SECA =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE - ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

**LIQUIDEZ SECA =**  $\frac{124.523.000,00}{376.710.000,00} = 0,33$

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

LIQUIDEZ GERAL =	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL L.PRAZO		
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL L. PRAZO		
<b>LIQUIDEZ GERAL =</b>	<u>211.781.000,00</u>	=	0,14
	1.562.233.000,00		

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**EMAE – EMPRESA METROPOLITANO DE ÁGUAS E ENERGIA S/A**

	2001		2002	
	R\$	%	R\$	%
<b>ATIVO</b>				
DISPONÍVEL	39.369.000,00	3	48.516.000,00	4
VALORES A RECEBER	177.909.000,00	16	152.112.000,00	13
ESTOQUES	6.555.000,00	1	6.529.000,00	1
OUTROS CRÉDITOS	2.981.000,00	0	1.632.000,00	0
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>226.814.000,00</b>	<b>20</b>	<b>208.789.000,00</b>	<b>18</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	51.164.000,00	5	82.050.000,00	7
INVESTIMENTOS	809.000,00	0	578.000,00	0
IMOBILIZADO	851.341.000,00	75	863.185.000,00	75
DIFERIDO	-	0	-	0
<b>TOTAL DO PERMANENTE</b>	<b>852.150.000,00</b>	<b>75</b>	<b>863.763.000,00</b>	<b>75</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.130.128.000,00</b>	<b>100</b>	<b>1.154.602.000,00</b>	<b>100</b>
<b>PASSIVO</b>				
FINANCIAMENTOS	-	-	3.206.000,00	1
FORNECEDORES	18.736.000,00	1	5.264.000,00	1
CONTAS A PAGAR	94.211.000,00	8	65.029.000,00	6
SALÁRIOS A PAGAR	1.644.000,00	1	1.058.000,00	1
TRIBUTOS A PAGAR	12.038.000,00	1	9.899.000,00	1
CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	0	1	-	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>126.629.000,00</b>	<b>12</b>	<b>84.456.000,00</b>	<b>9</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	125.699.000,00	11	153.851.000,00	13
OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	-	-	-
REVERSÃO/APROPRIAÇÃO	16.202.000,00	1	16.202.000,00	1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	861.598.000,00	76	900.093.000,00	78
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.130.128.000,00</b>	<b>100</b>	<b>1.154.602.000,00</b>	<b>100</b>

**Comentários:**

- DO ATIVO, O GRUPO DE CONTAS MAIS RELEVANTE FOI O ATIVO PERMANENTE COM 74,81% E AINDA, APRESENTOU EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR, UMA VARIAÇÃO DE 1,36%.
- O PATRIMÔNIO LÍQUIDO É POSITIVO E REPRESENTA EM RELAÇÃO AO ATIVO TOTAL 77,96%.
- O PASSIVO CIRCULANTE EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU CRESCIMENTO DE 33,30%.

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

- O EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 22,40%
- O REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 60,37%

$$\text{ENDIVIDAMENTO TOTAL} = \frac{\text{CAPITAL DE TERCEIROS (PC+ELP)} \times 100}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

$$\text{ENDIVIDAMENTO TOTAL} = \frac{84.456.000,00 + 153.851.000,00 \times 100}{900.093.000,00} = 26\%$$

$$\text{IMOBILIZAÇÃO DO P.L. TOTAL} = \frac{\text{ATIVO PERMANENTE} \times 100}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

$$\text{IMOBILIZAÇÃO DO P.L.} = \frac{863.763.000,00 \times 100,00}{900.093.000,00} = 96\%$$

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{208.789.000,00}{84.456.000,00} = 2,47$$

$$\text{LIQUIDEZ SECA} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$\text{LIQUIDEZ SECA DA} = \frac{202.260.000,00}{84.456.000,00} = 2,39$$

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

LIQUIDEZ GERAL =	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL L.PRAZO			
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL L. PRAZO			
<b>LIQUIDEZ GERAL DA</b>	290.839.000,00	=	1,22	
	238.307.000,00			

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

**EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S/A - EMLASA**

	2001		2002	
	R\$	%	R\$	%
<b>ATIVO</b>				
DISPONÍVEL	5.716.000,00	18	1.959.000,00	11
VALORES A RECEBER	545.000,00	2	1.337.000,00	8
ESTOQUES	15.000,00		23.000,00	0
OUTROS CRÉDITOS	464.000,00	1	287.000,00	2
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>6.740.000,00</b>	<b>22</b>	<b>3.606.000,00</b>	<b>21</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	88.000,00	0	89.000,00	0
INVESTIMENTOS	23.619.000,00	76	13.604.000,00	76
IMOBILIZADO	603.000,00	2	503.000,00	3
DIFERIDO	12.000,00	0	7.000,00	0
<b>TOTAL DO PERMANENTE</b>	<b>24.234.000,00</b>	<b>78</b>	<b>14.114.000,00</b>	<b>79</b>
<b><u>TOTAL DO ATIVO</u></b>	<b>31.062.000,00</b>	<b>100</b>	<b>17.809.000,00</b>	<b>100</b>
<b>PASSIVO</b>				
	<b>2001</b>		<b>2002</b>	
FINANCIAMENTOS	-	-	-	-
FORNECEDORES	3.569.000,00	11	3.249.000,00	18
CONTAS A PAGAR	6.000.000,00	19	3.752.000,00	21
SALÁRIOS A PAGAR	1.108.000,00	4	1.141.000,00	6
TRIBUTOS A PAGAR	1.468.000,00	5	1.627.000,00	10
CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	0	5	-	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>12.145.000,00</b>	<b>44</b>	<b>9.769.000,00</b>	<b>55</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.706.000,00	9	1.866.000,00	10
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO	-		-	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.211.000,00	52	6.174.000,00	35
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>31.062.000,00</b>	<b>100</b>	<b>17.809.000,00</b>	<b>100</b>

**Comentários:**

- DO ATIVO, O GRUPO DE CONTAS MAIS RELEVANTE FOI O ATIVO PERMANENTE COM 79,25% E AINDA, APRESENTOU EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR, UMA VARIAÇÃO DE -41,76%.

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

- O PATRIMÔNIO LÍQUIDO É POSITIVO E REPRESENTA EM RELAÇÃO AO ATIVO TOTAL 34,67%.
- O PASSIVO CIRCULANTE EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU CRESCIMENTO DE 19,56%.
- O EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO AO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU UMA REDUÇÃO DE 45,02%.
- O REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU ACRESCIMO DE 1,14%.

ENDIVIDAMENTO TOTAL =  $\frac{\text{CAPITAL DE TERCEIROS (PC+ELP)} \times 100}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

**ENDIVIDAMENTO TOTAL=**  $\frac{9.769.000,00 + 1.866.000,00 \times 100}{6.174.000,00} = 188\%$

IMOBILIZAÇÃO DO P.L. TOTAL =  $\frac{\text{ATIVO PERMANENTE} \times 100}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$

**IMOBILIZAÇÃO DO P.L.=**  $\frac{14.114.000,00 \times 100,00}{6.174.000,00} = 229\%$

LIQUIDEZ CORRENTE =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

**LIQUIDEZ CORRENTE =**  $\frac{3.606.000,00}{9.769.000,00} = 0,37$

LIQUIDEZ SECA =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

**LIQUIDEZ SECA=**  $\frac{3.583.000,00}{9.769.000,00} = 0,37$

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

---

LIQUIDEZ GERAL =	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL L.PRAZO			
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL L. PRAZO			
LIQUIDEZ GERAL=		3.695.000,00	=	0,32
		<u>11.635.000,00</u>		

**OBS.: AS EMPRESAS CIA. PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS –CPOS E INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A – IPT, ATÉ 11/06/2003 NÃO HAVIAM APRESENTADO À ESTA CORTE SUAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.**

## **XI - PRONUNCIAMENTOS DE MÉRITO EXARADO PELOS ÓRGÃOS INSTRUTIVOS E TÉCNICOS DO TRIBUNAL, INCLUSIVE DA PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE.**

Consoante antecipei aos eminentes Conselheiros, o processo teve sua regular instrução, tendo recebido pareceres dos órgãos instrutivos e técnicos deste Tribunal, bem como da Procuradoria da Fazenda do Estado, na seguinte conformidade:

1 - Conclusão do Grupo de Acompanhamento - fls. 113/117 do processo:

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo  
RELATÓRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

<b>SÍNTESE DO APURADO</b>			
item	2001	2002	cresc./decrec.
Superávit Orçamentário - Adm. Direta	12,48%	12,76%	-
Déficit Orçamentário - Adm. Indireta	59,91%	175,10%	-
Superávit Orçamentário - Consolidado	0,10%	1,17%	-
Evolução da Receita Tributária	36.963 bilhões	40.934 bilhões	10,74%
Despesas com Propaganda e Publicidade	35.984 bilhões	35.628 bilhões	-0,99%
Evolução do Disponível	4.722 bilhões	5.465 bilhões	15,71%
Evolução da Dívida Flutuante	3.725 bilhões	3.774 bilhões	1,32%
Ativo Real Líquido	11097 bilhões	5.098 bilhões	-54,05%
Dívida Ativa Tributária	39.484 bilhões	51.589 bilhões	30,65%
Dívida Interna	75.473 bilhões	93.446 bilhões	23,81%
* Ajuste Fiscal	68.543 bilhões	84.815 bilhões	23,74%
Dívida Externa	1.655 bilhões	2.986 bilhões	80,37%
Evolução do Déficit Financeiro	4.561 bilhões	3.306 bilhões	27,50%
Despesas com Pessoal e Reflexos	56,61%	56,45%	
* Poder Executivo	48,16%	48,01%	
* Poder Legislativo	1,10%	1,08%	
* Poder Judiciário	5,93%	5,97%	
* Ministério Público	1,43%	1,32%	
Ensino	30,17%	30,25%	
Saúde	9,58%	10,06%	
Precatórios	921 milhões	1.040 bilhão	12,97%

**“RECOMENDAÇÕES INCLUÍDAS NO PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO  
EXERCÍCIO DE 2001**

O senhor Secretário da Fazenda por meio do Ofício GS nº 387/2003, de 29 de abril de 2003, manifestou-se sobre este assunto da seguinte forma:

**1ª RECOMENDAÇÃO:** observe a Administração, com rigor, que os documentos referenciados no artigo 5º, II da Lei de Responsabilidade Fiscal deverão instruir, na forma de anexos, a lei orçamentária anual;

O Estado atende a Recomendação mediante mensagem à Assembléia Legislativa de encaminhamento da Proposta

Orçamentária do Estado para o exercício de 2003, na forma do "demonstrativo dos efeitos decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia", elaborado em consonância ao disposto nos artigos 165, § 6º, da Constituição Federal e 174, § 6º da Constituição Estadual, e no inciso II, do artigo 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**2ª RECOMENDAÇÃO:** o Balanço Geral do Estado deverá doravante agregar as empresas dependentes do Tesouro, nos moldes prescritos na Portaria nº 589, de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional;

As empresas dependentes foram incorporadas ao Orçamento Fiscal do Estado através da Lei nº 11.332, de 27/12/2002, em consonância às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003, nº 11.222, de 30/07/2002.

**3ª RECOMENDAÇÃO:** a anulação de Restos a Pagar deverá ser processada tal qual fato independente da execução orçamentária (variações ativas).

Sobre a Recomendação, o Governo informa que as áreas técnicas da Secretaria da Fazenda estão realizando os estudos técnicos determinados pelo Secretário da Pasta, com relação aos procedimentos a partir de 2003 já que, consoante manifestação desta corte de contas, a Recomendação, a rigor, não seria procedimento obrigatório para o exercício de 2002, tendo em vista que o Parecer sobre as contas de 2001 foi exarado no final de junho de 2002, quando em pleno andamento a execução orçamentária e seus métodos de apropriação contábil.

**4ª RECOMENDAÇÃO:** fica a Administração Central incumbida de desenvolver mecanismos mais eficientes para a cobrança da dívida ativa;

Não temos a indicação da implementação de novos mecanismos de cobrança da dívida ativa.

O estoque da dívida ativa no início do exercício importava em R\$ 39.484.118.049,61 e, ao final, aumentou para R\$ 51.589.865.032,91, sendo novas inscrições no valor de R\$ 4.950.019.573,25 e, saídas de, tão somente, R\$ 606.850.198,50, correspondendo à R\$ 7.762.577.608,55 o valor da atualização monetária, esclarecendo que tanto o valor da entrada quanto o da saída já estão corrigidos.

**5ª RECOMENDAÇÃO:** o Balanço Geral do Estado deverá contar com anexo que exiba as providências no âmbito da fiscalização de receitas, bem assim as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, conforme preceitua o artigo 58 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

No tocante a esta Recomendação menciona que as ações estão contempladas nos relatórios que acompanham o Balanço Geral do Estado do exercício de 2002: o da "Situação Econômico-Financeira do Governo do Estado de São Paulo" com a avaliação do desempenho da arrecadação das receitas estaduais e do "Demonstrativo das Despesas, Principais Indicadores e Atividades", com a descrição das realizações da área tributária e dos programas de modernização da Secretaria da Fazenda.

No entanto, não vislumbramos nos referidos documentos menção às ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial.

**6ª RECOMENDAÇÃO:** o Balanço Geral do Estado precisa fazer-se acompanhar de parecer chancelado pelos membros do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, aludido no artigo 4º da Lei nº 9.424, de 1996, constando: a) revalidação anual do consentimento à aplicação centralizada no mercado financeiro e b) atestado de correta

aplicação dos recursos do Fundo do Ensino Fundamental FUNDEF;

A Recomendação foi atendida pelo Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que em 15/04/2002 emitiu o parecer com a revalidação anual e atestado quanto à correta aplicação dos recursos.

**7ª RECOMENDAÇÃO:** à Contadoria Geral do Estado cabe esclarecer a falta de depósitos no módulo financeiro FUNDEF (R\$ 6,725 milhões), bem assim o resíduo não aplicado em despesas do ensino fundamental, à conta do mesmo Fundo (R\$ 28 milhões), adotando as providências para o ressarcimento, se for o caso, ainda no exercício de 2002;

A Contadoria do Geral do Estado informa que as contas contábeis de controle do FUNDEF, desde sua implantação até o exercício de 2002, foram conciliadas e apurou-se o valor de R\$ 6.940.804,39, devidamente regularizada no dia 1º de outubro de 2002, com o depósito na "Conta FUNDEF - Banco do Brasil", através da Nota de Lançamento nº 2002NL06051 registrada no SIAFEM/SP;

Quanto ao valor de R\$ 28 milhões concernente ao resíduo não aplicado em despesas do ensino fundamental, à conta do FUNDEF, informa que decorreu de erro na apuração dos saldos finais das contas de controle para encerramento do exercício de 1999, referente ao valor apropriado e valor depositado, cujo acerto contábil foi efetuado em 2 de janeiro de 2002.

**8ª RECOMENDAÇÃO:** a Demonstração das Variações Patrimoniais deverá compreender, na forma de apêndice, peça analítica que aponte o destino dos recursos provenientes da alienação de ativos, tal qual prescreve o inciso VI do artigo 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

O demonstrativo apresentado não atende o objetivo da recomendação, já que persiste a impossibilidade de se determinar a aplicação dos recursos auferidos com a alienação dos ativos, pois está sendo considerado no referido demonstrativo a totalidade das despesas de capital, inclusive apontando saldo negativo.

**9ª RECOMENDAÇÃO:** passe a Administração a discriminar, conforme exigido pelo artigo 10 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, nos anexos analíticos do Balanço Geral, os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, bem assim a fornecer informações completas sobre o estoque de precatórios, com indicação dos beneficiários e montante individual;

A recomendação foi atendida.

Informamos, em complemento, que o estoque total de precatórios, ao final do exercício de 2002, importava em R\$ 10.728.403.986,37 e as relações dos beneficiários estão disponíveis ao Tribunal de Contas na Procuradoria Geral do Estado e nas Entidades da Administração Indireta.

**10ª RECOMENDAÇÃO:** que, de futuro, em seu relatório de atividades a Administração faça constar, de modo mais detalhado, os dados de cada área de atividade que indiquem: a demanda; a situação existente; as metas estabelecidas e atingidas; ações empreendidas; custos envolvidos; justificativas de não atingimento de metas.

Essas informações foram consolidadas no Relatório "Demonstrativo das Despesas, Principais Indicadores e Atividades" que acompanha o Balanço Geral do Estado e mantém a mesma configuração do ano anterior. (...)"

2 – A Assessoria Jurídica, às fls. 131, assim conclui:

“Por tudo quanto exposto e, considerando que não há falha capital que possa comprometer a legalidade dos atos praticados pelo Sr. Governador do Estado, manifestamo-nos pela emissão de parecer favorável levando-se em conta, principalmente, que foram satisfeitos os requisitos constitucionais mínimos obrigatórios na área da educação, saúde e despesas com pessoal.

Contudo, impõe-se como necessária a expedição de ofício de alerta nos termos dos incisos I e II do parágrafo 1º, artigo 59 da Lei Complementar nº 101/00 notadamente em face dos aspectos ressaltados no item pessoal e dívida consolidada.

Relativamente às despesas com pessoal, ainda que satisfeito o limite legal permitido, os gastos despendidos a este título excederam a 95% do percentual máximo exigido o que implica na fiel observância do que estabelece o parágrafo único do artigo 22 da LRF.

Não obstante, devem ser reiteradas as recomendações formuladas por ocasião da emissão de Parecer Prévio às contas do exercício anterior, especialmente no que toca aos seguintes aspectos:

- à fiscalização das receitas e recuperação de créditos;
- comprovação dos depósitos no módulo financeiro do FUNDEF assim como, a demonstração das medidas tomadas para aplicação do saldo do ensino fundamental e,
- o atendimento ao artigo 50, inciso VI, da Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante a demonstração das variações patrimoniais.(...)

3 – Às fls. 132, tem-se a manifestação da Chefia de ATJ, nos seguintes termos:

“Avaliados os aspectos contábeis, econômico, financeiro e patrimonial do Balanço Geral do Exercício de 2002, as Unidades Jurídica e de Economia desta ATJ, em manifestação conjunta, não destacaram qualquer incidente que pudesse dar ensejar um juízo desfavorável sobre a matéria.

Nestas condições e, considerando que foram atendidas as exigências constitucionais mínimas, alio-me ao

posicionamento exarado por minhas antecessoras propondo, igualmente, emissão de parecer favorável às contas do exercício de 2002 sem embargo das sugestões e recomendações alvitradas.

É o que submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência, com prévio trânsito pela d. SDG."

**4 – Às fls. 142, tem-se a conclusão do Senhor Secretário-Diretor Geral:**

“Ante o exposto e tendo em mira o cumprimento dos mínimos constitucionais da Educação e Saúde e o atendimento de boa parte dos limites preconizados na nova disciplina financeira, sobretudo quanto a despesas de pessoal, Restos a Pagar e operações de crédito, manifesto-me pelo **parecer favorável**, sem embargo das recomendações que passo a sintetizar:

1. as próximas leis de diretrizes orçamentárias devem conter a prescrição aludida no art. 4º, I, "f" da Lei Complementar n.º 101, de 2000;
2. as próximas leis orçamentárias anuais devem limitar, em nível percentual, a autorização para suprir financeiramente dotações relativas a inativos, pensionistas, serviço da dívida, honras de aval, precatórios, despesas de exercícios anteriores e à conta de recursos vinculados e, assim fazendo, conformar-se ao prescrito nos *incisos VI e VII do art. 176 da Constituição Estadual*.
3. o Balanço Geral do Estado deve se fazer municiar das *"ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial"*, tal qual determina o art. 58 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
4. até o final de 2003, os gestores estaduais devem reconduzir os serviços de terceiros ao patamar apurado em 1999 (6,80% *da receita corrente líquida*), atendendo, destarte, ao art. 72 dos antes referenciado instrumento legal.
5. o instituto da garantia deve retomar ao limite preceituado na Resolução Senatorial n.º 43, de 2001 (32% *da receita corrente líquida*)
6. cabe à Fazenda Estadual comprovar depósito ao FUNDEF (R\$ 3,639 milhões) e prestar esclarecimentos quanto à não-aplicação de saldos vinculados àquele Fundo (R\$ 305,700 milhões).

7. A Demonstração das Variações Patrimoniais precisa destacar a origem e o destino da receita de alienação de ativos, na forma do inciso VI, art. 50 da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

À elevada consideração de Vossa Excelência, antes, porém, à douta PFE.”

5 – A douta Procuradoria da Fazenda do Estado, às fls. 148, assim conclui:

“(…) Em face disso, considerando o relatório da auditoria, elaborado pelo Grupo de Acompanhamento das Contas do Governador, as manifestações dos órgãos de assessoramento técnico da douta ATJ e, ainda, o pronunciamento da D. SDG, **opino pela emissão de parecer prévio favorável às Contas do Governo, pertinentes ao exercício de 2002**, com as recomendações apontadas, concernentes à comprovação dos depósitos no módulo financeiro do FUNDEF e à demonstração das medidas tomadas para aplicação do saldo no ensino fundamental, bem como a indicação da origem e destino da receita de alienação de ativos na Demonstração das Variações Patrimoniais, nos termos do inciso VI, art. 50 da Lei Complementar n.º 101, de 2000. Lembrando que tais recomendações são passíveis de justificações pelos responsáveis da Secretaria da Fazenda e da Contadoria Geral do Estado, ressalvo também os atos pendentes de apreciação e julgamento por esta Colenda Corte de Contas, observadas, finalmente, as recomendações da auditoria. (…)

**Igualmente afirmo que o relatório integral e as manifestações dos órgãos técnicos foram encaminhadas ao Governo que apresentou suas justificativas, tendo sobre elas se manifestado a auditoria, a SDG e a douta PFE, podendo-se extrair, em síntese, o seguinte:**

**Fls. 165/167, auditoria:**

“(..) o ilustre Contador Geral do Estado indica a propriedade da diferença apontada entre as receitas apropriadas contabilmente e as depositadas a favor do FUNDEF, no valor de R\$ 3.639.875,06, consignando a devida regularização mediante depósito na “Conta FUNDEF” – Banco do Brasil através da Nota de Lançamento nº 2—3NLO2931, fls.12, e documentação comprobatória do Departamento de Finanças do Estado, fls. 10/11.

Quanto ao saldo a aplicar apontado por este Grupo, no valor de R\$ 209.194.497,94, relativamente aos recursos recebidos do FUNDEF, a Contadoria informa que ainda está analisando e verificando junto aos técnicos da Secretaria da Educação, indicando que a conclusão do assunto será objeto de oportuna comunicação a esta Corte.

(...) Em relação aos “Serviços de Terceiros”, frente as determinações do artigo 72 da Lei Complementar nº 101/00, (...) a Contadoria Geral argumenta que a classificação da despesa orçamentária é instituída pelo Governo Federal, e que a Portaria Interministerial nº 163, editada em 4 de maio de 2001, estabeleceu novas classificações das receitas e despesas e, ainda, que a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 516 editou o Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal – aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios”. (...) Desta forma, com a uniformização dos critérios, os índices apurados foram 9,84% em 1999 e 9,70% em 2002.

(...)

Este Grupo de Acompanhamento procedeu a regular verificação dos argumentos aduzidos pela Contadoria Geral do Estado. Entendemos pertinente a padronização... entretanto, detectamos que a receita de contribuições para assistência médica, hospitalar e odontológica, que compôs a base de cálculo para apuração da receita corrente líquida em 2002, não foi considerada para fins desta apuração em 1999. Da mesma forma o total de despesas de serviços de terceiros de 2002, apresentado pela Contadoria, não inclui os gastos com “vale-transporte”.

Assim, com base no exposto, procedemos a uma reavaliação (...).

*O quadro que apresenta mostra que mesmo com a reavaliação o percentual em 1999 era de 9,82% e em 2002 subiu para 9,84%.*

(...) Por último, o Senhor Contador Geral da Fazenda Estadual solicita que seja reavaliada a posição deste Grupo quanto aos gastos com a saúde, especialmente ao relação ao Programa Viva Leite, em face da manifestação do Secretário da Saúde, constante do Ofício GS nº 1.464/2003 encaminhado à esta Casa através do Ofício GS nº 391/2003 da Secretaria da Fazenda. (...) A avaliação desta documentação, (...) indicou a manutenção do posicionamento inicialmente assumido por este Grupo no sentido da glosa de tais Programas, por entendermos, s.m.j., revestirem-se de características peculiares a uma ação social, ou seja, assistência social.(...)

**fls. 169/170 Secretaria-Diretoria Geral:**

(...) na conta FUNDEF, a Fazenda depositou o exato valor verificado pela Auditoria (...), bem assim vem analisando, em conjunto com a Secretaria da Educação, a origem do valor não aplicado à conta daquele Fundo (R\$ 209.194.497,94).

(...) No que toca à provisória regra insculpida no art. 72 da Lei de Responsabilidade Fiscal (...) acolho essa posição do indigitado Grupo e, bem por isso, aquela norma fiscal restou desatendida, ainda que muito ligeiramente (9,82% em 1999; 9,84% em 2002).

Relativamente à aplicação do mínimo constitucional da Saúde, filio-me outra vez ao entendimento da Auditoria; o Programa Viva Leite não é, **estricto senso**, atividade relativa a ações e serviços de saúde; tipifica-se mais no âmbito de uma atividade de apoio à famílias de baixa renda, fato que o remete ao contexto da promoção social. De todo modo, cabe-me recordar: tal glosa não prejudica o cumprimento da Emenda

Constitucional nº 29, de 2000, visto que o Estado submeteu-se à mínima progressividade facultada por esse novo ordenamento.

**Fls. 171 a douda Procuradoria da Fazenda do Estado:**

(...) A auditoria verificou pequena distorção com referência ao percentual de despesa de serviços com relação à receita corrente líquida, concluindo que, em comparação com o exercício de 1999, houve ligeiro acréscimo de 0,02% no exercício de 2002.

No tocante à aplicação da Saúde, considerou a auditoria que o Programa Viva Leite não é propriamente atividade relativa às ações e serviços de saúde, mas programa social. Com a devida vênia, nesse ponto entendo diversamente, porque ao menos na infância o leite é essencial à própria sobrevivência da criança, e, portanto, essencial à saúde. (...)

## **XII - CONSIDERAÇÕES FINAIS - VOTO**

Em face da análise procedida no exame dos documentos e processos que compõem as Contas Anuais do Governo do Estado de São Paulo, relativas ao Exercício Financeiro de 2002, prestadas pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Geraldo Alkmin, à nobre Assembléia Legislativa, nos termos constitucionais, legais e regimentais, que permitiram uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro e a execução do orçamento, consoante prescreve o § 4º, do artigo 23, da Lei Orgânica deste Tribunal - Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, e considerando as manifestações favoráveis dos órgãos técnicos da Casa, bem como o parecer da douta Procuradoria da Fazenda do Estado, manifesto-me conclusivamente no sentido de que este Tribunal emita Parecer Prévio favorável à aprovação das referidas Contas, ressalvados os atos pendentes de apreciação por esta Corte.

Adoto como recomendações:

### **1ª) A ANULAÇÃO DE RESTOS A PAGAR DEVERÁ SER PROCESSADA TAL QUAL FATO INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Esta foi a recomendação nº 3 do ano anterior e o Governo informa que está adotando providências para sua efetivação no corrente exercício. Creio deva permanecer como recomendação, uma vez que ainda não confirmado seu atendimento.

### **2ª) FICA A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL INCUMBIDA DE DESENVOLVER MECANISMOS MAIS EFICIENTES PARA A COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA.**

Creio que as razões para esta recomendação ficaram bem demonstradas no relato que fiz. Se o elevado volume da dívida ativa – *equivalente a um ano de arrecadação* - por si só a justificaria, reforça a necessidade de sua reiteração, o registro de que no ano de 2002 somente foi recebido 1,53% do valor antes inscrito. Esta recomendação também integrou o Parecer das Contas de 2001.

**3ª) O BALANÇO GERAL DEVERÁ CONTAR COM ANEXO QUE EXIBA AS PROVIDÊNCIAS NO ÂMBITO DA FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS, BEM ASSIM AS AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS NAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVA E JUDICIAL, CONFORME PRECEITUA O ARTIGO 58 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.**

A manutenção desta recomendação feita no ano anterior se justifica pela informação da auditoria de que não consta, nos autos, quais providências foram adotadas para a recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial. Seu integral cumprimento possibilitará conhecer, também, ao final de cada ano, qual o montante da dívida não inscrita.

**4ª) A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DEVERÁ COMPREENDER, NA FORMA DE APÊNDICE, PEÇA ANALÍTICA QUE APONTE O DESTINO DOS RECURSOS PROVENIENTES DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS, TAL QUAL PRESCREVE O ARTIGO 50, INCISO VI, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.**

Esta recomendação já integrou o Parecer do ano anterior e tem proposta de manutenção, acolhendo informação da auditoria de seu não atendimento, uma vez que o demonstrativo apresentado pela Administração não possibilita determinar a aplicação dos recursos auferidos com a alienação de ativos.

**5ª) QUE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS SEJA APRIMORADO DE MODO A INDICAR AS METAS ESTABELECIDAS E SEU ATINGIMENTO, COM AS JUSTIFICATIVAS CABÍVEIS, QUANDO ISTO NÃO OCORRER.**

Como relatado a Vossas Excelências, o Governo divulgou no Diário Oficial um Relatório de Atividades, mas que no meu entender pode ser aprimorado para com maior objetividade e até simplicidade informar as metas estabelecidas, em cada área, e a sua efetiva realização, informando sobre as razões do não atingimento, quando ocorrer.

**6ª) QUE PASSE A APLICAR, NO ENSINO FUNDAMENTAL, O MÍNIMO DE 60% TOMANDO POR BASE O MÍNIMO DE 30% DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.**

Como relatado, a Constituição Estadual exige a aplicação de no mínimo 30% de despesas com atividades ligadas ao ensino, mas não trata do percentual mínimo de 60% no ensino fundamental, exigência que só foi estabelecida em 1996, com a Emenda Constitucional nº 14.

Considerando a relevância que possuem as atividades de ensino, entendo conveniente que em sede deste exame se faça recomendação ao Senhor Governador para que atenda ao limite de 60% estabelecido para o ensino fundamental, tomando por base o mínimo exigido pela Constituição Estadual.

**7ª) QUE FUTUROS PROJETOS DE LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS CONTENHAM AS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, NA CONFORMIDADE DO QUE EXIGE O ARTIGO 4º, INCISO I, LETRA “F”, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.**

Para esta recomendação acolho proposta do Senhor Secretário-Diretor Geral, que informa ser elevado o déficit da administração indireta em 2002 – 175,10% - e não ter estabelecido, a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente para o exercício, critérios para a transferência de recursos a entidades públicas ou privadas.

Entendo, assim, que a ausência de tais critérios infringe a Lei de Responsabilidade Fiscal, e não cria parâmetros que possam ser aferidos pela auditoria.

**8º) QUE ADOTE PROVIDÊNCIAS COM VISTAS À ADEQUAÇÃO DO MONTANTE DE ENDIVIDAMENTO DO ESTADO AOS LIMITES ESTABELECIDOS PELAS RESOLUÇÕES NºS 40 E 43 DO SENADO FEDERAL.**

Como já relatado, a auditoria informa que o endividamento apurado está superior aos limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal, fato que justifica a recomendação proposta.

**9ª) QUE MODIFIQUE A SISTEMÁTICA DE CONTABILIZAÇÃO, DE MODO A SER POSSÍVEL IDENTIFICAR AS DESPESAS DE PUBLICIDADE LEGAL E AS DE PROPAGANDA INSTITUCIONAL.**

Para esta recomendação acolho a proposta feita pela auditoria.

**ESTE É O MEU VOTO.**

São Paulo, 23 de junho de 2003.

**ANTONIO ROQUE CITADINI**  
Conselheiro Relator